

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES



Setembro de 2018

(página propositadamente deixada em branco)

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	5
2. ENQUADRAMENTO	7
2.1. O PMIM NAS POLÍTICAS NACIONAIS EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO	7
2.2. O PMIM NAS POLÍTICAS LOCAIS EM MATÉRIA DE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	11
2.3. O PÚBLICO-ALVO DO PMIM	15
3. METODOLOGIA.....	19
3.1. GERAL.....	19
3.2. OPERACIONALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	21
4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	23
4.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	23
4.2. DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS.....	27
4.2.1. Habitação	27
4.2.2. Saúde.....	29
4.2.3. Educação	31
4.2.4. Ação Social	33
4.2.5. Economia e Mercado de Trabalho	36
4.3. MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS DISPONÍVEIS.....	38
4.3.1. Serviços de Acolhimento Dedicados	38
4.3.2. Caracterização das Entidades Locais Parceiras	39
4.3.3. Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Saúde, Solidariedade e Resposta Social	42
4.3.4. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Capacitação e Formação e Educação e Língua.....	44
4.3.5. Cultura, Religião e Cidadania e Participação Cívica.....	46
4.3.6. Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação e Relações Internacionais	48
4.3.7. Intervenções Direcionadas para NPT	49
4.4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE INQUIRIDA.....	56
4.4.1. Demográfica	56
4.4.2. Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Saúde, Solidariedade e Resposta Social	63
4.4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Capacitação e Formação e Educação e Língua.....	66
4.4.4. Cultura, Religião e Cidadania e Participação Cívica.....	68
4.4.5. Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação e Relações Internacionais	70

4.5.	SÍNTESE E HIERARQUIZAÇÃO DE NECESSIDADES.....	72
4.5.1.	Identificadas pelos Parceiros.....	72
4.5.2.	Identificadas pelos NPT	73
5.	ESTRATÉGIA.....	75
5.1.	PANO DE FUNDO	75
5.2.	ESTRUTURA: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESPECÍFICOS	76
6.	PLANO DE AÇÃO	79
6.1.	SÍNTESE OPERACIONAL.....	79
6.2.	FICHAS DE AÇÃO	96
7.	MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	116
8.	MODELO DE GOVERNAÇÃO	120

1. Nota Introdutória

Nos últimos anos, a moldura humana das cidades portuguesas sofreu profundas transformações, com a chegada de migrantes de origens geográficas diversas, suportados em fluxos migratórios que inicialmente se revelavam paulatinos, mas que rapidamente assumiram proporções quantitativas elevadas, diversificaram a sua natureza e adquiriram um ritmo acentuado.

Perante esta nova realidade, os Municípios são hoje confrontados com o enorme desafio de promoção da plena integração dos migrantes na sociedade portuguesa. Trata-se de um processo complexo, na medida em que exige, desde logo, um profundo conhecimento das diferentes comunidades de migrantes, das suas características mais elementares como a idade, género, motivos de imigração, às mais complexas, de que são exemplo o seu estatuto legal ou práticas culturais. Todavia, atendendo a que a integração social deve ser entendida como um processo biunívoco, na medida em que resulta das interações e pré-disposições dos migrantes e da população autóctone na sua generalidade, este constitui-se como um processo complexo e exigente, pelo qual é estritamente necessário trabalhar e investir, pois do seu sucesso depende não só a plena integração daqueles que escolhem a sociedade portuguesa para viver, mas também o bem-estar e funcionamento da sociedade em geral.

Portugal tem registado desde o início do século XXI uma evolução bastante positiva quer das políticas de imigração, quer das práticas de acolhimento e integração dos migrantes na sua generalidade, decorrente de um amplo e concertado esforço e investimento do Estado Português, das organizações da sociedade civil e das próprias comunidades de migrantes. O trabalho conjunto destas entidades, tem contribuído para uma clarificação de ideias pré-concebidas com forte componente negativa/estigmatizada relativamente à imigração e de desconstrução de estereótipos, levando a que a perceção sobre a integração dos migrantes seja bastante positiva entre os portugueses.

Contudo, perante uma persistente mutação dos fluxos migratórios, origens, motivações e formas de integração, persiste a necessidade de assegurar uma constante adaptação e adequação dos processos de integração das comunidades migrante, ao mesmo tempo, que urge garantir níveis superiores de integração. É neste contexto que se insere o “Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco” (PMIM-CB), o qual se assume como uma oportunidade da maior importância para a consolidação do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Castelo Branco, pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, bem como por uma vasta diversidade de organizações e atores (maioritariamente integrados no CLAS de Castelo Branco) no âmbito da promoção de políticas municipais e práticas locais de integração dos migrantes e, por conseguinte, garantirem-se elevados níveis de inclusão social.

O documento integra, para além da presente nota introdutória, as diversas componentes do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco:

- O Enquadramento, onde se procura contextualizar o PMIM nas diversas políticas nacionais e locais associadas à imigração e à inclusão social, bem como referenciar o público-alvo em causa (NPT);

- A Metodologia, onde se apresenta a abordagem metodológica prosseguida, enfatizando o processo de participação e inquirição realizada, quer juntos dos migrantes, quer junto das entidades com responsabilidade local nestas matérias;
- A Caracterização e Diagnóstico, que se estrutura em diversas dimensões-criticas para uma maior e melhor conhecimento do território e da comunidade imigrante, compreendendo uma análise das dinâmicas socioeconómicas mais impactantes (habitação, saúde, educação, mercado de trabalho), um mapeamento e caracterização dos recursos disponíveis, uma caracterização da população imigrante (suportada num inquérito lançado aos NPT) e, finalmente, na hierarquização das necessidades identificados, seja pelos atores locais/regionais com responsabilidades e ações dirigidas para este público-alvo, seja pelos NPT, quando do processo de inquirição;
- A Estratégia, onde se define, por um lado, um pano de fundo sustentado nas conclusões evidenciadas na fase de caracterização e diagnóstico, e por outro lado, uma estrutura estratégica de suporte à operacionalização da ação, cuja arquitetura se encontra amarrada num conjunto de objetivos estratégicos e específicos;
- O Plano de Ação, onde se procura, para cada um dos Eixos e Objetivos traçados, identificar as ações que melhor podem contribuir para a sua prossecução, em função da experiência e das atividades/iniciativas já em curso (com resultados satisfatórios) ou de outras que face aos problemas e necessidades identificadas lhes permitirão dar resposta;
- O Modelo de Monitorização e Avaliação, onde se procura identificar as etapas e tarefas a prosseguir, que permitam o acompanhamento das ações e avaliar os resultados a gerar, numa perspetiva de melhoria continua das ações e de um melhor desempenho do Plano;
- O Modelo de Governação, onde se define a estrutura de governação do Plano, dimensão fundamental para garantir uma maior eficácia e eficiência ao processo de operacionalização do Plano.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões com o Município, bem como um amplo conjunto de *stakeholders*, com destaque para a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento e outros parceiros-chave, que compõem o CLAS de Castelo Branco. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso das reuniões anteriormente referidas, a elaboração do Plano fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

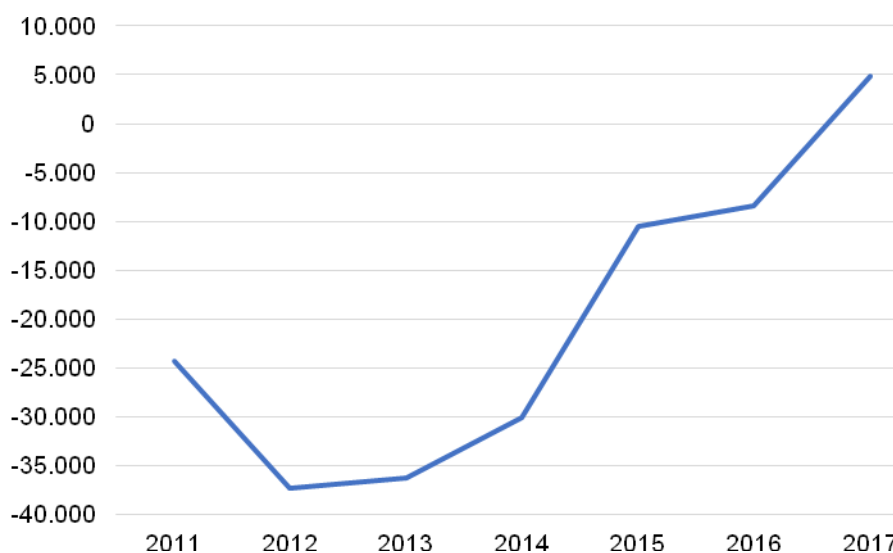
Saliente-se que não obstante o documento tenha sido promovido pelo Município e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes sociais locais, traduzindo a realidade da política de integração de migrantes municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da integração de migrantes NPT no Concelho. Neste sentido, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto aos objetivos a prosseguir e medidas a operacionalizar para fomentar uma maior e melhor integração da comunidade migrante (NPT), no Município de Castelo Branco.

2. Enquadramento

2.1. O PMIM nas Políticas Nacionais em Matéria de Imigração

Em Portugal, os movimentos migratórios têm sofrido importantes mudanças, nos últimos anos. Sendo um país marcado por importantes fluxos de emigração ao longo da sua História, cujos mais significativos ocorreram na década de 1960, assumiu, no final do século XX, um papel de recetor de população estrangeira, resultado da conjugação de diferentes fatores, nomeadamente, a melhoria das condições económicas e sociais, um programa de obras públicas e de construção de infraestruturas que criou oportunidades de trabalho e a instabilidade política e social noutros países, principalmente naqueles com relações histórico-culturais e proximidade linguística.

Figura 1. Saldo migratório em Portugal, entre 2011 e 2017, (n.º)



Fonte: INE

Nos últimos anos, o contexto migratório altera-se novamente, com importantes contingentes de portugueses a sair do país e a existir uma forte contração no número de cidadãos estrangeiros, sobretudo de leste, a entrar em Portugal, num contexto de agudização da crise económico-financeira e consequente retração das oportunidades de emprego. Assim, a partir de 2010, os saldos naturais negativos acumulam com a descida do saldo migratório, deixando o país numa situação demográfica extremamente sensível, com um saldo total de sinal amplamente negativo.

Não obstante o decréscimo global na população estrangeira residente, observam-se duas realidades distintas: por um lado, o número de residentes estrangeiros que procuram o país para trabalhar diminuiu, por outro lado, o número de residentes com autorização de residência para estudar no ensino superior aumentou entre 2008 e 2012. Cresceu igualmente

o número de descendentes de migrantes que adquiriram a nacionalidade portuguesa ao abrigo da Lei da Nacionalidade¹.

Este contexto histórico, que releva a enorme importância que a dimensão migratória assume para Portugal, gerou uma crescente preocupação dos poderes públicos, por enquadrar e encontrar respostas e soluções de apoio a estas comunidades. A necessidade de um plano “integrado e de largo espectro que sistematizasse os objetivos e os compromissos setoriais do Estado português para acolher e integrar os migrantes” traduziu-se na criação, com um âmbito nacional, do Plano para a Integração de Migrantes (PII)², em 2007.

O primeiro PII englobou mais de uma centena de medidas com vista à plena integração dos migrantes na sociedade portuguesa, organizadas em vinte domínios setoriais: acolhimento, trabalho, emprego e formação profissional; habitação; saúde; educação; solidariedade e segurança social; cultura e língua; justiça; sociedade da informação; desporto; descendentes de migrantes; direito a viver em família - reagrupamento familiar; racismo e discriminação; liberdade religiosa; associativismo imigrante; media; relações com países de origem; acesso à cidadania e direitos políticos; questões de género; tráfico de seres humanos. Com o envolvimento da sociedade civil, assumindo por vezes a forma de parcerias com o Estado, o primeiro PII alcançou uma elevada taxa de execução, ultrapassando as metas definidas.

Posteriormente, o Plano para o horizonte 2010-2013, deu continuidade ao primeiro no seu objetivo de integração, tendo sido reformuladas algumas áreas, destacando-se a diversidade e interculturalidade (autonomizada), a proteção e integração dos migrantes em situação de desemprego e o domínio dos idosos migrantes, numa tentativa de encontrar respostas para os novos desafios da imigração.

O prosseguimento da intensificação dos fluxos populacionais entre países, num contexto de globalização, com a circulação de população de diferentes origens, por diferentes períodos e motivos tem impactos a múltiplos níveis nos países de acolhimento, tais como na diversidade cultural, na aproximação entre países, na estrutura demográfica, na base económica e nas contas públicas. Esta realidade exige por parte dos países a criação de novos instrumentos para a integração e apoio à população migrante.

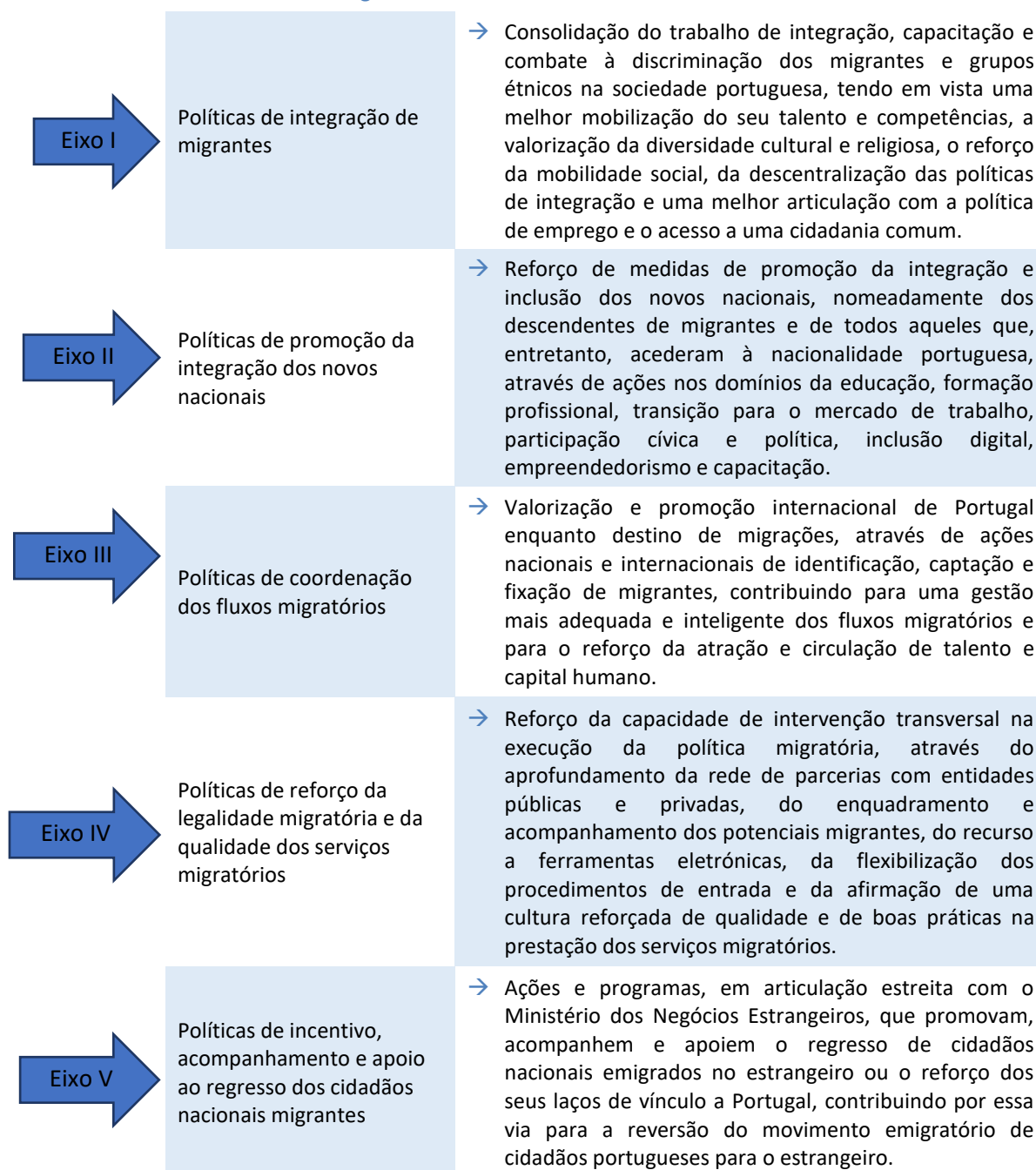
O Plano Estratégico para as Migrações, para o horizonte 2015-2020 (PEM)³ é um exemplo paradigmático, pretendendo “adequar politicamente o país a uma realidade migratória mais complexa e desafiante estabelecendo um quadro abrangente para gerir a migração e a mobilidade com países terceiros, em coordenação com a política externa da União Europeia”.

1 Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), introduzidas pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril.

2 Foram aprovados dois PII: PII 2007-2009 e 2010-2013, Resolução do Conselho de Ministros n.º 63 -A/2007, de 3 de maio e Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 12 de agosto, respetivamente.

3 Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março.

Figura 2. Estrutura do PEM 2015-2020



Fonte: PEM 2015-2020

Segundo o PEM, Portugal enfrenta cinco desafios, particularmente decisivos:

- O combate transversal ao défice demográfico e o equilíbrio do saldo migratório;
- A consolidação da integração e capacitação das comunidades migrantes residentes em Portugal, continuando a tradição personalista de Portugal;
- A inclusão dos novos nacionais, em razão da aquisição de nacionalidade ou da descendência de migrantes;

- A resposta à mobilidade internacional, através da internacionalização da economia portuguesa, na perspetiva da captação de migrantes e da valorização das migrações e do talento como incentivos ao crescimento económico;
- O acompanhamento da emigração portuguesa, através do reforço dos laços de vínculo e do reforço das condições para o regresso e reintegração de cidadãos nacionais emigrados.

Portugal tem sido dado como exemplo, internacionalmente, na integração de migrantes, desde o enquadramento legal proporcionado pela Lei da Nacionalidade, ao trabalho realizado localmente com o desenvolvimento dos planos municipais para a integração de migrantes, promovidos pelas autarquias em parceria com entidades locais e regionais, públicas e privadas, e com os próprios cidadãos⁴. Na sequência das recomendações da Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros⁵, os Estados-Membros foram incentivados à promoção de políticas de integração ao nível local.

Neste quadro, a criação de planos locais, municipais ou intermunicipais, como ferramenta preferencial de desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração de migrantes encabeça a lista de ações preconizadas no Plano Estratégico para as Migrações, para o horizonte 2015 -2020⁶, onde está prevista a definição de “estratégias locais que garantam uma ação concertada das diversas entidades envolvidas na área das migrações, visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes”.

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., com o financiamento do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) tem vindo a incitar os Municípios à criação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes, na qualidade de estratégia basilar para a gestão dos fluxos migratórios e contributo para o desenvolvimento local. Entre outubro de 2014 e junho de 2015 foram concebidos 19 PMIM, com um horizonte de implementação de 3 anos. Desta experiência, resultou também a elaboração de um Guia⁷ para a elaboração desta tipologia de planos.

O PMIM de Castelo Branco surge neste contexto, observando-se à escala concelhia as mesmas mutações do perfil migratório, que marcam a generalidade dos Municípios portugueses. O dinamismo migratório do concelho de Castelo Branco está patente no número e diversidade de estrangeiros com residência no Município. Em 2017, de acordo com dados do SEF⁸, encontravam-se a residir em Castelo Branco, 1.291 pessoas oriundas de 59 países diferentes, com destaque para as nacionalidades brasileira (310), ucraniana (184), romena (161) e Cabo Verdiana (112).

4 Entre 2014 e 2015 foram concebidos 19 Planos Municipais com financiamento do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI);

5 COM (2011) 455 final.

6 PEM, Eixo I — Políticas de integração de migrantes

7 Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Migrantes - Alto Comissariado para as Migrações, I.P., 2015

8 Note-se que os dados do SEF se diferenciam dos dados do INE em termos metodológicos pelo facto do SEF contabilizar apenas os estrangeiros com autorização de residência, ao passo que o INE contabiliza todos os estrangeiros, independentemente da sua condição.

Figura 3. Residentes estrangeiros em Castelo Branco, 2009-2017 (n.º)

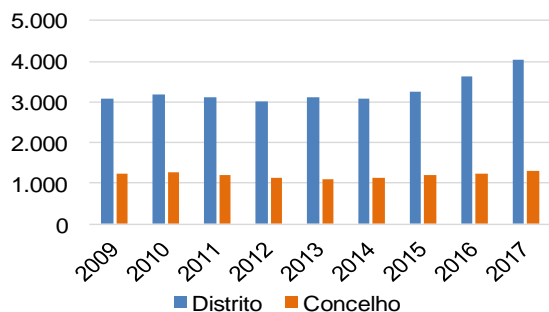
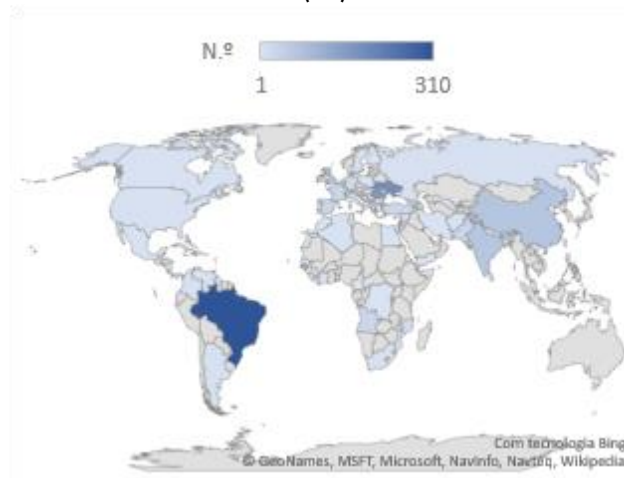


Figura 4. Residentes estrangeiros no concelho de Castelo Branco, segundo a nacionalidade, em 2017 (n.º)



Fonte: SEF

O PMIM de Castelo Branco para o horizonte 2018-2020 vem dar respostas às questões identificadas pelo PEM, à escala nacional, e pelo Diagnóstico Social Concelhio, este último num trabalho próximo com a comunidade imigrante local. A elaboração do Plano foi precedida de um acordo de adesão celebrado entre 18 parceiros⁹ de diferentes naturezas jurídicas, aptidões e meios para a integração de migrantes: associações de desenvolvimento local, associações empresariais, agrupamentos de escolas, delegações regionais de entidades públicas (SEF, ACT, UCC, ...), escolas profissionais, Associação de Apoio à Criança, empresas, Caritas.

2.2. O PMIM nas Políticas Locais em Matéria de Integração e Inclusão Social

Ao nível local, existem dois instrumentos setoriais de relevância para a temática: o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social de Castelo Branco, por refletirem em diversas dimensões as necessidades, desafios e oportunidades associadas a estes públicos-alvo (migrantes).

O Diagnóstico Social realizado para o Concelho de Castelo Branco¹⁰ permitiu retirar conclusões de relevo no que respeita à temática da integração de migrantes, nomeadamente, a necessidade de:

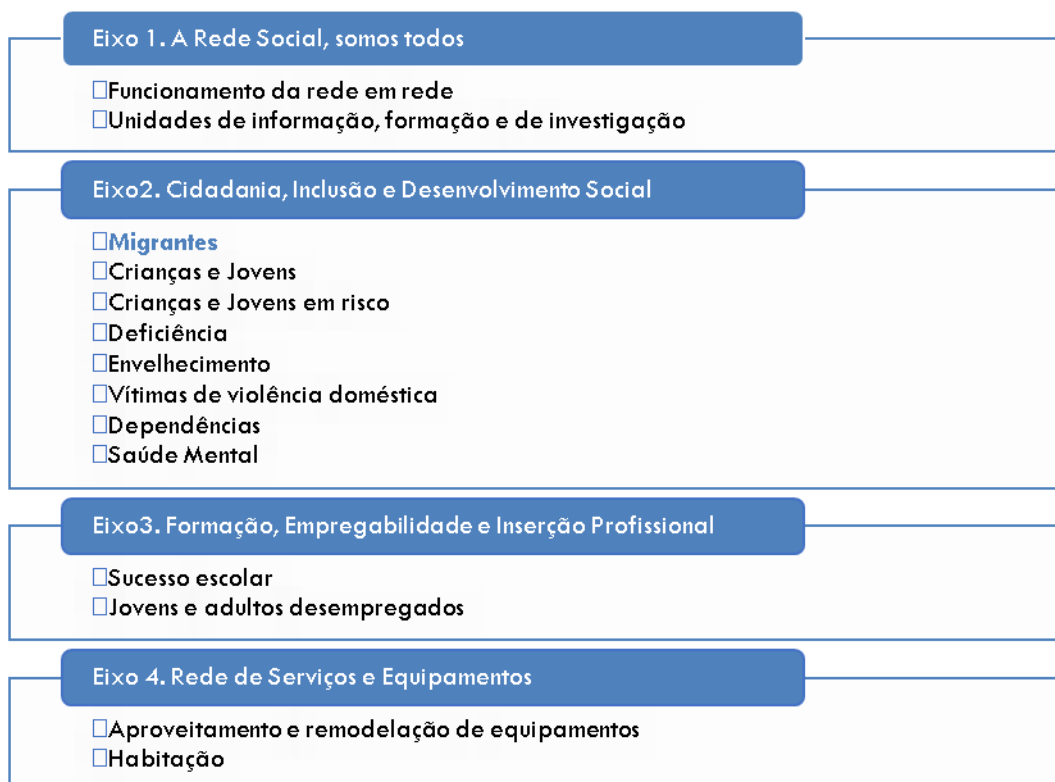
9 Parceiros do PMIM: Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento; AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa, ACICB – Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, Agrupamento de Escolas Amato Lusitano, o Agrupamento de Escolas Nuno Alvares, o Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional do Centro, a ACT - Centro Local da Beira Interior, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Caritas, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Escola Profissional Agostinho Roseta, Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense, Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco, Silvapor – Ambiente e Inovação, SOCOMONT – Sociedade de Combustíveis do Montalvão, Sweet Stillness, Lda.

10 Diagnóstico Social do Concelho de Castelo Branco, Rede Social, 2015.

- Promover redes locais, nacionais e internacionais que promovam a inclusão social, igualdade de oportunidades, de género e não discriminação, respeito pelos direitos fundamentais e pelo papel ativo na sociedade das pessoas em risco de pobreza e exclusão social, incluindo a mobilização de recursos para a sua capacitação, integração e participação plena na sociedade;
- Criar fatores de atração para a emigração e imigração como forma de combater o êxodo e o envelhecimento da população;
- Ampliar e sistematizar as intervenções contra a xenofobia;
- Combater o absentismo e o insucesso escolares, potenciando novas sinergias entre os alunos, as famílias a escola e a sociedade civil no sentido de construir novos percursos de vida positivos e plenos e assim promover a igualdade de oportunidades escolares e de género, independentemente da situação económica familiar ou origem ou cultural do estudante.

O Plano de Ação do PDS¹¹, no quadro do Eixo 2 “Cidadania, Inclusão e desenvolvimento social”, engloba ações especificamente direcionadas para os migrantes, embora a integração e inclusão social seja transversal aos restantes eixos e prioridades.

Figura 5. Estrutura do PDS do Concelho de Castelo Branco 2014-2017



Fonte: PDS de Castelo Branco (2014-2017)

No âmbito da cidadania, inclusão e desenvolvimento social foram definidos como objetivos a promoção da integração de migrantes e o desenvolvimento da multiculturalidade, a par da

¹¹ Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Castelo Branco 2014-2017, Rede Social, 2015.

promoção da integração de comunidades marginalizadas, como é o caso da comunidade cigana.

As estratégias adotadas com essa finalidade passam por:

- Monitorizar as estadias e as atividades dos migrantes no território concelhio, bem como observar e estudar as atividades relacionadas com os movimentos migratórios;
- Desenvolver um plano de ação de formação e sensibilização na área multicultural para agentes escolares/associativos ou de referência na comunidade albicastrense;
- Desenvolver um plano de ação de informação e de sensibilização na área da mediação intercultural para os serviços públicos;
- Desenvolver um plano de ação para sistematizar as competências sociais e culturais nos descendentes de migrantes e nas comunidades ciganas que vivem no concelho;
- Fomentar a ligação dos migrantes com as associações de bairro, culturais ou desportivas de forma a aumentar o sentimento de pertença e promover a multiculturalidade;
- Promover atividades anuais de animação multicultural no concelho Castelo Branco (escolas; bairros; aldeias e na cidade);
- Promover anualmente o curso de aprendizagem da língua portuguesa para migrantes (educação informal);
- Implementar o Dia Municipal do Diálogo Intercultural.

Neste sentido, o PDS assumiu como objetivos específicos:

- O apoio a 120 migrantes anualmente no preenchimento de documentos e posto de informação para a obtenção de títulos de residência em território nacional/ legalização junto do SEF (2014-2015), através do atendimento e encaminhamento personalizado dos emigrantes, do acompanhamento dos processos e da promoção de condições para uma maior inclusão;
- A criação de um plano multicultural com vigência de 2016 a 2017, verificando previamente as necessidades dos emigrantes e das instituições que trabalham com este coletivo e a criação de um corpo técnico e de dirigentes para a realização do mesmo;
- A criação de equipas de mediação intercultural;
- A criação de um Guia de Recursos para técnicos e instituições;
- A criação e realização de três cursos de formação, por ano, na área multicultural para agentes escolares/associativos ou de referência na comunidade albicastrense, até 2017;
- Dinamizar três cursos de língua portuguesa para migrantes (educação informal), até 2017;

- Conceber um projeto abrangendo as necessidades da comunidade cigana e a sua inclusão na sociedade.

O PMIM de Castelo Branco pressupõe igualmente uma forte complementaridade com outros projetos atualmente implementados pelas entidades parceiras, mormente pela Associação Amato Lusitano, cofinanciados por outros instrumentos de financiamento nacionais, nomeadamente:

- O projeto “Passaporte Global II” financiado pelo FAMI como resultado da candidatura ao Aviso N.º 14/FAMI/2016, nos termos da Portaria: n.º 407/2015, de 24 de novembro;
- O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), financiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. nos termos do disposto na Portaria de Janeiro - n.º 140/2015, de 20 de maio;
- O Núcleo Distrital de Apoio a Vítima - Castelo Branco (NAV/CB), que integra atualmente a Associação Amato Lusitano como entidade gestora, em cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e que é financiado pela Segurança Social.

O projeto “Passaporte Global II” assume como objetivo principal assegurar resposta à integração e migração legal no concelho de Castelo Branco, mobilizando a participação de vários parceiros locais e regionais e da população em geral, através da implementação de diversos recursos e atividades, nomeadamente:

- Gabinete Geral de Atendimento do CLAIM de Castelo Branco;
- Dinâmicas Multiculturais;
- Olhar + a Diferença;
- Saúde+.

Este projeto terminou a 31 de dezembro de 2017. O PMIM surge naturalmente na continuidade do Passaporte Global II embora estabeleça, sobretudo, complementaridade com o CLAIM (resposta que se mantém ativa apesar da ausência do financiamento).

Por sua vez, os GIP têm por objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção no mercado de trabalho, em parceria com o Centro de Emprego. Assim, o GIP presta apoio na orientação profissional e escolar das pessoas desempregadas ou pessoas à procura do 1.º Emprego (subsidiadas e não subsidiadas). Entre as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito do GIP, será particularmente relevante a sua articulação com o PMIM, em particular no aconselhamento e encaminhamento dos migrantes NPT em questões relacionadas com a:

- Procura ativa de emprego;
- Captação de ofertas de emprego e encaminhamento de candidatos para as várias modalidades de formação;

- Informação e encaminhamento para medidas de empregabilidade, apoio à contratação e empreendedorismo.

Quanto ao NAV/CB, desde 2006 que a Associação Amato Lusitano tem dado uma resposta integrada e ativa no apoio às vítimas de violência doméstica, com a criação e a dinamização de um Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência a funcionar nas suas instalações, desenvolvendo um trabalho em rede com várias entidades públicas e privadas nacionais, regionais e locais. A Associação atua num conjunto bastante diversificado de contextos e problemáticas, o que, desde o início, constituiu uma mais-valia fundamental no apoio a vítimas de violência. Em 2010, foi reestruturado o NAV/CB, que integra atualmente a Associação Amato Lusitano, como entidade gestora, em cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, tendo sido formalizados protocolos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P., Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, o Centro Hospitalar da Cova da Beira, Secretariado Distrital de Castelo Branco da União das Misericórdias Portuguesas, Agrupamentos e Delegações Comarcas da Ordem dos Advogados do Fundão, Castelo Branco e Covilhã.

Considerando o âmbito de intervenção do NAV/CB – e tendo em conta também a experiência de articulação com o Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes de Castelo Branco –, será promovida uma estreita articulação com o PMIM, operacionalizada através de:

- Acompanhamento especializado e apoio psicológico, jurídico e social em situações de violência envolvendo os migrantes NPT;
- Sensibilização para as questões da violência no namoro e violência escolar, igualdade de género e violência de género;
- Divulgação de informação aos migrantes NPT acerca dos direitos e deveres das vítimas de violência doméstica, a legislação nacional e os apoios disponíveis para as vítimas.

2.3. O público-alvo do PMIM

O grupo alvo do PMIM Castelo Branco e das ações que serão desenvolvidas no quadro da sua implementação são os migrantes legais, cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT), num quadro de acompanhamento dos esforços nacionais e da União Europeia de apoio e inclusão dos NPT e dos refugiados no país e na sociedade.

Na última década, consolidou-se a tendência de acentuado acréscimo de população de nacionalidade estrangeira no distrito de Castelo Branco, tendo esta registado uma variação bastante positiva (228%, tendo passado de 992 para 3.255 indivíduos, entre 2005 e 2015), de acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Este acréscimo verificou-se num quadro de menor metropolização das migrações, à escala nacional, com a procura de muitos migrantes por novas oportunidades de vida e de trabalho fora da Área Metropolitana de Lisboa, num período marcado pela diminuição de população estrangeira no país.

Ainda de acordo com os dados do SEF, em 2015, residiam no concelho de Castelo Branco 1.186 estrangeiros NPT, dos quais 1.065 (89,8%) com autorização ou cartão de residência e 121

(10,2%) com Visto de Longa Duração. Quanto à distribuição dos cidadãos NPT por género, em 2015, residiam no concelho 560 homens e 626 mulheres NPT - correspondendo a 47,2% e 52,8% do total, respetivamente.

Segundo dados da Associação Amato Lusitano - responsável pelo Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM) de Castelo Branco -, a população estrangeira que procura as respostas e serviços do CLAIM é maioritariamente NPT, tendo-se verificado uma redução da representatividade da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa, representando esta cerca de 40%. No período que decorreu entre 1 de julho de 2015 e 31 de julho de 2016, registaram-se 232 atendimentos de NPT no CLAIM de Castelo Branco¹².

As nacionalidades indiana e brasileira, representando 29% e 21% respetivamente, constituem as principais nacionalidades de países terceiros. Na estrutura de nacionalidades de NPT encontram-se ainda com um peso significativo as nacionalidades paquistanesa (16,1%) e ucraniana (15,3%). Todavia, há também registos de cidadãos de países da Europa de Leste, como a Rússia e a Roménia, da Ásia, nomeadamente do Nepal, e de diversos países africanos, entre os quais se encontram migrantes dos países de língua portuguesa, mas também de outros territórios, como a Nigéria e a Argélia.

Por género, mantém-se a tendência verificada nos últimos anos de crescente procura por parte das mulheres, ainda que os homens continuem a prevalecer (37% e 63%, respetivamente). Esta dinâmica reflete, por um lado, a efetivação dos processos de reunificação familiar e, por outro, movimentos migratórios de NPT em que se assiste à chegada de famílias completas.

A maioria dos migrantes NPT é potencialmente ativa, uma vez que 60% se encontra entre os 26 e os 45 anos e 20% entre os 46 e os 65 anos. A população jovem representa 20%, o que constitui um incremento demográfico da maior relevância numa região atingida por um acentuado envelhecimento demográfico (não se dispõe de registos de população idosa). Importa salientar a importância destes fluxos populacionais, quer para a demografia, quer em termos económicos, pois tratando-se de uma população tendencialmente jovem e ativa, para além de poder ajudar a suprir algumas das carências verificadas no mercado de trabalho, em geral não acarreta custos significativos para o sistema de saúde, uma vez que os maiores encargos financeiros neste setor ocorrem, sobretudo, com os idosos.

Dos NPT atendidos no Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM), a maioria encontra-se em situação regular em Portugal (54%), embora não se possa negligenciar a proporção de situações irregulares (46%).

Os motivos mais relevantes para estes cidadãos se dirigirem ao Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM) são a obtenção da nacionalidade portuguesa (25%), a legalização (21%), a inserção no mercado de trabalho (20%), a obtenção de múltiplas informações sobre aprendizagem, formação e ensino (11%), aspetos relacionados com a Segurança Social (5%) e apoio social (4%). Os outros assuntos (14%) são de natureza diversa, designadamente, relacionados com a habitação, apoio jurídico, etc. A heterogeneidade de cidadãos NPT e o facto de constituírem uma população predominantemente bastante jovem,

¹² Estes valores e os que se apresentam seguidamente, são devidamente atualizados e aprofundados, em capítulo específico na fase de diagnóstico e caracterização (capítulo 4.3.1).

usualmente com qualificações superiores às da população autóctone, assume a maior relevância.

Neste quadro, a elaboração e implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes constitui-se como um aspeto fundamental para se promover um ininterrupto e adequado apoio à integração dos NPT que residem e trabalham em Castelo Branco, bem como para o desenvolvimento de um trabalho pró-ativo de captação de NPT para este território, potenciando a satisfação das necessidades do mercado de trabalho, bem como colmatando o défice demográfico aqui registado.

(página propositadamente deixada em branco)

3. Metodologia

3.1. Geral

Considerando o desafio e a complexidade associados à elaboração de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes, devem ser observadas tipologias de abordagem que visam garantir a robustez, coerência e utilidade deste documento de referência para as políticas locais. Assim, a realização do PMIM de Castelo Branco procura atingir os seguintes objetivos gerais:

- Consolidar o conhecimento das dinâmicas globais socioeconómicas do concelho de Castelo Branco, através do recenseamento dos problemas e necessidades específicas com que se confronta a população migrante do concelho;
- Identificar os recursos disponíveis, nomeadamente, os atores que desenvolvem a sua atividade neste domínio, as intervenções e as estratégias preconizadas e implementadas por cada ator no âmbito da promoção da integração e da inclusão social dos migrantes;
- Reforçar o envolvimento dos atores relevantes, desde a Administração Local, às organizações locais, às próprias associações de migrantes e aos migrantes, envolvidos ou não em ações locais, através da conjugação de um programa de métodos diversificados e inovadores, melhorando a participação de todos os intervenientes;
- Aprofundar o conhecimento da Câmara Municipal de Castelo Branco e da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, bem como dos vários atores, acerca das metodologias mais adequadas que vêm sendo implementadas, e assim contribuir para eventuais ajustes a desenvolver no curto prazo, com vista a uma escalabilidade dos resultados.

Desta forma, a equipa técnica desenvolveu um roteiro metodológico, suportado nos princípios da coerência e utilidade que visam assegurar os pressupostos mencionados, promovendo ainda o desenvolvimento de um documento que apoie atores que procuram responder de forma adequada às necessidades dos NPT e que efetivamente contribua para a melhoria e qualificação do processo de integração social.

Neste quadro, o PMIM de Castelo Branco encontra-se dividido em duas grandes fases, nomeadamente a fase de diagnóstico e a fase da planificação da estratégia e das ações que constituem e são a principal razão de ser do Plano.

A dimensão do diagnóstico tem como principais objetivos a caracterização da situação municipal em matéria de migrações e da promoção da inclusão social. Desta forma, com recurso a instrumentos de recolha de informação e através do contacto com os atores estratégicos municipais, identificam-se as dinâmicas socioeconómicas do concelho de Castelo Branco, de modo a evidenciar a evolução da situação concelhia em dimensões-chave para a comunidade migrante, bem como uma leitura comparativa com a região, em que o concelho de Castelo Branco se insere, e com o país.

A recolha de informações e dados permite também priorizar as problemáticas e necessidades específicas da população imigrante, bem como o mapeamento dos recursos disponíveis para a promoção da inclusão de NPT no concelho.

Assim, a dimensão de diagnóstico assumiu os seguintes objetivos específicos:

- Enquadrar o PMIM nas políticas nacionais e locais em matéria de imigração e integração/inclusão social;
- Analisar as dinâmicas socioeconómicas mais impactantes (habitação, saúde, educação, mercado de trabalho) para a comunidade migrante;
- Efetuar um mapeamento e caracterização dos recursos disponíveis;
- Caracterizar a população imigrante e hierarquizar as suas necessidades.

Na componente estratégica e operacional do PMIM é consolidada uma visão constituída pelas ações e medidas que visam resolver os obstáculos à integração social dos migrantes, sinalizados em sede de diagnóstico. Desta forma, foram criadas e desenvolvidas fichas de ações, onde constam os elementos mais relevantes, que permitam suportar um processo de monitorização e avaliação e assim garantir um acompanhamento regular dos resultados.

No âmbito desta fase, procuram-se alcançar os seguintes objetivos específicos;

- Definir uma abordagem estratégica que concorra para reforçar a integração de migrantes, no concelho de Castelo Branco;
- Consolidar ações que materializem a estratégica e respondam de forma adequada às necessidades dos migrantes;
- Fortalecer a participação e partilha de responsabilidades entre os vários atores relevantes em matéria de migrações e integração social.

Desta forma, ficam reunidos os pressupostos necessários para garantir a observância dos objetivos gerais do PMIM, contribuindo para que este se constitua como um documento de referência ao nível municipal na integração social de NPT. Num contexto em que a otimização dos recursos assume importância crescente, a contribuição para a melhoria da qualidade de vida e igualdade de oportunidades destes indivíduos constituirá um fator de promoção da coesão social geral, bem como um passo em direção a uma sociedade positivamente consciente da diferença e diversidade cultural, consagrando a inclusão e integração social como valores fundamentais.

3.2. Operacionalização da Participação

De modo a aprofundar o conhecimento desta comunidade migrante, o processo de elaboração do PMIM de Castelo Branco, suportou-se num conjunto de metodologias específicas que garantiram, por um lado, a análise de informação atualizada, cruzando diversas fontes oficiais, e por outro lado, uma participação ativa e empenhada, seja das entidades com responsabilidades nestas matérias, seja da própria comunidade migrante NPT.

Assim, considerando os objetivos gerais e específicos a prosseguir com o PMIM, a equipa desenvolveu, em estreita articulação com a equipa de acompanhamento da Amato Lusitano, diversas metodologias específicas de recolha e análise de informação.

A recolha estatística e documental constituiu um aspeto relevante e particularmente relevante nas fases de enquadramento e análise dos fenómenos migratórios. Para esse efeito recorreu-se a diversas fontes, nomeadamente ao Instituto Nacional de Estatística (INE), ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), à Segurança Social, designadamente o sítio *online* da Carta Social, à Direção Geral de Saúde e ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), além de documentos disponibilizados pela Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCC) e pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento.

Ainda que o retrato fornecido por esta via seja relevante no contexto do Diagnóstico, a auscultação direta das partes envolvidas no processo de integração é igualmente importante, pelo que foram desenvolvidos inquéritos por questionário aos NPT, bem como às entidades que integram o CLAS e outros parceiros considerados relevantes. Isto porque se considera que os mesmos têm um papel de relevo no processo de integração, sendo parte ativa nessas dinâmicas, impactando de forma importante no seu sucesso.

Neste contexto, o inquérito por questionário aplicado aos NPT era composto por 2 partes, sendo que na primeira se realizava a caracterização do inquirido e na segunda eram abordados temas das áreas estratégicas relevantes, categorizados por dimensão de problema, numa escala de 3 níveis, nomeadamente, “problema muito grave”, “problema grave” e “não é um problema”.

Considerando os constrangimentos temporais para o desenvolvimento do Plano, bem como a fase do ano em que se realizou esta auscultação, os inquéritos a NPT foram aplicados aos migrantes que se encontravam a frequentar as lições de português para estrangeiros realizadas nas instalações do CLAIM, na Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento e, posteriormente, complementados com um conjunto mais amplo de inquéritos, aplicados junto dos NPT que, com maior frequência, recorrem aos serviços de apoios prestados pelo CLAIM (inquéritos preenchidos por migrantes em sede de atendimento no CLAIM).

Desta forma foi auscultado um total de 45 inquiridos de origens diversificadas e de vários escalões que, conseqüentemente, apresentam um conjunto de experiências e necessidades diferenciadas.

O facto de serem inquiridos NPT a frequentar aulas de português para estrangeiros e no universo de inquirição também constarem migrantes provenientes dos PALOP ou do Brasil

(que têm alguma expressão na comunidade de migrantes do concelho), concorre para que o universo de inquiridos seja bastante heterogéneo nas várias dimensões sociais, o que permitiu a recolha de perceções relevantes para o processo de diagnóstico do PMIM.

Por outro lado, foi inquirido um total de 15 entidades, que integram o CLAS de Castelo Branco e outros parceiros considerados relevantes para a temática, o que permitiu recolher as experiências mais relevantes de cada uma delas em matéria de inclusão e integração social.

Assim, além da recolha estatística e documental, foram reunidas informações de forma direta junto dos NPT e das entidades que estão envolvidas no processo de integração, o que permite constituir um retrato fiel dos constrangimentos, necessidades e aspetos a otimizar no processo de integração dos NPT.

4. Caracterização e Diagnóstico

4.1. Enquadramento Territorial

O concelho de Castelo Branco encontra-se inserido na região Centro, no território de intermediação entre a Beira Interior Norte, o Alto Alentejo, o Vale do Tejo e a Raia Central Espanhola. Relativamente à divisão administrativa do território, o concelho está enquadrado na NUTE III Beira Baixa¹³, que resultou da reformulação administrativa ocorrida em 2015, onde se incluem ainda os concelhos de Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila-Velha de Ródão.

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro - PROT Centro (2011), o padrão de ocupação do solo no território caracteriza-se por uma dispersão de aglomerados, tangente ao retalhamento do solo de uso agrícola, de sequeiro e de regadio. Deve também destacar-se o seu posicionamento privilegiado no contexto ibérico que, em articulação com a proximidade aos principais corredores rodoviários, e à reduzida distância a outros centros urbanos ibéricos (Portalegre, Coimbra, Guarda, Badajoz, Cáceres e Placência) conferem importantes vantagens locativas ao concelho.

Em termos demográficos, no último período intercensitário, a evolução populacional registou um ligeiro acréscimo no número de habitantes. Em 2001, a população residente no concelho situava-se nos 55.708 habitantes, tendo subido para os 56.109, em 2011, o que constitui uma variação positiva na ordem dos 0,7%. Esta evolução dá sequência à tendência de crescimento registada entre 1991 e 2001.

Porém, no caso da NUTE III Beira Interior Sul registou-se, para igual período, uma redução na ordem dos 4%, já que a população diminuiu dos 78.123 residentes em 2001 para os 75.028 em 2011, numa tendência divergente da que se verifica no concelho de Castelo Branco.

Tabela 1. População residente, por grupo etário (n.º e %)

Grupo Etário	Portugal	Centro	Beira Interior Sul	Castelo Branco
2001				
Total	10.356.117	2.348.397	78.123	55.708
0 – 14 anos	1.656.602	352.388	9.373	7.369
15 – 24 anos	1.479.587	322.118	9.119	7.066
25 – 64 anos	5.526.435	1.217.213	38.168	28.893
65 e mais anos	1.693.493	456.678	21.463	12.380
2011				
Total	10.562.178	2.327.755	75.028	56.109

¹³ Em 2015, entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal (NUTS 2013) que resultou em alterações em diversas NUTE III. A NUTE III em que se insere Castelo Branco alterou a sua designação de Beira Interior Sul para Beira Baixa, passando a integrar os concelhos de Oleiros e de Proença-a-Nova que anteriormente se encontravam inseridos na NUTE III Pinhal Interior Sul. Ao longo do relatório, são utilizadas as duas unidades administrativas, reportando-se as mesmas ao período de referência dos dados em análise, pelo que devem ser consideradas as diferenças existentes entre elas. Quando realizadas análise evolutivas que abrangem o período de ambas as NUTE III é utilizada a designação da NUTE III Beira Baixa.

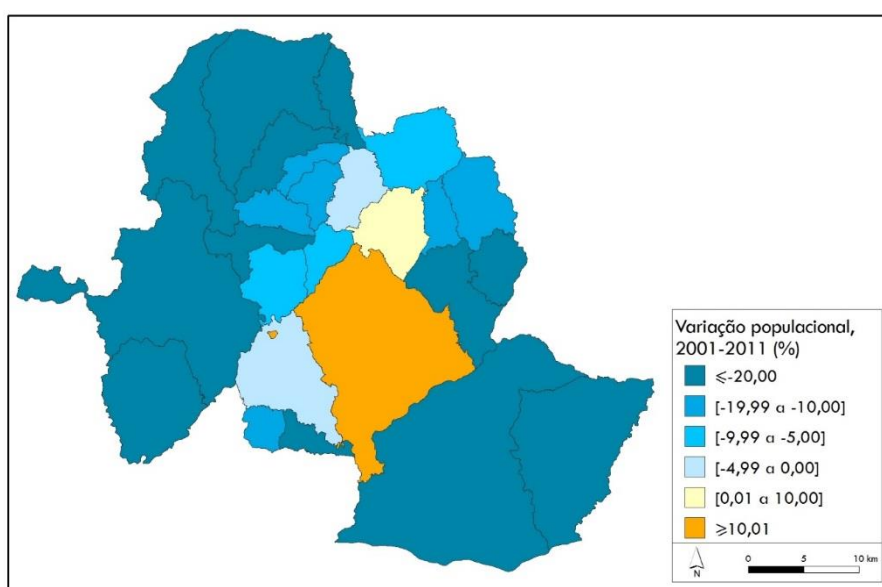
Grupo Etário	Portugal	Centro	Beira Interior Sul	Castelo Branco
0 – 14 anos	1.572.329	319.258	8.631	7.107
15 – 24 anos	1.147.315	239.248	6.737	5.424
25 – 64 anos	5.832.470	1.247.499	38.119	30.222
65 e mais anos	2.010.064	521.750	21.541	13.356
Variação (%)				
Total	2,0	-0,9	-4,0	0,7
0 – 14 anos	-5,1	-9,4	-7,9	-3,6
15 – 24 anos	-22,5	-25,7	-26,1	-23,2
25 – 64 anos	5,5	2,5	-0,1	4,6
65 e mais anos	18,7	14,2	0,4	7,9

Fonte: INE

A análise da dinâmica populacional interna revela que várias freguesias do concelho tiveram reduções populacionais relevantes. Em alguns casos registaram-se perdas populacionais superiores a 30%. Em Malpica do Tejo foi onde se registou a perda mais significativa, na ordem dos 32%, o que reflete uma diminuição populacional de 241 habitantes, para um total de 517. No Sobral do Campo registou-se igualmente uma perda populacional relevante, na ordem dos 29,1% para um total de 366 habitantes, em 2011, contra 516, em 2001.

As exceções às situações de perda populacional foram as freguesias de Alcains e Castelo Branco que registaram, respetivamente, um crescimento de 1,9% e 12,8% no número de habitantes. Assim, a freguesia de Castelo Branco passou dos 31.240 habitantes para os 35.242, em 2011, sendo a freguesia de residência para cerca de 62% do total de residentes do concelho e de 47% dos residentes da NUTE III Beira Interior Sul (75.028).

Figura 6. Evolução da população residente por freguesia



Fonte: INE

Estas diferenças na dinâmica demográfica da freguesia de Castelo Branco face às restantes devem-se às características específicas deste território, nomeadamente a presença de um

núcleo urbano (cidade de Castelo Branco) de dimensão considerável face à realidade regional, onde se fixaram equipamentos económicos e respostas sociais polarizadoras do ponto de vista territorial.

Ainda assim é notória uma tendência para o envelhecimento populacional, ainda que de forma mais ligeira e não tão gravosa quanto as restantes freguesias. De facto, ao nível concelhio, a tendência de envelhecimento populacional está evidenciada na análise de vários indicadores estatísticos. O índice de envelhecimento do concelho (207) é inferior ao da NUTE III Beira Baixa (281,2), mas superior ao observado para a região Centro (194) e para a média nacional (155,4).

Tabela 2. Índice de envelhecimento e índice de dependência de idosos e de jovens (n.º)

Unidade territorial	2001	2011	2017
Índice de envelhecimento			
Portugal	102,2	127,6	155,4
Centro	129,5	160,7	194,0
Beira Baixa	228,9	256,0	281,2
Castelo Branco	168,0	181,4	207,0
Índice de dependência de idosos			
Portugal	24,1	28,8	33,3
Centro	29,6	34,2	37,7
Beira Baixa	45,3	48,4	50,1
Castelo Branco	34,4	36,5	40,6
Índice de dependência de jovens			
Portugal	23,6	22,6	21,4
Centro	22,8	21,3	19,4
Beira Baixa	19,8	18,9	17,8
Castelo Branco	20,4	20,1	19,6

Fonte: INE

No caso do índice de dependência de idosos, que reflete a relação entre a população em idade ativa e o número de pessoas com 65 ou mais anos de idade, a situação no concelho é, à semelhança do índice de envelhecimento, menos gravosa que na NUTE III Beira Baixa. Porém, quando comparada com as restantes unidades territoriais é notória uma maior proporção de idosos face à região Centro e à média nacional, sendo essa diferença mais significativa no caso desta última.

Relativamente ao índice de dependência de jovens, ao nível concelhio, a proporção de crianças e jovens com idade até 15 anos face ao total de cidadãos em idade ativa, é superior ao da Beira Baixa e região Centro, ainda que continue aquém do observado ao nível nacional. A conjugação destes fatores permite apontar para a existência de uma situação de envelhecimento populacional, refletida no aumento dos residentes com 65 ou mais anos de idade e na gradual diminuição da população jovem. Ainda que este fenómeno se estenda à generalidade do país, a faixa interior, onde o concelho de Castelo Branco se encontra, tem sido particularmente afetada por este fenómeno o que, a prazo, pode conduzir à perda de

população e, assim, constituir um risco social e económico relevante. Na região da Beira Baixa, a situação de perda populacional é já evidente.

Neste contexto, os fenómenos migratórios podem ter um papel relevante na atenuação do envelhecimento e da perda populacional, contribuindo para o seu rejuvenescimento. Os saldos migratórios registados no concelho tiveram valores positivos até meados da década passada, o que contribuiu para um saldo positivo em termos populacionais. Contrariamente, o saldo natural apresenta valores sempre negativos, sendo o valor mais elevado registado em 2017 (o número de mortes no concelho é superior ao número de nascimentos). Porém, mais recentemente, o saldo migratório passou a registar valores negativos o que, associado aos saldos naturais também negativos, resulta numa situação de perda populacional.

Tabela 3. Saldos populacionais no concelho de Castelo Branco (n.º)

Saldo	1991	1997	2001	2007	2011	2017
Saldo Natural	-205	-191	-183	-279	-283	-306
Saldo Migratório	15	362	441	300	-335	-118
Saldo Total	-190	171	258	21	-618	-424

Fonte: INE

Dados do SEF relativos a NPT referem que residiam no concelho, em 2017, um total de 1.291 indivíduos de nacionalidade estrangeira. Em 2011 esse valor era ligeiramente inferior, situando-se nos 1.215. Em ambos os períodos, os indivíduos de países fora da UE28 tinham uma preponderância superior comparativamente aos países da União Europeia dos 28. Em 2016, por cada 100 habitantes, registaram-se 0,24 solicitações de estatuto de residente por parte de NPT, valor superior ao observado em 2011, que se situou nos 0,15.

Em 2017, os NPT mais representativos no concelho eram, de acordo com dados do SEF, brasileiros (310) e ucranianos (184). No caso dos NPT pertencentes aos PALOP a nacionalidade mais comum era a cabo-verdiana, com 112 indivíduos, seguida da angolana e são-tomense, com 27 e 11 representantes, respetivamente.

Tabela 4. População estrangeira residente, por nacionalidade, em Castelo Branco (n.º), em 2017

Nacionalidade	N.º	Nacionalidade	N.º
Brasileira	310	São-tomense	11
Ucraniana	184	Búlgara	8
Romena	161	Guineense	8
Cabo-verdiana	112	Sueca	8
Chinesa	64	Israelita	7
Indiana	63	Timorense	7
Reino Unido	63	Argentina	6
Espanhola	29	Síria	6
Francesa	29	Estados Unidos da América	5
Paquistanesa	29	Russa	5
Angolana	27	Belga	4
Turca	24	Mexicana	4
Alemã	19	Moldava	4

Nacionalidade	N.º	Nacionalidade	N.º
Italiana	17	Venezuelana	4
Moçambicana	15	Outras nacionalidades	44
Holandesa	14	Total	1.291

Fonte: SEF

Em síntese, considerando as tendências demográficas ao nível concelhio e regional, marcadas pelo envelhecimento e potencial risco de perda populacional, o acolhimento e inclusão social de NPT pode constituir uma forma de atenuar e reverter este ciclo, contribuindo para a estabilização demográfica e social do concelho e da região.

4.2. Dinâmicas Socioeconómicas

4.2.1. Habitação

A temática da habitação assume particular relevância em matéria de integração social por se constituir como um dos principais elementos de suporte à dignidade e qualidade de vida dos indivíduos, correspondendo também a um direito social fundamental e constitucionalmente consagrado. Neste âmbito, a existência e disponibilidade de habitação em condições de habitabilidade adequadas é um aspeto determinante para a integração social de NPT que se pretendam fixar em determinado lugar. Com efeito, a sua ausência, reduzida disponibilidade ou dificuldade de acesso resulta frequentemente na existência de pessoas a residir em condições precárias do ponto de vista habitacional, de salubridade e de higiene, o que coloca sérios entraves à sua integração, bem como à coesão social.

De acordo com dados dos Censos de 2011, existiam no concelho 38.316 alojamentos familiares¹⁴, distribuídos por 24.669 edifícios. Destes, 22,5% dos edifícios foram construídos entre 1991 e 2011, sendo que 46,7% data de 1961 a 1990, sendo os restantes de períodos anteriores.

Ainda que parte do parque habitacional apresente uma idade considerável, a maioria dos edifícios (65,6%) não apresenta qualquer necessidade de reparação e, dos que têm essa necessidade, 21,9% carecem apenas de pequenas reparações. De facto, apenas 1,2% do total de edifícios se encontra muito degradado e 3,1% precisa de grandes reparações. Estes valores permitem concluir por um bom estado geral de conservação do edificado habitacional concelhio.

Tabela 5. Edifícios no concelho de Castelo Branco por necessidade e tipo de reparação (n.º e %), em 2011

Total	Sem necessidade de reparação	Com necessidade de reparação	Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações	Muito degradado
24.669 (100%)	16.179 (65,6%)	8.188 (33,2%)	5.406 (21,9%)	2.026 (8,2%)	756 (3,1%)	302 (1,2%)

¹⁴ De acordo com a definição do INE, um alojamento familiar destina-se a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins.

Fonte: INE

Relativamente aos alojamentos existentes, 23.038 (que correspondem a 60,1% do total) eram de residência habitual, e 23.038 (29,7%) eram de residência secundária. Ainda assim, 10,1% do total de alojamentos encontrava-se vago, o que corresponde a um total de 3.885 fogos.

Relativamente ao tipo de ocupação, a maior parte dos alojamentos familiares de residência habitual estão ocupados pelo seu proprietário ou coproprietário (18.189 alojamentos), seguidos dos que se encontram arrendados ou subarrendados (3.567 alojamentos). Destes, a maior parte encontra-se arrendado sob contrato de duração indeterminada (2.359 alojamentos). O arrendamento através de renda social ou renda apoiada cingia-se a 175 fogos.

O escalão de renda mais comum é o dos 200 aos 299,99 euros, onde se enquadram 1.004 dos alojamentos arrendados (28,1%), seguido do escalão dos 300 aos 399,99 euros, com 711 fogos (19,9%). Nestes dois escalões de renda enquadram-se quase metade dos alojamentos familiares clássicos arrendados no concelho.

O valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados no concelho era, de acordo com dados dos Censos de 2011, de 198,43 euros. No caso da freguesia de Castelo Branco o valor era ligeiramente mais elevado, situando-se nos 202,82 euros. Face aos valores registados em 2001, em que o valor médio concelhio era de 116 euros e, na freguesia de Castelo Branco, de 118 euros, são significativos os aumentos registados.

Numa perspetiva comparativa, os valores de 2011 registados para o concelho e freguesia de Castelo Branco estão em linha com os valores médios da região da Beira Interior Sul, e abaixo do observado na região Centro (229 euros) e média nacional (235 euros).

No que diz respeito aos encargos médios mensais devidos à aquisição de habitação, o valor médio, em 2001, era de 234 e 243 euros, respetivamente, no concelho e na freguesia de Castelo Branco, sendo que esses valores subiram, em 2011, para os 332 e 334 euros, também respetivamente. Ainda assim, estes valores estão em linha com o registado na região da Beira Interior Sul (331 euros), e bastante abaixo do observado para a região Centro (378 euros) e média nacional (395 euros).

Em matéria de habitação social, em 2011, existiam em Castelo Branco, de acordo com dados do INE, 9 bairros sociais. Em 2012, eram 300 os fogos de habitação social no concelho, dos quais 286 arrendados, a grande maioria (217) em regime de renda apoiada. Os fogos de habitação social arrendados subiram para 291, em 2015, mantendo-se o regime de renda apoiada (250 fogos) como o tipo de contrato de arrendamento prevalecente.

Nota ainda para o facto de, em 2011, se terem registado 496 pedidos de habitação em Castelo Branco, bem como para a atribuição de 44 fogos de habitação social, em 2012, dos quais 17 em regime de arrendamento e 27 em regime de venda. Valores que, em 2015, passaram para um total de 32 fogos atribuídos, todos em regime de arrendamento. Em 2012, o valor máximo da renda de habitação social era de 396 euros, sendo o valor mínimo de 4 euros. O valor médio situava-se nos 60 euros.

Note-se que os dados apresentados se suportam, principalmente, nos Censos de 2011. Porém, as estimativas do INE relativas ao número de alojamentos familiares clássicos apontavam para um número de alojamentos familiares clássicos na ordem dos 38.733, em 2016. Este valor,

pouco acima do observado em 2011, aponta para uma tendência de estabilização no sector imobiliário e construtivo do concelho, situação que se verifica também na região da Beira Baixa.

Em síntese, conclui-se que, em matéria de habitação, o concelho apresenta um parque edificado relativamente bem conservado, apesar de alguns edifícios terem já várias décadas. O regime de ocupação dominante é a habitação própria e cerca de 10% dos alojamentos identificados encontrava-se vago. Além disso, identifica-se a existência de respostas no âmbito da habitação social que é maioritariamente concedida através do regime de renda apoiada.

4.2.2. Saúde

Em matéria de saúde, as respostas existentes no concelho cobrem diversas valências, asseguradas pela Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco. Esta unidade é composta pelas Unidades de Gestão Integradas de Saúde Familiar Comunitária da Beira Interior Sul, pelas Unidades de Gestão Integradas de Saúde Familiar e Comunitária do Pinhal Interior Sul e pelas Unidades de Gestão Integradas Hospitalares – Hospital Amato Lusitano. Nestas unidades estão integrados equipamentos distribuídos por um vasto território, nomeadamente os concelhos integrados na NUTE da Beira Baixa (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão) e Pinhal Interior Sul (Vila de Rei) que prestam Cuidados Primários, Hospitalares e Cuidados Continuados e Paliativos.

Especificamente, no concelho de Castelo Branco, existem 2 Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP), nomeadamente o Centro de Saúde de São Tiago e o Centro de Saúde de São Miguel.

Na UCSP São Tiago existiam, em maio de 2018, de acordo com a Base de Dados do Registo Nacional de utentes do Ministério da Saúde, 15 médicos de família, sendo que na UCSP São Miguel eram 11. Na UCSP São Tiago registava-se um total de 25.644 utentes, dos quais 98,6% tinham médico de família. No caso da UCSP São Miguel o total de utentes inscritos era de 19.625 dos quais 99,6% com médico de família.

De acordo com a mesma fonte, o índice de dependência total dos utentes da UCSP São Tiago era de 61% (18,1% no caso dos jovens e 42,9% no caso dos idosos), sendo que no caso da UCSP São Miguel esse valor era de 58,7% (22,4% dos jovens e 36,3% nos idosos).

Ainda em matéria de saúde, realizaram-se, em 2012, 172.901 consultas nos centros de saúde. A maioria no domínio da medicina geral e familiar (saúde de adultos), que, com 148.497 consultas, representaram quase 86% do total de consultas realizadas no concelho.

Dados de 2016, relativos às consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais, apontam para um total de 89.518 consultas. Este valor representa um aumento face a 2015, em que se registaram 88.926 consultas. Comparativamente a 2006, em que se registou um total de 67.046 consultas, este aumento é ainda mais significativo.

O efetivo composto pelos indivíduos que trabalham na área da saúde constitui também um indicador relevante do estado e disponibilidade de recursos humanos afetos às infraestruturas

de saúde. O número de enfermeiros a exercer funções no concelho tem registado um aumento gradual desde 2011 (488 enfermeiros) até 2016 (532 enfermeiros). Relacionando este efetivo com o número de habitantes, conclui-se que no concelho de Castelo Branco o número de enfermeiros por 1.000 habitantes era de 10/1000, valor superior ao registado em 2011, que se situava nos 8,8. No período compreendido entre 2011 e 2016, comparativamente a outras unidades territoriais, Castelo Branco apresenta um rácio mais favorável que o observado ao nível nacional, na região Centro e na Beira Baixa. Em 2016, o valor nacional era de 6,7 enfermeiros por cada 1.000 habitantes, sendo que na região Centro e na Beira Baixa esse valor se situava nos 6,8 e 7,7, respetivamente.

Relativamente ao número de médicos a residir no concelho, contabilizavam-se 239, em 2016, o que constitui o valor mais elevado do período compreendido entre 2011 e 2016. Porém, o número de médicos por 1.000 habitantes de Castelo Branco, no período em análise, é sempre inferior ao da média nacional. Em 2016, o número de médicos por 1.000 habitantes em Castelo Branco situava-se nos 4,5, sendo que o valor médio nacional era de 4,9. Ainda assim, o valor concelhio era superior ao registado na região Centro (4,4) e Beira Baixa (3,3).

Relativamente aos óbitos por causa da morte registaram-se algumas mudanças no período compreendido entre 1981 e 2016. As doenças do aparelho circulatório, mantêm-se como a principal causa de morte, ainda que se tenha registado um decréscimo significativo desta relevância relativa, dos 38,2% para os 26,5%. Em sentido contrário, encontram-se as mortes associadas a tumores malignos que registaram o aumento mais significativo, e as doenças do aparelho respiratório que se constituem, respetivamente, como a segunda e terceira causas de morte no concelho.

Tabela 6. Óbitos por causas de morte (%) no concelho de Castelo Branco (1981 e 2016)

Causa de Morte	1981	2016
Doenças do aparelho circulatório	38,2	26,5
Tumores malignos	11,5	25,0
Lesões e envenenamentos	-	0,3
Diabetes	0,7	4,8
Doenças do aparelho respiratório	5,0	11,2
Doenças do aparelho digestivo	3,3	4,9
Suicídio	-	0,6

Fonte: DGS/MS

Finalmente, em matéria de saúde, destaque-se ainda o facto de Castelo Branco apresentar uma taxa bruta de mortalidade tendencialmente superior à média nacional e da região Centro. Ainda que se registre uma diminuição desta taxa entre 2007 e 2017, é notório um valor mais elevado à das unidades territoriais referidas, ainda que, comparativamente à NUTE III Beira Baixa, o valor registado em Castelo Branco seja mais baixo.

Tabela 7. Evolução da taxa bruta de mortalidade (‰)

Unidade Territorial	1997	2007	2017
Portugal	10,4	9,8	10,6
Centro	11,8	11,5	12,5

Beira Baixa ¹⁵	15,9	16,4	16,4
Castelo Branco	13,1	13,4	13,0

Fonte: INE

Face ao exposto, conclui-se que existem em Castelo Branco diversas valências associadas aos cuidados de saúde que permitem cobrir as necessidades neste domínio de análise. Ainda assim, identificam-se alguns fatores que podem condicionar a eficácia destes equipamentos, nomeadamente ao nível da disponibilidade de pessoal médico. Identifica-se também uma taxa de mortalidade mais elevada comparativamente a outras unidades territoriais, o que pode estar associado à maior preponderância da população idosa, mais vulnerável a situações de doença, que às condições sociais e económicas em si.

4.2.3. Educação

A oferta educativa disponível em Castelo Branco cobre a generalidade dos níveis de ensino. No ano letivo de 2015/2016, identificava-se um total de 50 estabelecimentos de ensino não superior no concelho, sendo a grande maioria (38) de natureza pública.

Do total de instituições de ensino não superior, 29 eram estabelecimentos de ensino pré-escolar (20 de natureza pública), constituindo-se como a tipologia com maior representatividade. Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, existia um total de 25 estabelecimentos que disponibilizavam esse nível de ensino, em que apenas 2 eram de natureza privada. A oferta de 2.º ciclo do ensino básico era assegurada por 6 estabelecimentos, todos de natureza pública. No caso do 3.º ciclo do ensino básico, era disponibilizado por 9 estabelecimentos de ensino (1 privado). Finalmente, no que diz respeito ao ensino secundário, identificava-se um total de 6 estabelecimentos de ensino que ofereciam esse nível de escolaridade, dos quais 3 públicos e 3 privados.

Relativamente ao número de alunos matriculados, no ano letivo de 2015/2016, registou-se um total de 8.017 matrículas em instituições de ensino não superior, incluindo ensino pré-escolar. A maioria dos alunos matriculados encontrava-se a frequentar o ensino secundário (2.155 alunos), seguido do 1.º ciclo do ensino básico, onde se encontravam inscritos 1.852 crianças.

Tabela 8. Alunos matriculados por nível de ensino e ano letivo (n.º), no concelho de Castelo Branco (2005-2006 / 2015-2016)

Nível de ensino	2005 / 2006	2015 / 2016
Ensino Pré-Escolar	1.377	1.217
1.º Ciclo do Ensino Básico	2.203	1.852
2.º Ciclo do Ensino Básico	1.123	1.069
3.º Ciclo do Ensino Básico	1.844	1.649
Ensino Secundário	2.174	2.155
Ensino Pós-Secundário	20	75
Total	8.741	8.017

Fonte: INE

¹⁵ Note-se que neste período ocorreu a já mencionada alteração na composição das NUTE III. Desta forma, os valores de 1997 e 2007 referem-se à NUTE III Beira Interior Sul, que se diferencia da NUTE III Beira Baixa por incluir os concelhos de Oleiros e de Proença-a-Nova.

Comparativamente ao ano letivo 2005/2006 é notória uma diminuição no número total de alunos matriculados. O nível de ensino em que se registou maior diminuição foi no 1.º ciclo do ensino básico, com uma redução de 351 alunos, refletindo a progressiva redução das taxas de natalidade e fertilidade no concelho, nos últimos anos.

No que diz respeito ao ensino superior, existem em Castelo Branco 5 estabelecimentos de ensino superior, todos pertencentes ao Instituto Politécnico de Castelo Branco. Além destes, existe outro estabelecimento de ensino superior desta instituição, localizado no concelho de Idanha-a-Nova. Dados relativos ao número de alunos inscritos no ano letivo 2016/2017 apontam para um total de 3.550 alunos matriculados no concelho de Castelo Branco. Este valor é inferior ao do ano letivo de 2006/2007, em que se registou um total de 3.776 matrículas nos estabelecimentos de ensino superior do concelho.

Porém, no caso dos alunos inscritos de nacionalidade estrangeira, regista-se uma tendência de crescimento constante. No ano letivo de 2006/2007 o número de alunos estrangeiros inscritos em instituições do ensino superior em Castelo Branco era de 61, o que representava uma proporção de 1,6% do total de alunos. No ano letivo de 2016/2017 o efetivo de alunos estrangeiros era de 275, o que representava uma proporção de 7,7%.

Tabela 9. Alunos matriculados no ensino superior (n.º), no concelho de Castelo Branco

Ano letivo	Total	Alunos NPT
2006/2007	3.776	61
2016/2017	3.550	275
Variação	- 226	214

Fonte: INE

Esta tendência é até inversa à do número total de alunos matriculados no ensino superior no concelho, que, considerando os períodos de referência em análise, diminuiu cerca de 5%. Neste quadro, o aumento do número de alunos NPT matriculados em instituições do ensino superior contribuiu para atenuar a perda de alunos observada.

No âmbito do diagnóstico relativo ao sector educativo, é também relevante identificar o padrão de qualificações da população. De acordo com dados dos Censos de 2011, do total de 49.002 habitantes no concelho com 15 ou mais anos de idade, mais de 30% tinha como nível de escolaridade o 1.º ciclo do ensino básico. A população com formação ao nível do ensino superior era de 19%, sendo que 7,7% que não tinha qualquer nível de ensino concluído.

Tabela 10. População com 15 ou mais anos de idade por nível de escolaridade (n.º e %), no concelho e freguesia de Castelo Branco, em 2011

Nível de escolaridade	Concelho		Freguesia de Castelo Branco	
	N.º de habitantes	Proporção (%)	N.º de habitantes	Proporção (%)
Nenhum	3.774	7,7	1.298	4,3
1.º Ciclo do Ensino Básico	15.061	30,7	6.580	21,9
2.º Ciclo do Ensino Básico	3.169	6,5	1.858	6,2
3.º Ciclo do Ensino Básico	7.105	14,5	4.771	15,9
Secundário	9.748	19,9	7.159	23,9

Pós-Secundário	484	1,0	343	1,1
Superior	9.661	19,7	8.001	26,7
Total	49.002	100	30.010	100

Fonte: INE

Considerando as dicotomias existentes entre o território concelhio e a freguesia de Castelo Branco, de características mais urbanas, são notórias as diferenças nos padrões educacionais. Com efeito, na freguesia de Castelo Branco o grau de escolaridade mais comum na população com 15 ou mais anos de idade era o ensino superior (26,7%), seguida do ensino secundário (nível de ensino de quase 24% da população com 15 ou mais anos de idade).

Esta situação reflete a existência de algumas diferenças nas condições socioeducativas, entre a sede de concelho e as restantes unidades territoriais que compõem o concelho, com população mais envelhecida e com características sociais e económicas associadas a uma maior ruralidade. Ainda assim, é de salientar uma melhoria generalizada dos níveis de ensino da população, nos últimos anos.

Conclui-se que a oferta educativa presente no concelho cobre todos os níveis de ensino. Porém, tem-se registado uma diminuição no número de alunos matriculados, o que pode estar associado com o envelhecimento populacional. No caso concreto do ensino superior, a presença de alunos NPT tem permitido atenuar a diminuição do número de alunos no ensino superior (no Instituto Politécnico de Castelo Branco).

4.2.4. Ação Social

As dimensões associadas à ação e proteção social têm um papel determinante no acolhimento e apoio à integração de NPT, principalmente devido à sua maior vulnerabilidade social. A este respeito, os apoios concedidos pelas entidades locais e pelo Estado Central constituem importantes mecanismos de promoção da igualdade de oportunidades aos grupos desfavorecidos, contribuindo, conseqüentemente, para a sua inclusão.

No domínio da ação social, as respostas de âmbito social, de que são exemplo as creches, lares residenciais ou centros de dia, desempenham também um importante papel social, nomeadamente na satisfação das necessidades de harmonização da vida familiar e profissional, bem como através da prestação de respostas direcionadas para grupos populacionais específicos, como os idosos ou a população com deficiência.

A este respeito, com base no sítio *online* da Carta Social, que apresenta dados relativos a janeiro de 2018¹⁶, existiam em Castelo Branco respostas sociais associadas a várias áreas de intervenção, identificando-se a respetiva capacidade e número de utentes. Desta Carta constam as respostas sociais que, no âmbito da ação social, são tuteladas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ou com este têm acordo de cooperação.

No caso das respostas sociais dedicadas ao domínio da infância e juventude estão identificados equipamentos de tipologia variada. O tipo de equipamento mais comum eram os estabelecimentos de educação pré-escolar, que, num total de 26 equipamentos,

¹⁶ Note-se que os dados têm carácter indicativo, uma vez que o número atual de utentes pode ser diferente, considerando o período de atualização dos mesmos.

disponibilizam um total de 1.284 vagas, das quais 88,2% se encontravam ocupadas. Note-se que o único centro de atividades de tempos livres existente no concelho registava uma taxa de ocupação de 100%, denotando uma procura muito elevada e, porventura, uma oferta pouco expressiva face às necessidades existentes.

Tabela 11. Respostas sociais no domínio da infância e juventude (n.º e %), no concelho de Castelo Branco, em janeiro de 2018

Área de intervenção	Resposta Social	Equipamentos	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação (%)
Crianças e jovens	Centro de Atividades de Tempos Livres	1	50	50	100
	Creche	15	798	612	76,7
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	26	1.284	1.132	88,2
Crianças e jovens em situação de perigo	Centro de Acolhimento Temporário	1	8	6	75,0
	Lar de Infância e Juventude	2	77	50	64,9
Crianças e jovens com deficiência	Intervenção Precoce	1	152	80	52,6
	Lar de Apoio	1	18	18	100

Fonte: cartasocial.pt (MTSSS)

Relativamente às respostas sociais dedicadas a pessoas adultas, onde se inclui a população idosa e população com deficiência, existem várias respostas com taxas de ocupação bastante elevadas. No caso da resposta “lar residencial para pessoas com deficiência” a taxa de ocupação é superior a 100%, o que significa que o número de utentes era superior à capacidade disponível.

No caso das respostas dedicadas às pessoas idosas, existem também casos em que a taxa de ocupação é bastante elevada. Nos centros de convívio a taxa de ocupação total é de 97,6%, sendo que no caso da estrutura residencial para pessoas idosas (os chamados lares) registam uma taxa de ocupação pouco abaixo dos 96%.

Tabela 12. Respostas sociais no domínio das Pessoas Adultas (n.º e %), no concelho de Castelo Branco, em janeiro de 2018

Área de intervenção	Resposta Social	Equipamentos	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação (%)
Pessoas com deficiência	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	1	45	27	60,0
	Centro de Atividades Ocupacionais	4	170	161	94,7
	Lar Residencial (Deficiência)	5	149	152	102,0
	Serviço de Apoio Domiciliário	1	25	16	64,0
Pessoas idosas	Centro de Convívio	5	411	401	97,6
	Centro de Dia	24	578	380	65,7
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)	18	954	914	95,8
	Serviço de Apoio Domiciliário	26	847	547	64,6

Fonte: cartasocial.pt (MTSSS)

Finalmente, no que diz respeito à área de intervenção da família e comunidade, existem respostas sociais para a família e comunidade em geral e para pessoas toxicodependentes. No caso da resposta ajuda alimentar a carenciados, a taxa de ocupação é de 100%. No caso do atendimento/acompanhamento social a taxa de ocupação situa-se nos 50% sendo que, à data, o centro de alojamento temporário não registava qualquer utente. Porém, note-se que esta resposta visa apoiar situações de forma temporária e transitória, pelo que o facto de, no momento de recolha de dados não registar qualquer utente não significa que não tenha registado procura.

Tabela 13. Respostas sociais no domínio da Família e Comunidade (n.º e %), no concelho de Castelo Branco, em janeiro de 2018

Área de intervenção	Resposta Social	Equipamentos	Capacidade	Utentes	Taxa de ocupação (%)
Família e comunidade em geral	Ajuda Alimentar a Carenciados	1	50	50	100
	Atendimento/Acompanhamento Social	1	100	50	50,0
	Centro de Alojamento Temporário	1	5	0	0,0
Pessoas toxicodependentes	Apartamento de Reinserção Social	1	10	9	90,0

Fonte: cartasocial.pt (MTSSS)

No caso das pessoas toxicodependentes, o apartamento de reinserção social, que procura apoiar de forma temporária pessoas toxicodependentes após a saída de unidades de tratamento, estabelecimentos prisionais, centros tutelares ou outros da área da justiça, registava uma taxa de ocupação de 90%.

Ainda no domínio da ação social, o rendimento social de inserção (RSI) é uma das medidas que se enquadra nesta dimensão, procurando apoiar pessoas em situação de pobreza através de um contrato de inserção que visa a integração laboral e comunitária destes indivíduos e respetivo agregado familiar que, como contrapartida ao facto de beneficiar desta medida, devem cumprir um conjunto de processos de modo a contribuir para a sua inserção social.

No concelho, em 2017, o número de beneficiários de RSI por 1.000 habitantes em idade ativa situava-se nos 25,92, valor inferior à média nacional (32,50‰) e da Beira Baixa (26,82‰), ainda que acima ao valor da região Centro (22,30‰).

Comparativamente a 2011, ocorreu uma forte diminuição do número de beneficiários desta medida, transversal a todas as unidades territoriais em análise, o que se poderá dever a alterações nos critérios de acesso à mesma. No caso do concelho de Castelo Branco, nesse ano, beneficiavam da medida 34,88 indivíduos por cada 1.000 habitantes em idade ativa.

Considerando a diversidade e disponibilidade das respostas sociais, estão cobertas várias áreas relevantes no domínio da ação social. Porém, em alguns casos, a capacidade instalada é inferior à procura registada, o que pode afetar a capacidade de resposta destes equipamentos, deixando sem apoio grupos populacionais particularmente vulneráveis, principalmente no caso dos idosos. Paralelamente, não é possível identificar a proporção de utentes NPT que efetivamente beneficiam destas respostas, pelo que o conhecimento das suas necessidades e expectativas face a estas estruturas será um ponto relevante do PMIM de Castelo Branco.

No que diz respeito às respostas especificamente direcionadas para NPT, existe em Castelo Branco um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), que dispõe de um Gabinete Geral de Atendimento a Migrantes. Este serviço procura dar resposta às necessidades identificadas pelos migrantes que ali recorrem, através da disponibilização de recursos informacionais e encaminhamento de casos. No âmbito das atividades do Centro foram ainda desenvolvidos panfletos e brochuras sobre temas específicos relevantes para a comunidade migrante. Posteriormente, estes foram distribuídos por entidades parceiras e outras tidas como relevantes no âmbito da resposta social técnica prestada no CLAIM. Este serviço será abordado de forma mais aprofundada num outro ponto específico.

4.2.5. Economia e Mercado de Trabalho

Do ponto de vista económico, o volume de negócios total registado no concelho de Castelo Branco, em 2016, situou-se nos 833.974.821 euros. O sector com maior volume de negócios foi o sector do comércio por grosso e a retalho, onde se incluem as atividades de reparação de automóveis e motociclos, com um volume total de 358 milhões de euros. Em segundo lugar encontra-se o sector das indústrias transformadoras com um volume de negócios na ordem dos 173 milhões de euros. Ambos os sectores apresentam uma trajetória de aumento do seu volume de negócios.

O sector da construção, com quase 63 milhões de euros de volume de negócios, apresenta uma tendência de diminuição do volume de negócios comparativamente a 2008 (94 milhões de euros) e a 2012 (83 milhões de euros). O sector com volume de negócios menos relevante era o das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas que gerou, em 2016, um valor na ordem dos 3 milhões de euros.

Relativamente ao número de trabalhadores, de um total de 12.748 no concelho, os sectores com maior volume de negócios coincidem com aqueles onde se registava maior número de trabalhadores. O sector do comércio por grosso e a retalho, empregava um total de 2.706 funcionários, sendo que nas indústrias transformadoras existia um total de 2.229 trabalhadores. Os sectores da construção e do alojamento, restauração e similares empregavam, respetivamente 1.234 e 1.064 trabalhadores. Os restantes sectores apresentavam um número total de trabalhadores inferior a 1.000.

Tabela 14. Volume de negócios e número de trabalhadores por sector de atividade (n.º e %), no concelho de Castelo Branco, em 2016

Sector	Volume de Negócios (€)	Número de trabalhadores
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	28.870.071	820
Indústrias extrativas	-	-
Indústrias transformadoras	173.915.049	2.229
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	31.572.911	26
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	18.700.742	146
Construção	62.975.212	1.234

Sector	Volume de Negócios (€)	Número de trabalhadores
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	358.390.745	2.706
Transportes e armazenagem	35.796.465	458
Alojamento, restauração e similares	30.976.316	1.064
Atividades de informação e de comunicação	12.060.889	415
Atividades imobiliárias	8.188.062	162
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	18.950.983	863
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	8.476.045	636
Educação	-	-
Atividades de saúde humana e apoio social	24.094.120	800
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3.040.878	186
Outras atividades de serviços	8.831.654	553
Total	833.974.821	12.748

Fonte: INE

Esta organização da atividade económica concelhia está em linha com o verificado ao nível da NUTE III Beira Baixa, uma vez que o sector com maior volume de negócios nesta unidade territorial era também o do comércio.

A taxa de atividade do concelho subiu dos 45,2%, em 2001, para os 45,4%, em 2011, o que representa um aumento da população ativa face ao total da população. Ainda que a taxa de atividade feminina tenha registado um aumento de 39,5% para os 42,5%, fica ainda distante à observada no caso dos homens (48,6%).

Em relação ao desemprego, dados do IEFP relativos ao mês de maio de 2018 apontavam para um total de 1.616 desempregados, dos quais 822 eram mulheres (50,9% do total) e 794 homens. Do total de desempregados, 855 eram desempregados de longa duração, uma vez que se encontravam inscritos há mais de um ano. A grande maioria dos desempregados (1.436) encontrava-se à procura de novo emprego.

Os grupos etários mais afetados pelo desemprego eram os das idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (43% do total de desempregados) e dos 55 ou mais anos de idade (31% do total de desempregados).

Considerando o nível de escolaridade dos desempregados, 459 desempregados tinham habilitações ao nível do ensino superior, seguidos daqueles com formação ao nível do 3.º ciclo do ensino básico (321).

Naquele mês, os motivos que levaram à inscrição enquanto desempregados centravam-se, sobretudo, no fim de trabalho não permanente, responsável por 70 do total de 191 inscrições registadas. Há também um valor considerável que inscrições (70) que se devem a motivos não clarificados, categorizados como “outros motivos”.

Finalmente, no mês de maio de 2018, foram registadas 191 ofertas de emprego, que resultaram num total de 57 colocações (22 homens e 35 mulheres).

Ainda sobre estrutura de emprego, dados dos Censos de 2011 relativos à população empregada em Castelo Branco que a 31 de dezembro de 2009 residia no estrangeiro¹⁷, indicam que, de um total de 91 indivíduos nestas circunstâncias, a maioria (71) se encontrava a trabalhar por conta de outrem. Os restantes eram empregadores (8), trabalhadores por conta própria (4), trabalhadores familiares não remunerados (1) e ainda 4 que se encontravam numa outra situação não especificada.

4.3. Mapeamento e Caracterização de Recursos Disponíveis

4.3.1. Serviços de Acolhimento Dedicados

As infraestruturas de acolhimento desempenham um papel determinante no sucesso da integração e inclusão social da comunidade imigrante. A sua importância é particularmente relevante fruto das condições associadas ao processo de migração, que tornam os NPT um grupo particularmente vulnerável.

O desconhecimento dos hábitos e processos burocráticos da comunidade de acolhimento podem dificultar os processos administrativos de legalização e, por sua vez, condicionar o acesso a direitos básicos elementares, como a saúde ou a educação. Desta forma, as infraestruturas de acolhimento desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e integração dos NPT.

Uma das principais estruturas de acolhimento, que se encontra na primeira linha do processo de inclusão e encaminhamento, é o Gabinete Geral de Atendimento no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) do concelho, localizado em Castelo Branco. Este equipamento funciona durante a semana, disponibilizando recursos (em papel e informáticos) considerados indispensáveis para a resolução de problemas e dificuldades enfrentadas pelos NPT. Paralelamente às atividades realizadas no Centro, é também efetuado um exercício de diagnóstico e de avaliação por questionário, além da criação de meios de divulgação e comunicação em parceria com entidades relevantes. São também recolhidos dados relativos aos NPT que ali se deslocam o que permitem identificar algumas das características e dificuldades apresentadas pelos utentes.

Assim, entre 2 de novembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, realizaram-se 484 atendimentos a NPT. Existe um equilíbrio entre as mulheres (235) e homens (247) que procuram o Centro. Contudo, no que respeita às nacionalidades das pessoas atendidas, relevam a indiana (32%) e brasileira (27%) que, em conjunto, representam mais de metade da totalidade de atendimentos registados.

Tabela 15. Nacionalidade dos atendidos no CLAIM, entre 2 de novembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017

Nacionalidade	N.º	%
Indiana	155	32
Brasileira	131	27

¹⁷ Note que este grupo populacional pode incluir indivíduos não NPT, uma vez que, por exemplo, estão incluídos cidadãos portugueses que, à data residiam no estrangeiro e que, entretanto, regressaram a Portugal.

Paquistanesa	63	13
Cabo-verdiana	44	9
Síria	39	8
Ucraniana	34	7
Angolana	18	4
Total	484	100

Fonte: CLAIM Castelo Branco

Pouco mais de 25% dos NPT que recorrem ao CLAIM de Castelo Branco têm entre 26 e 35 anos, seguidos do escalão etário dos 36 aos 45 anos (cerca de 20%). Aqueles com idade inferior a 18 anos representam menos de 16% dos atendimentos realizados no período em análise.

Mais de 160 dos atendimentos foram realizados a indivíduos que se encontram em situação irregular, ainda que cerca de 120 tenham autorização de residência temporária. Registam-se ainda atendimentos de indivíduos com cartão de residência de familiar da UE e com título de refugiado, com cerca de 45 e 60 atendimentos, respetivamente.

O assunto mais frequente que leva os NPT a dirigirem-se ao CLAIM está relacionado com a regularização da sua situação no território (quase 37% dos atendimentos registados estavam relacionados com este motivo). A obtenção de nacionalidade é a segunda tipologia de assunto mais comum (cerca de 100 atendimentos), seguida dos apoios sociais e dos reagrupamentos familiares, com perto de 40 atendimentos cada.

Um dos aspetos relevantes do trabalho desenvolvido no CLAIM é o encaminhamento de casos para entidades parceiras, através de uma abordagem de intervenção multidisciplinar. O encaminhamento para o GIP – Gabinete de Inserção Profissional é um dos exemplos desta prática, tendo como objetivo inserir ou reinserir profissionalmente esses indivíduos. No período em análise, foram acompanhados pelo GIP, 20 NPT através de apoio à realização de *currículos vitae*, à elaboração de cartas de apresentação, à inscrição em cursos de português e à procura de colocação no mercado de trabalho.

No CLAIM são também abordadas situações de intervenção social que, no período em análise, se contabilizaram num total de 38 casos. Foram ainda sinalizados 11 estudantes pelos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco que beneficiaram de apoio do banco alimentar.

Os resultados dos inquéritos de satisfação realizados aos utentes do Centro são muito positivos, merecendo uma classificação maioritariamente de “excelente”, nos diversos itens identificados. A satisfação é claramente relevada, mesmo em situações que os obrigam a regressar posteriormente (em caso de necessidade, os NPT inquiridos revelaram não ter qualquer hesitação em recorrer aos serviços do CLAIM).

4.3.2. Caracterização das Entidades Locais Parceiras

Como assinalado anteriormente, várias entidades locais com um papel relevante em matéria de integração e inclusão social de NPT foram auscultadas através da realização de um inquérito por questionário.

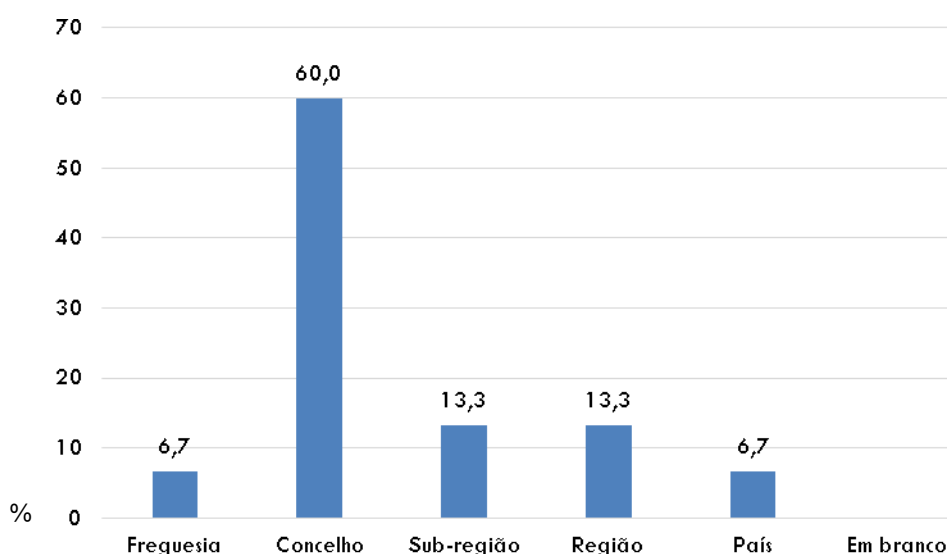
O universo de entidades inquiridas (parceiros que integram o CLAS de Castelo Branco e outras entidades consideradas relevantes para a temática) inclui organismos de tipologia diversificada, como escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, escolas profissionais, associações de desenvolvimento, empresas e entidades da administração central e local na área da saúde, condições de emprego e segurança.

Face à importância que estas entidades têm tido no processo de integração dos NPT, bem como à proximidade que se verifica entre estas e as entidades que têm como missão a inclusão social, estas organizações são entendidas como particularmente estratégicas neste processo. Foi neste contexto que foram convidadas a responder ao inquérito em causa.

De um conjunto de 18 entidades convidadas a responder ao inquérito, 15 fizeram-no efetivamente. Devido à amplitude de temas cobertos pelo questionário, registaram-se algumas respostas em branco em determinados conjuntos de questões. Isto justifica-se pelo menor conhecimento de alguns temas por parte dos responsáveis de algumas entidades, principalmente no caso daquelas cuja ação está direcionada para áreas mais específicas e que, desta forma, optaram por não responder a temas que não dominam.

O âmbito geográfico de atuação das entidades inquiridas é bastante variável. Ainda que a maioria (60%) exerça a sua atuação ao nível concelhio, há entidades que operam ao nível da freguesia, da sub-região, da região e ao nível nacional.

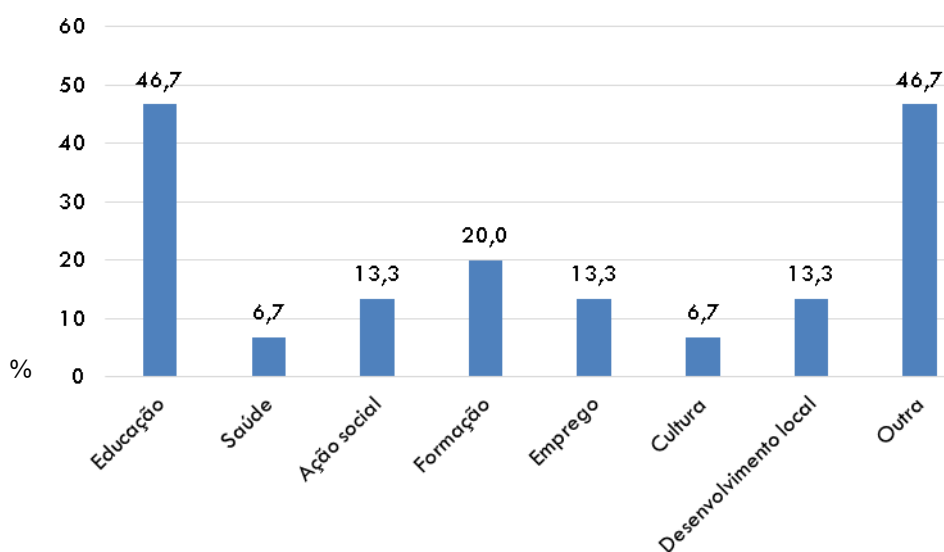
Figura 7. Âmbito Geográfico de Atuação (%)



Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

No que diz respeito à área setorial de atuação, ocorre uma distribuição por vários domínios, o que reflete a diversidade das entidades parceiras e, inclusive, a multidimensionalidade de atuação de algumas delas. O domínio associado à “educação”, no qual se enquadram 46,7% das entidades é, à semelhança das que se enquadra em “outro” domínio, o mais comum.

Figura 8. Âmbito Setorial de Atuação (%)

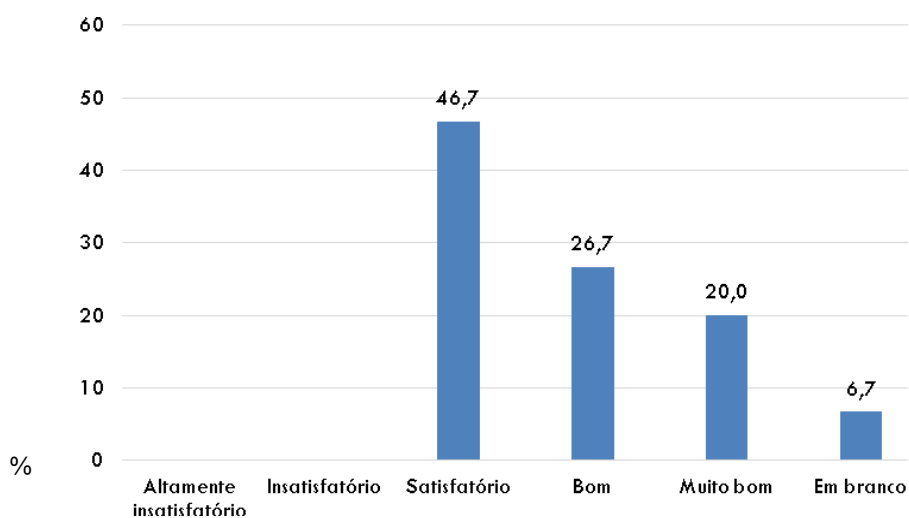


Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Em relação às entidades com outros domínios de atuação, identificam-se algumas empresas na área dos combustíveis e prestação de serviços, bem como entidades que atuam no âmbito da segurança, associativismo comercial e empresarial e nas relações de trabalho.

No que respeita à avaliação do processo de integração e inclusão social de NPT em Castelo Branco, 46,7% das entidades inquiridas situa-o num nível satisfatório. Cerca de 1/5 dos inquiridos considera a inclusão de NPT no concelho, num nível “muito bom”. Destaque-se o facto de nenhuma entidade avaliar negativamente o processo de integração.

Figura 9. Classificação do processo de integração e inclusão social de NPT em Castelo Branco (%)



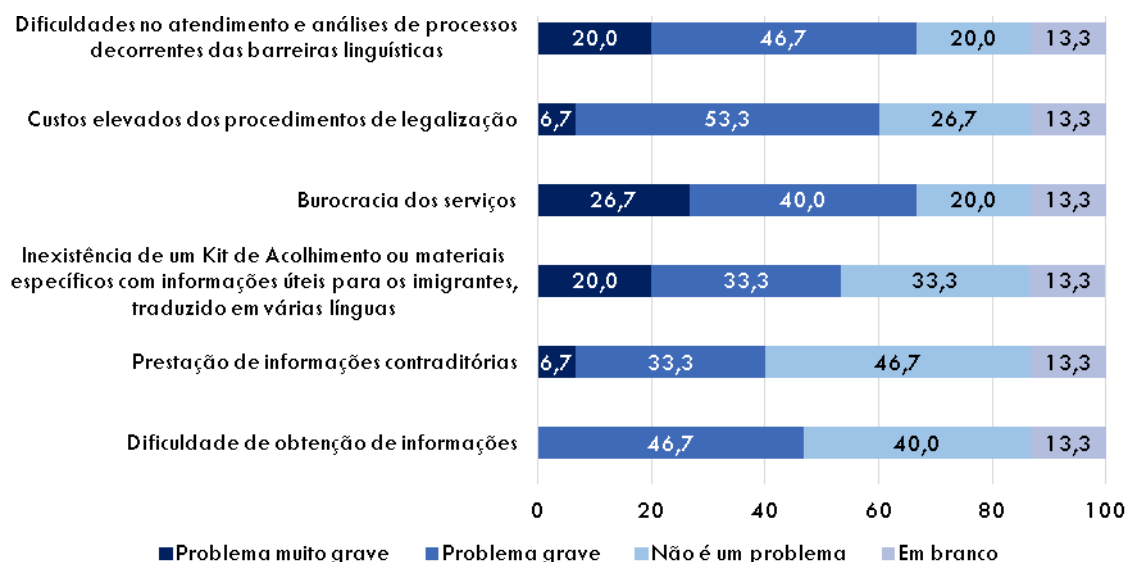
Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

4.3.3. Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Saúde, Solidariedade e Resposta Social

Em matéria de acolhimento e integração, a maior parte das entidades aponta para a existência de constrangimentos nas várias dimensões em análise. A burocracia dos serviços é, de acordo com 26,7%, um fator que constitui um problema muito grave na integração de NPT. Há ainda 40% de entidades que apontam essa burocracia como um problema grave, pelo que fica evidente que este fator é, efetivamente, um obstáculo à integração e inclusão de NPT, no concelho.

Destaquem-se também as apreciações negativas em áreas relacionadas com as barreiras linguísticas, ou os custos elevados dos procedimentos de legalização, onde se verificam várias respostas enquadradas no nível de problema “grave” e “muito grave”.

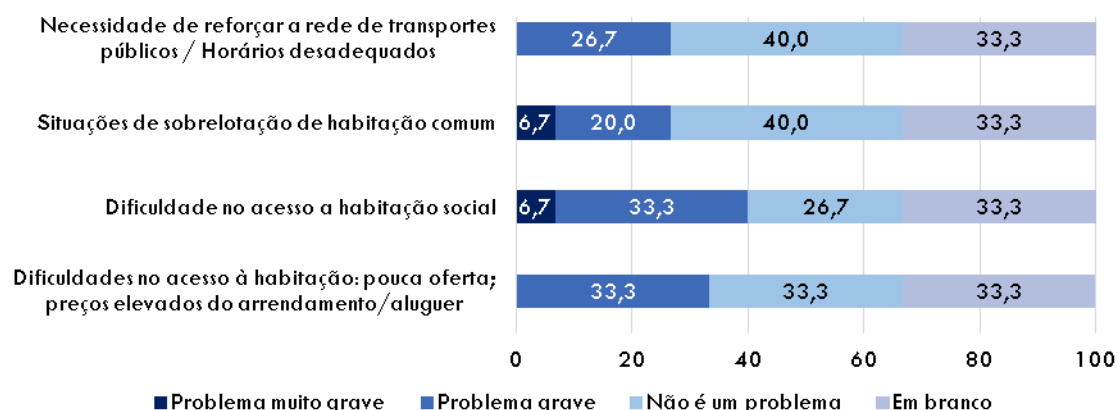
Figura 10. Área estratégica “Serviços de Acolhimento e Integração”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

No caso da área estratégica relacionada com o urbanismo e habitação, o domínio onde maior proporção de entidades aponta para a existência de problemas é no acesso à habitação social.

Figura 11. Área estratégica “Urbanismo e Habitação”: gravidade dos problemas (%)

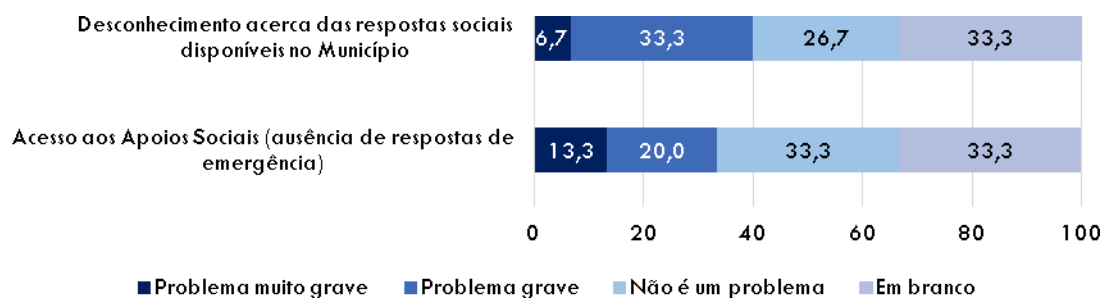


Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Nesta área estratégica a proporção de respostas em branco nas várias dimensões foi de um terço dos inquiridos, o que, de algum modo, reflete um certo desconhecimento das entidades inquiridas nesta matéria em concreto.

Situação semelhante verifica-se na área da solidariedade e resposta social. Neste caso, a área onde se identifica maior fragilidade é em relação ao desconhecimento das respostas sociais disponibilizadas no Município, o que pode afetar a capacidade de satisfação das necessidades dos NPT.

Figura 12. Área estratégica “Solidariedade e Resposta Social”: gravidade dos problemas (%)

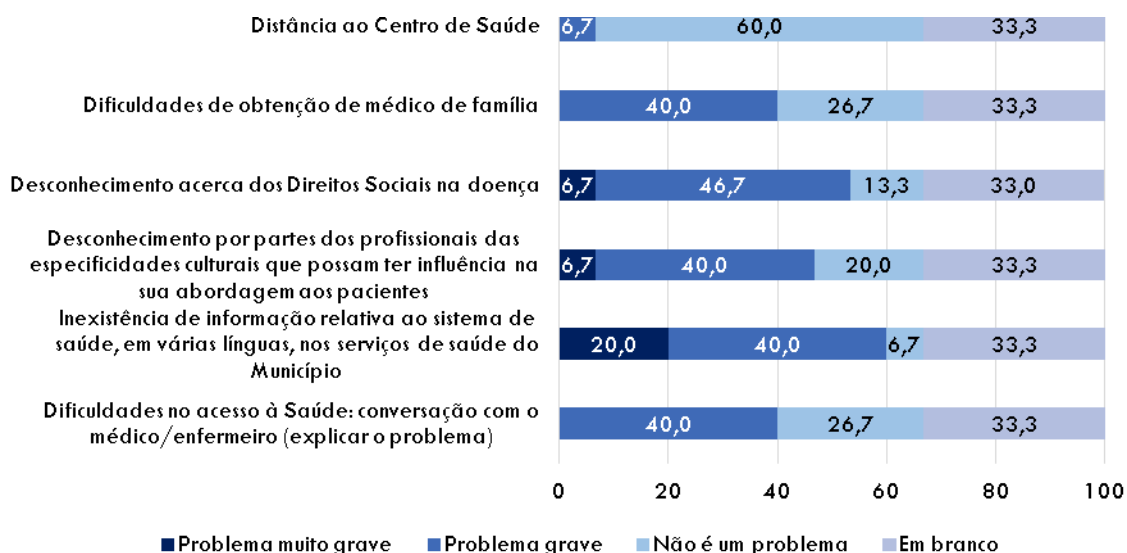


Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Finalmente, na área relativa à saúde, a proporção de respostas em branco é novamente significativa. Ainda assim, a dimensão associada à inexistência de informação no sistema de saúde em várias línguas é apontada como um problema grave (40%) e muito grave (20%) por mais de metade das entidades inquiridas. Este facto pode estar relacionado com o desconhecimento dos direitos sociais na doença, que se constitui como a segunda dimensão onde ocorre maior número de respostas de conotação negativa, bem como a menor proporção de entidades que não identificam qualquer problema (13,3%).

Se a estas dimensões se juntar aquela relativa ao desconhecimento dos profissionais de saúde de especificidades culturais dos doentes NPT, conclui-se que a dimensão associada ao desconhecimento dos vários intervenientes neste sector é o que afeta de forma mais severa, no entender das entidades inquiridas, o sucesso do processo de integração e inclusão social dos NPT em Castelo Branco, neste domínio específico.

Figura 13. Área estratégica “Saúde”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

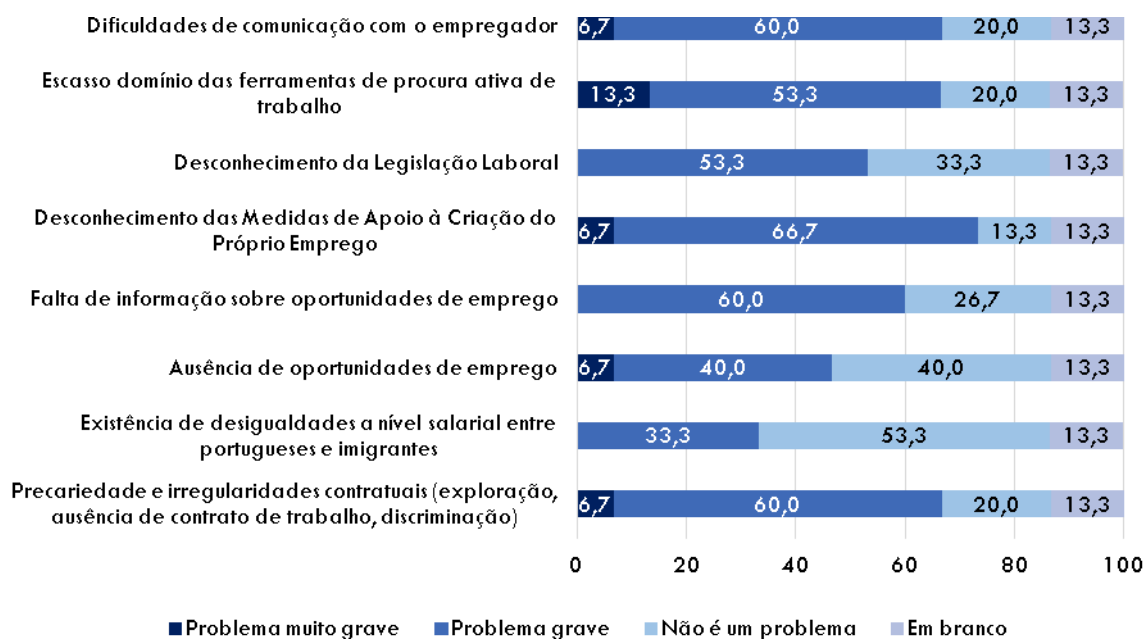
4.3.4. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Capacitação e Formação e Educação e Língua

Em matéria de emprego e empreendedorismo, a generalidade das entidades inquiridas faz uma apreciação negativa da maioria das dimensões em análise, à exceção da relacionada com as desigualdades ao nível salarial entre portugueses e migrantes, que 53,3% considera não ser um problema.

Nas restantes dimensões, as apreciações de teor negativo predominam. A questão onde maior proporção de inquiridos aponta para a existência de problemas graves ou muito graves é o desconhecimento das medidas de apoio à criação do próprio emprego, que 73,4% das entidades consideraram problemática.

Também ainda consideradas problemáticas são as dificuldades de comunicação entre NPT e empregadores, bem como as situações de precariedade e irregularidade contratual, como por exemplo a ausência de um contrato de trabalho, a que podem estar associadas situações de exploração e discriminação, e ainda o reduzido domínio das ferramentas de procura ativa de trabalho.

Figura 14. Área estratégica “Mercado de Trabalho e Empreendedorismo: gravidade dos problemas (%)

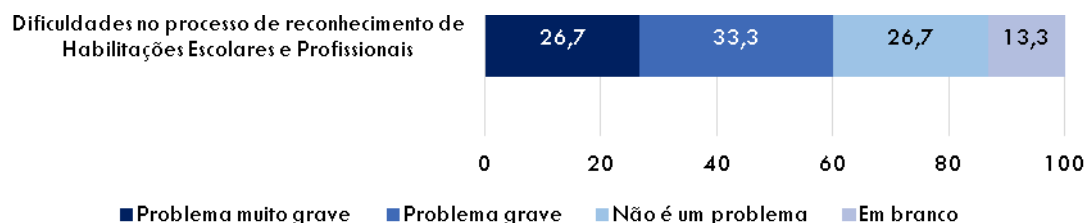


Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Sublinhe-se que, diretamente relacionadas com as situações identificadas como problemáticas no âmbito do mercado de trabalho podem estar as dificuldades de reconhecimento das habilitações escolares e profissionais, abordadas no domínio estratégico da capacitação e formação.

Neste âmbito, 60% das entidades inquiridas identificam a existência de problemas nesta dimensão, dos quais 26,7% consideram-nos problemas muito graves. Igual proporção considera que não existem problemas neste domínio.

Figura 15. Área estratégica “Capacitação e Formação”: gravidade dos problemas (%)



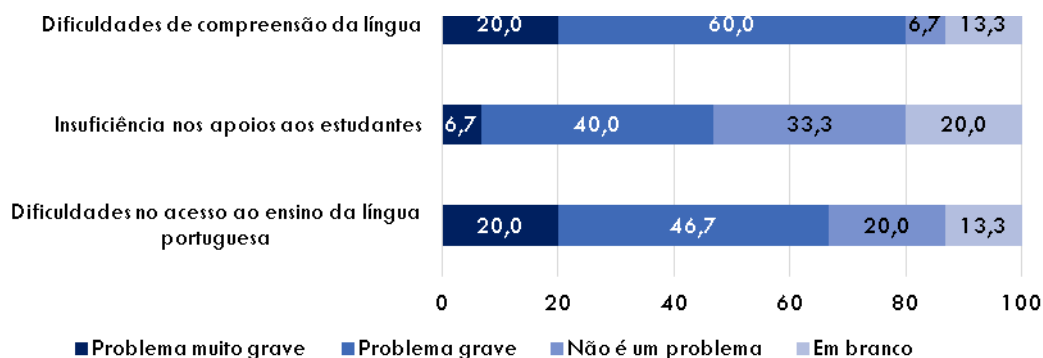
Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Finalmente, em matéria de educação e domínio da língua portuguesa as entidades inquiridas identificaram uma série de constrangimentos relevantes. De um modo geral, à exceção da questão dos apoios aos estudantes NPT, os restantes temas em análise têm apreciação

bastante negativa. Um total de 80% de inquiridos aponta para a existência de problemas graves (60%) e muito graves (20%) decorrentes de dificuldades de compreensão da língua.

Esta situação pode estar relacionada com o facto de 20% considerar as dificuldades no acesso ao ensino da língua portuguesa como um problema muito grave, sendo que 46,7% aponta para problemas graves.

Figura 16. Área estratégica “Educação e Língua”: gravidade dos problemas (%)



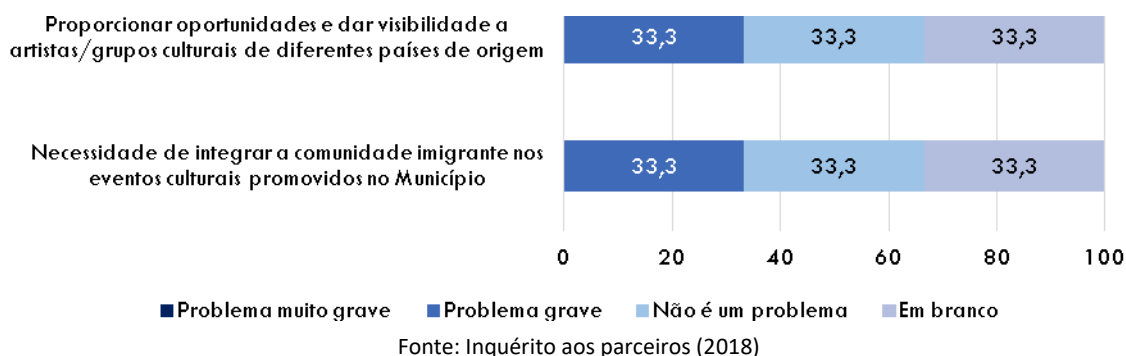
Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Parte relevante da amostra inquirida era composta por agrupamentos de escolas que, em função da sua atividade e dispersão pelo território, têm um conhecimento profundo relativamente a este domínio de atuação. Do ponto de vista social e da potencial empregabilidade, a área estratégica associada à educação e à língua é particularmente relevante pelo que as problemáticas identificadas devem ser devidamente observadas nas ações a desenvolver.

4.3.5. Cultura, Religião e Cidadania e Participação Cívica

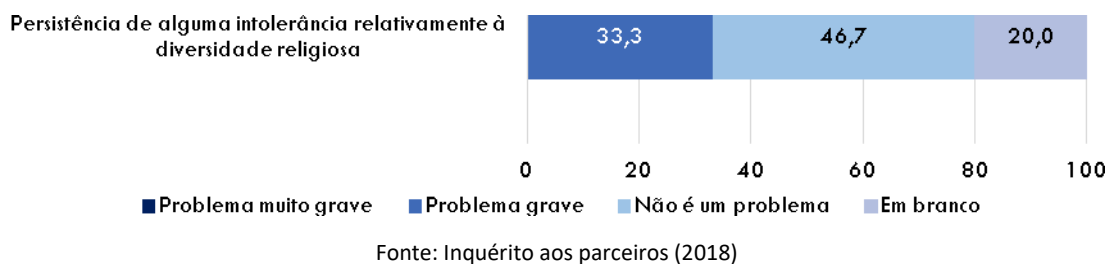
Considerando a área estratégica dedicada à cultura, os resultados obtidos apresentam uma fragmentação considerável. Com efeito, nas duas dimensões em análise, houve uma distribuição equitativa nas categorias de resposta “problema grave”, “não é um problema” e “em branco”. Isto significa que um terço das entidades inquiridas desconhece a realidade nesta área estratégica. As restantes dividem-se, de forma equitativa, entre as que consideram existir problemas e as que não os identificam.

Figura 17. Área estratégica “Cultura”: gravidade dos problemas (%)



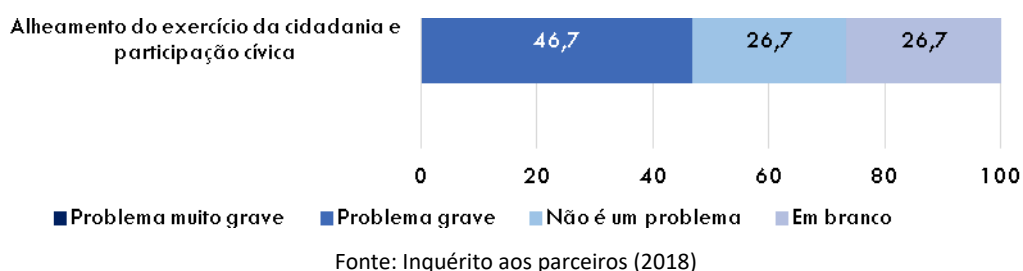
No que diz respeito ao tema da religião, 33,3% dos inquiridos identificaram como problema grave a persistência de alguma intolerância relativamente à diversidade religiosa. Contudo, a proporção maior (46,7%) considera não existirem problemas a este nível.

Figura 18. Área estratégica “Religião”: gravidade dos problemas (%)



Finalmente, na área estratégica “cidadania e participação cívica”, 46,7% dos inquiridos consideraram problemático o alheamento do exercício da cidadania e participação cívica por parte dos NPT. Destaca-se a proporção de inquiridos que não responderam à questão (26,7%) o que, à semelhança do verificado em algumas áreas estratégicas, refletem um aparente desconhecimento das realidades enfrentadas pelos NPT a residir em Castelo Branco.

Figura 19. Área estratégica “Cidadania e Participação Cívica”: gravidade dos problemas (%)

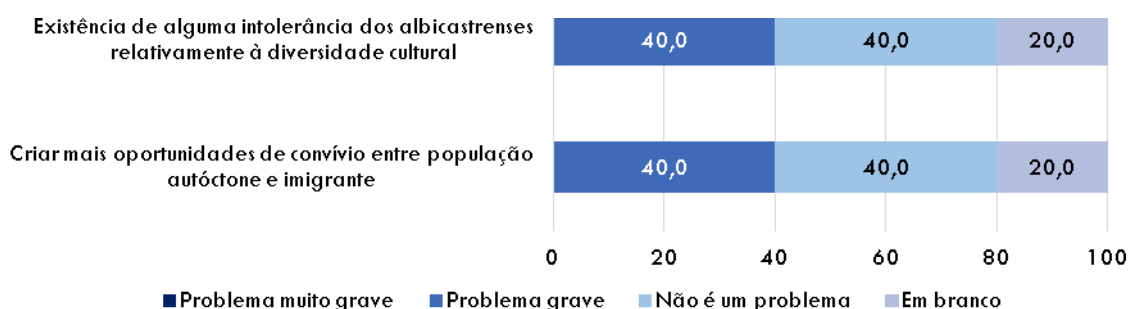


4.3.6. Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação e Relações Internacionais

Relativamente ao tema dos media e sensibilização da opinião pública, os parceiros inquiridos encontram-se divididos na apreciação realizada. Com efeito, 40% considera um problema grave a existência de alguma intolerância dos albicastrenses relativamente à diversidade cultural, porém, outros 40% não consideram essa situação problemática.

Situação semelhante verifica-se no convívio entre a população autóctone e imigrante, que regista proporções idênticas entre os que consideram existir problemas graves e não existem problemas (40%).

Figura 20. Área estratégica “Media e Sensibilização da Opinião Pública”: gravidade dos problemas (%)

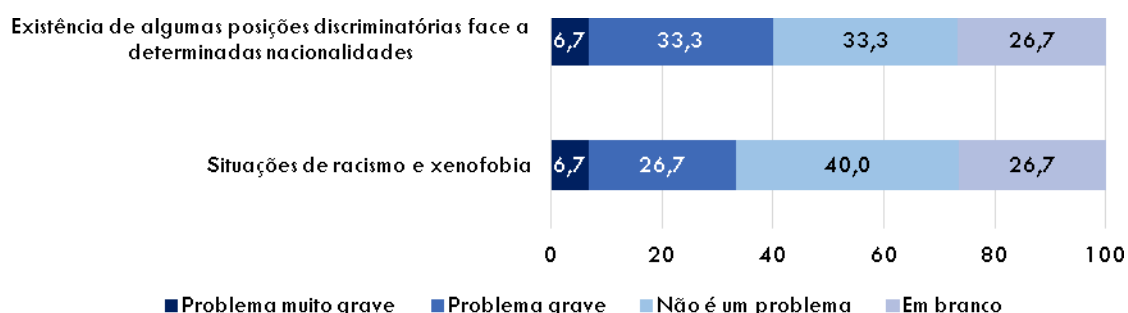


Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Situação distinta verifica-se no tema do racismo e discriminação. No que diz respeito à existência de posições discriminatórias face a determinadas nacionalidades, 40% considera existir problemas graves (33,3%) ou muito graves (6,7%). Ainda assim, 1/3 das entidades não identifica a existência de problemas deste tipo.

A proporção de entidades que não respondeu à questão associada às situações de racismo e xenofobia situa-se nos 26,7%. Contudo, a proporção de entidades inquiridas que aponta para a inexistência de problemas deste tipo é de 40%. Aquelas que consideram este um problema grave situam-se nos 26,7% e um problema muito grave nos 6,7%, pelo que a proporção total de entidades que identificam questões problemáticas neste âmbito se situa nos 33,4%.

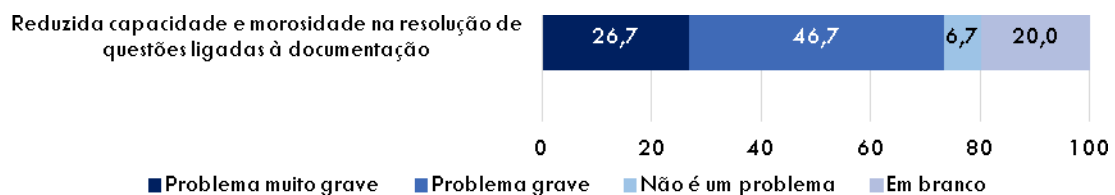
Figura 21. Área estratégica “Racismo e Discriminação”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Na área estratégica dedicada às relações internacionais, merece destaque o facto de a grande maioria das entidades que responderam à questão (73,4%) apontar para a existência de problemas relacionados com a morosidade e incapacidade em resolver problemas associados à documentação. De facto, quase metade dos inquiridos (46,7%) considera existirem problemas graves neste âmbito e 26,7% consideram-nos mesmo problemas muito graves. Face a estes resultados e à natureza das entidades inquiridas, conclui-se que subsistem situações de particular dificuldade na regularização e resolução de problemas documentais dos NPT.

Figura 22. Área estratégica “Relações Internacionais”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

4.3.7. Intervenções Direcionadas para NPT

Em sede de diagnóstico realizado no âmbito do PMIM, as entidades inquiridas foram questionadas relativamente ao desenvolvimento de ações e intervenções específicas direcionadas para os NPT. As principais características e especificidades de cada uma das intervenções identificadas encontram-se sintetizadas na tabela seguinte.

As entidades organizadoras destas iniciativas assumem tipologia variada, identificando-se agrupamentos de escolas, entidades de saúde, organismos policiais e associações de desenvolvimento que, no âmbito das suas atribuições e competências, dinamizam projetos direcionados para os migrantes residentes no concelho (NPT).

Desta forma, foram identificadas 13 intervenções executadas por 7 entidades. Porém, o facto de muitas destas atividades se realizarem sob a forma de parceria faz com que estejam envolvidas na sua realização muitas outras entidades.

Em função da diversidade de intervenções, o universo de beneficiários de cada uma delas é também variável em função da idade, sexo e nacionalidade. A entidade que abrangeu maior número de beneficiários apoiou um total de 33 indivíduos, sendo que a que teve menos número de participantes apoiou 10 NPT, embora num contexto muito específico.

Estão ainda identificadas intervenções especialmente vocacionadas para crianças e jovens, bem como aquelas mais direcionadas para os NPT em idade ativa, o que permite cobrir um

conjunto significativo de indivíduos, independentemente das suas condições sociais e económicas.

Neste quadro, são cobertos vários domínios e áreas de intervenção, que assim beneficiam de uma resposta orientada, contribuindo para a melhoria do processo de integração e regularização de NPT, seja através da melhoria da qualidade de vida e bem-estar, seja garantindo a igualdade de oportunidades em domínios sensíveis tais como a saúde, o emprego e a educação.

Tabela 16. Intervenções específicas direcionadas a NPT

Intervenção	1	2	3	4	5	6	
Entidade	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco	Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco	Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco	Cáritas Interparoquial de Castelo Branco	
Nome	Programa o SEF vai à escola	Programa o SEF em movimento	Ações de literacia em Saúde no âmbito da luta contra a pobreza "Comer bem com pouco dinheiro"	Ações de literacia em saúde no âmbito da Saúde Mental e comportamentos sócio emocionais "10 conselhos para viver com Boa Saúde Mental"	"Tabaco e álcool em excesso"	Apoio Social	
Início	2010	2017	2017	2017	2017	2010	
Término	2019	2019	2019	2018	2018	-	
Ações	Identificação de alunos Nacionais de Estados Terceiros que se encontram a frequentar o sistema de ensino oficial e que não são titulares de visto ou autorização de residência. Realização dos procedimentos de regularização da situação documental de acordo com a Lei vigente.	Identificação de cidadãos Nacionais de Estados Terceiros que estão a cumprir penas de prisão nos Estabelecimentos Prisionais, que não são titulares de visto ou autorização de residência e que, nos termos da Lei, reúnem condições para regularizar a sua situação documental em Portugal.	AES sobre alimentação; AES sobre relação custo/benefício; AES ementas.	AES sobre Saúde Mental; AES sobre prevenção da depressão.	AES sobre tabaco; AES sobre álcool.	Apoio alimentar; Apoio no vestuário e calçado; Apoio em medicamentos; Apoio na habitação; Outros.	
Total Destinatários	23	12	29	17	32	33	
Masculino	11	12	12	7	20	12	
Feminino	12	0	17	10	12	21	
Nacionalidade	1	Angolana 2	Angolana 1	Angolana 4	-	Angolana 3	Sírios 9
	2	Brasileira 14	Brasileira 4	Brasileira 5	-	Brasileira 5	Turcos 7
	3	Cabo Verdiana 2	Cabo-verdiana 3	Cabo-verdiana 2	-	Cabo-verdiana 4	-
	4	África do Sul 1	Russa 1	Guineense 2	-	Guineense 2	-
	5	Argentina 1	Ucraniana 1	Indiana 4	-	Paquistanesa 17	-
	6	China 2	Albanesa 1	Paquistanesa 4	-	Ucraniana 1	-
	7	EUA 1	Colombiana 1	Russa 2	-	Colombiana 1	-
	8	0	0	São-tomense 1	-	0	-
	9	0	0	Ucraniana 5	-	0	-
Idade	≤17 anos	23	0	0	-	10	10
	18 - 44	0	12	29	-	12	4
	45 - 64	0	0	0	-	9	2
	≥ 65 anos	0	0	0	-	2	0
Âmbito Geográfico	Sub-região	Sub-região	Concelho	Concelho	Concelho	Concelho	
Parceiros Envolvidos	-	Direção-Geral dos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça	AEPN de Castelo Branco e ISS de Castelo Branco	AEPN de Castelo Branco e ISS de Castelo Branco	-	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento	
Características da rede	-	-	Informal	Informal	-	-	
Grau de Sustentabilidade	-	-	5 - Totalmente sustentável	5 - Totalmente sustentável	5 - Totalmente sustentável	-	

Legenda: "-" sem dados

Intervenção	7	8	9	10	11	12	13
Entidade	Cáritas Interparoquial de Castelo Branco	Escola Profissional Agostinho Roseta (Castelo Branco)	Escola Profissional Agostinho Roseta (Castelo Branco)	Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento
Nome	Cáritas Acolhe	Atividades Interculturais "Atividades de partilha cultural"	Gastronomia Internacional "Aulas de exploração da gastronomia dos outros países"	Acolhimento de alunos "Ensino de Português"	Aulas de Português para Estrangeiros	Atividades de promoção da Interculturalidade	Comemorações interculturais com migrantes e refugiados
Início	2016	2013	2013	2017	2010	-	-
Término	-	2019	2019	-	-	-	-
Ações	-	-	-	-	-	-	-
Total Destinatários	16	14	14	10	-	-	-
Masculino	10	8	8	7	-	-	-
Feminino	6	6	6	3	-	-	-
Nacionalidade	1	-	Angolana 1	Angolana 1	-	-	-
	2	-	Brasileira 4	Brasileira 4	-	-	-
	3	-	Cabo-verdiana 7	Cabo-verdiana 7	-	-	-
	4	-	São-tomense 2	São-tomense 2	-	-	-
	5	-	0	0	-	-	-
	6	-	0	0	-	-	-
	7	-	0	0	-	-	-
	8	-	0	0	-	-	-
	9	-	0	0	-	-	-
Idade	≤17 anos	-	0	0	-	-	-
	18 - 44	-	14	14	-	-	-
	45 - 64	-	0	0	-	-	-
	≥ 65 anos	-	0	0	-	-	-
Âmbito Geográfico	Concelho	Concelho	Concelho	Local/bairro	-	-	-
Parceiros Envolvidos	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento; Câmara Municipal de Castelo Branco	-	-	Cáritas; Amato Lusitano Associação de Desenvolvimento; Câmara Municipal.	-	-	-
Características da rede	-	-	-	-	-	-	-
Grau de Sustentabilidade	5 - Totalmente sustentável	3 – Sustentabilidade média	3 – Sustentabilidade média	3 – Sustentabilidade média	-	-	-

Legenda: "-" sem dados

Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Além das intervenções especificamente vocacionadas para NPT, foram ainda identificadas ações levadas a cabo pelas entidades inquiridas que, ainda que não diretamente vocacionadas para necessidades específicas dos NPT, podiam beneficiar os migrantes de Castelo Branco. Neste caso, identificaram-se 10 atividades, detalhadas na tabela abaixo.

Verifica-se que as ações indicadas são novamente bastante diversas, cobrindo vários domínios, que vão desde a sensibilização e formação (em domínios específicos como a saúde e a parentalidade), às atividades de lazer e promoção cultural. Esta situação deve-se, mais uma vez, à diversidade de entidades que as promovem que, em função das suas características e condições, executam ações para os seus utentes e beneficiários, em que participam também NPT.

Tabela 17. Intervenções em que participam NPT

Intervenção	1	2	3	4	5
Entidade	Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco	Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco	Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco	Cáritas Interparoquial de Castelo Branco	Escola Profissional Agostinho Roseta (Castelo Branco)
Nome	Papel dos Pais: Ações de literacia em Saúde no âmbito da sexualidade e afetos	Acidentes domésticos: Ações de literacia em saúde no âmbito da prevenção de acidentes	Tabaco e álcool em excesso: Ações de educação para a saúde no âmbito da prevenção do tabagismo e alcoolismo	ATL - Tempos Livres	Visitas Culturais: Visitas a locais de interesse turístico em Portugal
Início	2017	2017	2017	2017	2013
Término	2018	2018	2018	-	2019
Ações	AES sobre papel dos pais; AES sobre sexualidade; AES sobre saúde reprodutiva.	AES sobre prevenção acidentes domésticos; AES sobre cuidados com o calor; AES sobre prevenção de acidentes rodoviários.	AES sobre tabaco; AES sobre álcool.	-	Visitas a Museus
Total Destinatários	20	23	32	-	14
Masculino	12	12	20	-	8
Feminino	8	11	12	-	6
Nacionalidade	1	-	-	-	Angolana 1
	2	-	-	-	Brasileira 4
	3	-	-	-	Cabo-verdiana 7
	4	-	-	-	São-tomense 2
Idade	≤17 anos	-	-	-	0
	18 - 44	-	-	-	14
	45 - 64	-	-	-	0
	≥ 65 anos	-	-	-	0
Âmbito Geográfico	Concelho	Concelho	Concelho	-	Concelho
Parceiros Envolvidos	-	-	-	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento; Câmara Municipal de Castelo Branco	-
Grau de Sustentabilidade	5 - Totalmente sustentável	5 - Totalmente sustentável	5 - Totalmente sustentável	5 - Totalmente sustentável	3 - Sustentabilidade média

Legenda: "-" sem dados

Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Intervenção	6	7	8	9	10
Entidade	AEBB – Associação	Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva	Agrupamento de Escolas Nuno Álvares	Agrupamento de Escolas Amato Lusitano	Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento
Nome	Formação e Emprego	Atividades de enriquecimento curricular	Atividades para a Comunidade	Todas as atividades do Agrupamento estão abertas à comunidade educativa	Atividades diversas
Início	-	2017	-	-	-
Término	-	-	-	-	-
Ações	-	Educação Física; Educação Musical; Artes	-	-	Magusto; Ocupação de Atividades de Tempos Livres para Jovens; Festas
Total Destinatários	-	10	-	-	-
Masculino	-	7	-	-	-
Feminino	-	3	-	-	-
Nacionalidade	1	Síria 10	-	-	-
	2	0	-	-	-
	3	0	-	-	-
	4	0	-	-	-
Idade	≤17 anos	10	-	-	-
	18 - 44	0	-	-	-
	45 - 64	0	-	-	-
	≥ 65 anos	0	-	-	-
Âmbito Geográfico	-	Local/bairro	-	-	-
Parceiros Envolvidos	-	Câmara Municipal; Cáritas; Amato Lusitano Associação de Desenvolvimento	-	-	-
Grau de Sustentabilidade	-	3 - Sustentabilidade média	-	-	-

Legenda: “-” sem dados

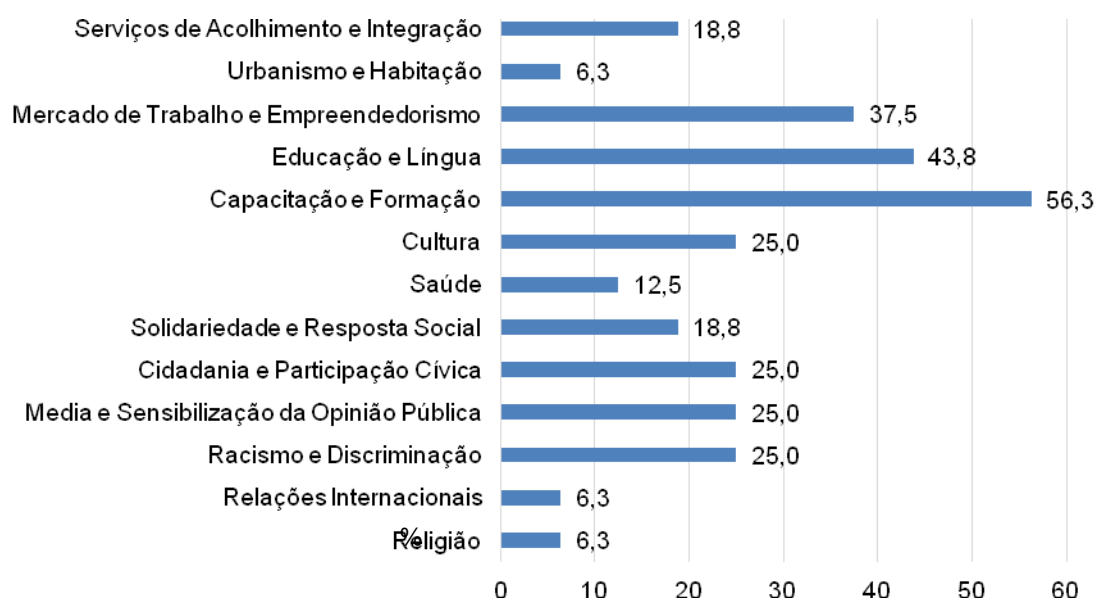
Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Ainda que a maioria das entidades inquiridas, não preveja novas atividades num horizonte de 3 anos especificamente dirigidas para os NPT (apenas uma indicou ter previsto novos projetos), 13 indicaram estar disponíveis para integrar, sob a forma de parceria, novos projetos que possam vir a ser equacionados por outras entidades.

Na figura seguinte, identificam-se as áreas nas quais as entidades referiram estar disponíveis para integrar novos projetos. Verifica-se que a área relacionada com a capacitação e formação (56,3%) é aquela que maior número de entidades considerou, seguida da educação e língua (43,8%) e mercado de trabalho e empreendedorismo (37,5%). Pelo contrário, as áreas do urbanismo e habitação, relações internacionais e religião, todas com 6,3%, são aquelas onde se registou menor número de entidades interessadas em participar.

A prevalência de áreas associadas à capacitação e educação pode justificar-se devido ao facto de se encontrarem no universo de entidades inquiridas vários agrupamentos escolares e entidades do setor da educação, que optam por colaborar em projetos diretamente relacionados com a sua principal área de atividade e para as quais se sentem mais capacitadas, nomeadamente o ensino e a formação.

Figura 23. Áreas em que as entidades estão disponíveis para colaborar em projetos em parceria (%)



Fonte: Inquérito aos parceiros (2018)

Não obstante, verifica-se que existem também entidades dispostas a apoiar projetos noutras áreas igualmente importantes do ponto de vista do processo de integração dos NPT, como a cultura e o racismo e discriminação.

Este cenário, em que as entidades inquiridas referem não ter projetos específicos para NPT, mas estão dispostos a apoiar projetos noutras áreas diversificadas (enquanto parceiros), reflete a necessidade de existir uma liderança e orientação objetiva, integrada e coerente, no que diz respeito às ações de integração dos NPT e à mobilização dos parceiros-chave.

Para este efeito, o PMIM, seja através do diagnóstico dos principais constrangimentos, seja através da definição de uma estratégia e de conjunto de ações orientadas/dirigidas, pode desempenhar um papel importante na orientação e definição do caminho a percorrer, com maiores ganhos de eficácia e eficiência, para alcançar os objetivos de integração, no qual as entidades locais são parte fundamental.

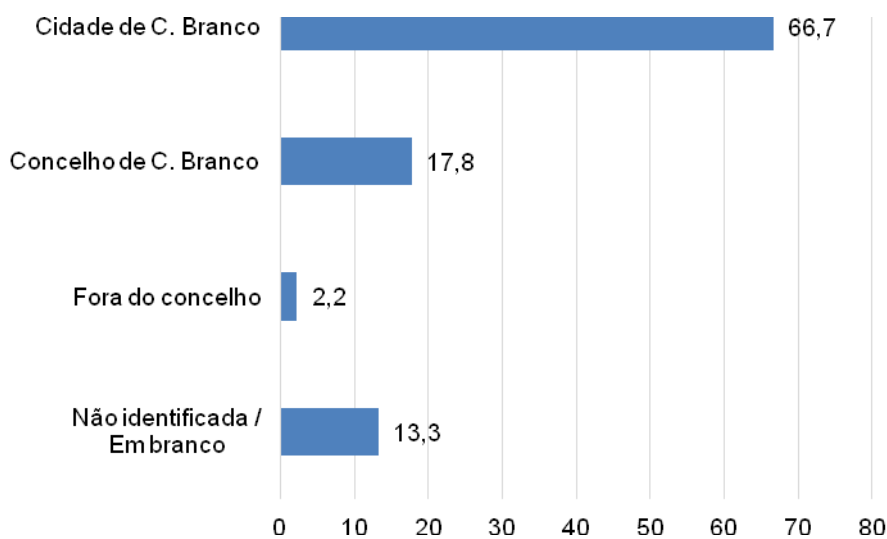
4.4. Caracterização da População Migrante Inquirida

4.4.1. Demográfica

Conforme expresso no capítulo de definição metodológica, foram realizados inquéritos por questionário aos NPT frequentadores das aulas (educação não formal) de Português para Estrangeiros realizadas no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes do concelho de Castelo Branco, localizado nas instalações da Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, bem como a NPT provenientes do Brasil e dos PALOP que, com maior regularidade, recorrem aos serviços de apoio disponibilizados pelo CLAIM (inquéritos preenchidos por migrantes em sede de atendimento no CLAIM).

Neste âmbito, foram realizados 45 inquéritos, aos quais responderam 28 homens e 17 mulheres.

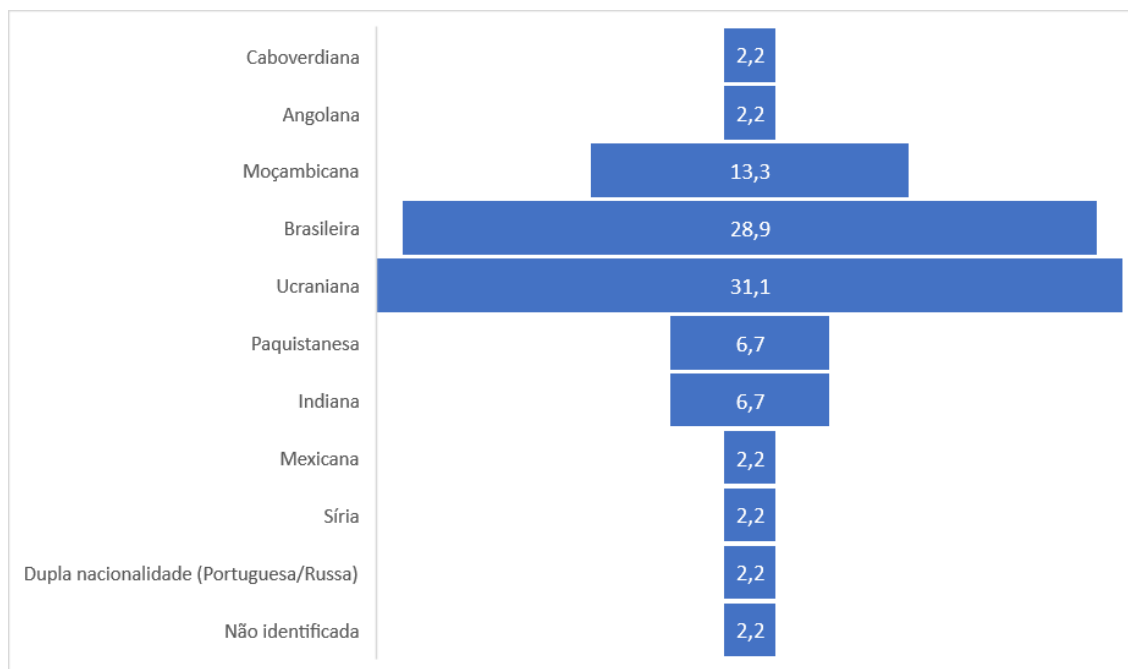
Figura 24. Local de residência (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

A maioria dos inquiridos (66,7%, 30 indivíduos) reside na cidade de Castelo Branco, sendo que 8 residem noutras localidades do concelho, nomeadamente, em São Vicente da Beira e Alcains.

Figura 25. Nacionalidades (%)

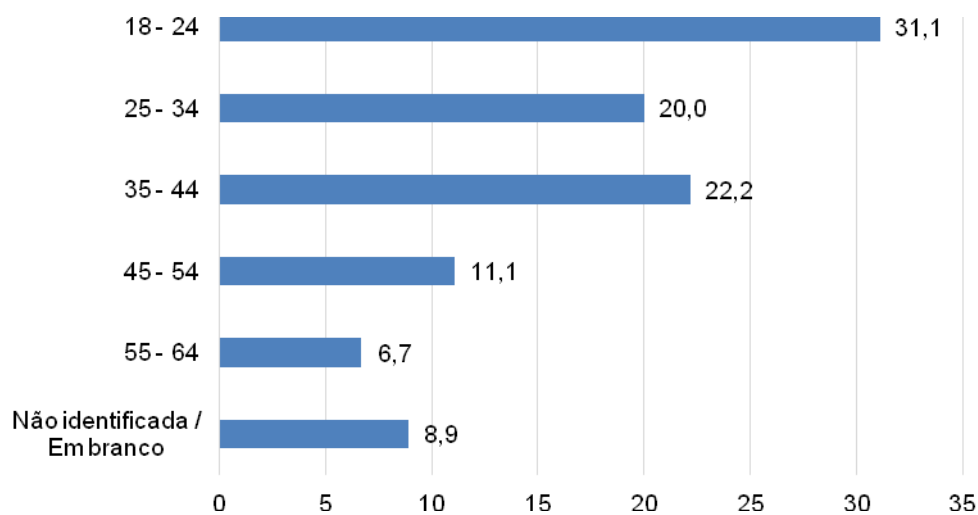


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

No total foram inquiridos indivíduos de 9 nacionalidades distintas. Os naturais da Ucrânia representam 31,1% do total de inquiridos (14 indivíduos), registando-se ainda como relevante o número de inquiridos brasileiros (13) e moçambicanos (6). Destaque-se o facto de apenas um dos inquiridos apresentar dupla nacionalidade, nomeadamente portuguesa e russa.

No caso da idade, regista-se uma dispersão alargada aos vários escalões etários, exceto no escalão etário dos 65 ou mais anos de idade, onde não se enquadra nenhum dos inquiridos.

Figura 26. Escalões etários (%)

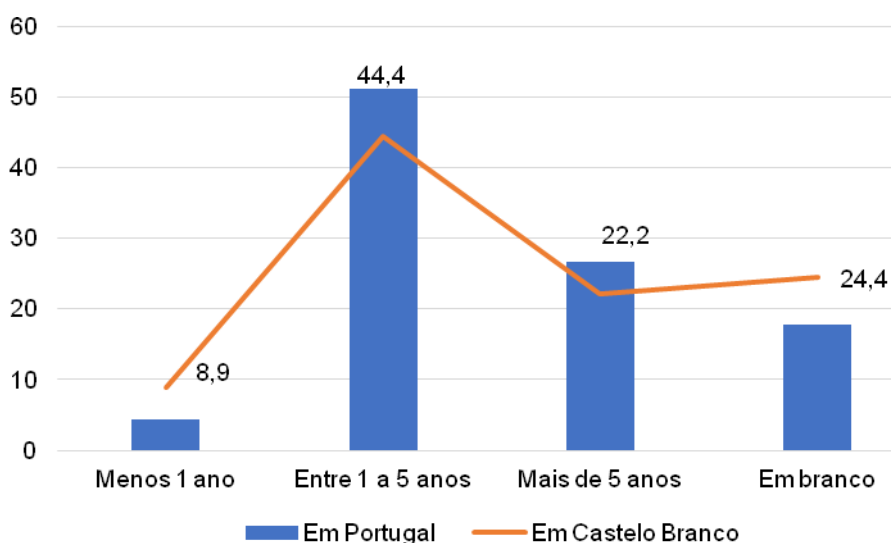


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

O escalão dos 18 aos 24 anos é aquele onde se enquadra um maior número de NPT inquiridos (14, o que corresponde a 31,1%). Os escalões etários dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos possuem também uma importante representatividade (9 e 10 indivíduos, respetivamente).

Quase metade dos inquiridos (51,1%) encontra-se em Portugal entre 1 a 5 anos. Apenas 2 se encontram no país há menos de 1 ano, o que corresponde a 4,4% do total de inquiridos. Existem 12 (26,7%) que se encontram no país há mais de 5 anos.

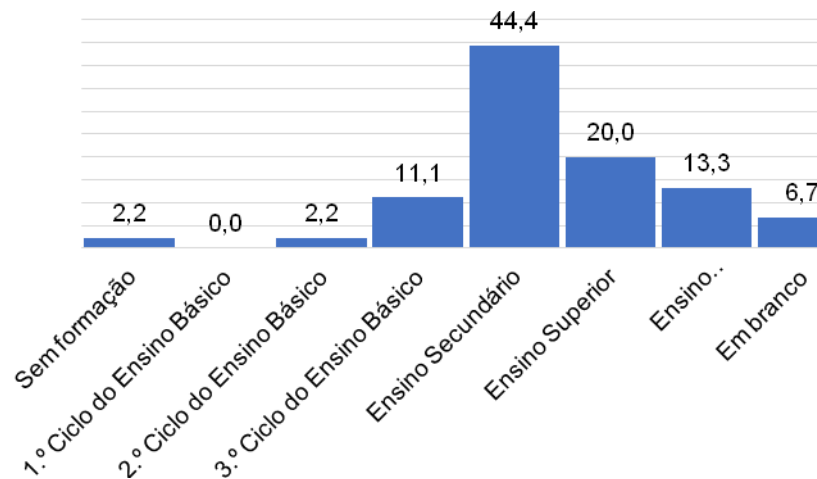
Figura 27. Tempo de permanência em Portugal e em Castelo Branco (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Em mais metade dos inquiridos (24, que correspondem a 53,3% do total) existe uma coincidência entre o tempo de permanência em Portugal e o tempo de permanência em Castelo Branco. Isto significa que todo o tempo passado no país enquanto migrante, aconteceu em Castelo Branco. Também a permanência com duração entre 1 e 5 anos é a mais comum, no que diz respeito à permanência em Castelo Branco.

Figura 28. Grau de formação (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

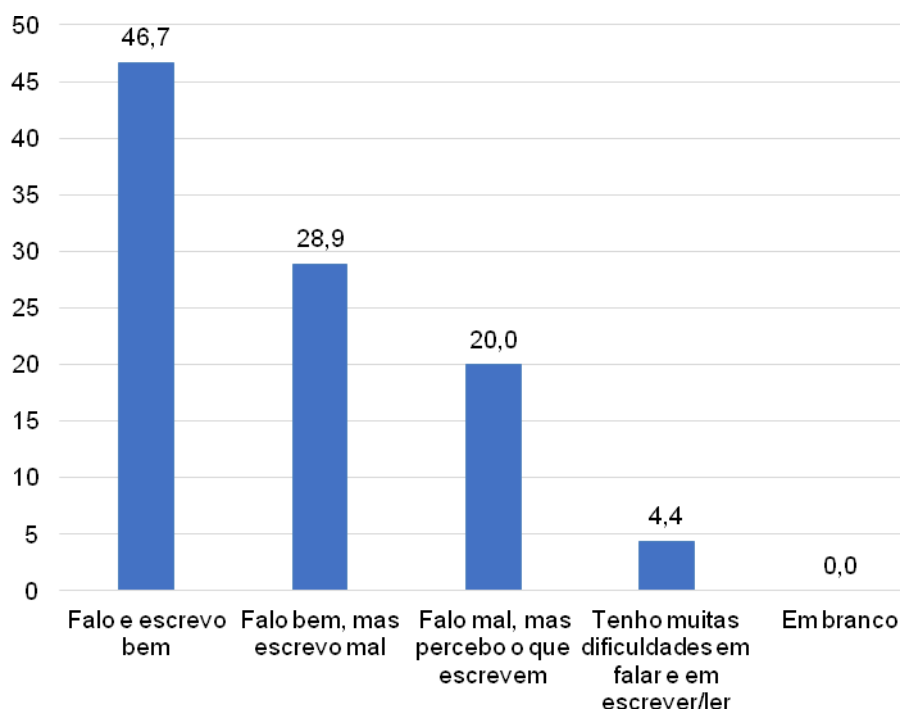
No que respeita ao perfil de qualificações, o nível formativo e de qualificação mais comum é o ensino secundário, detido por 44,4% (20 indivíduos) dos inquiridos. Ainda assim, 9 NPT que responderam ao inquérito têm habilitações ao nível do ensino superior, o que representa 20% do total, valor bastante superior aos que possuem um curso de ensino profissional (6 inquiridos).

Ainda em matéria de competências e qualificações, do total de inquiridos, apenas 15 (33,3%) indicaram ter solicitado o reconhecimento formal das suas competências e formação, ao passo que outros 21 indicaram não o fizeram.

Em relação à ocupação profissional, 8 dos inquiridos estavam desempregados e 8 eram estudantes. Os restantes 20 inquiridos, que responderam à questão, desempenhavam profissões associadas, sobretudo, à agricultura (2), serviços de limpeza (3), lavagem automóvel (2), montadores de estruturas (3) e 2 pessoas estavam ocupadas apenas com atividades domésticas.

Note-se que, à exceção dos NPT que têm atualmente ocupação doméstica, mecânica, de assistente social e de técnico de energia eólica, iguais às que tinham no seu país de origem, nenhum dos outros inquiridos desempenha em Portugal a mesma profissão que possuía no seu país de origem. Cerca de 37,8% dos inquiridos trabalha na cidade de Castelo Branco (17), sendo que 6 dos inquiridos afirma trabalhar noutros locais do Concelho.

Figura 29. Entendimento da língua portuguesa (%)



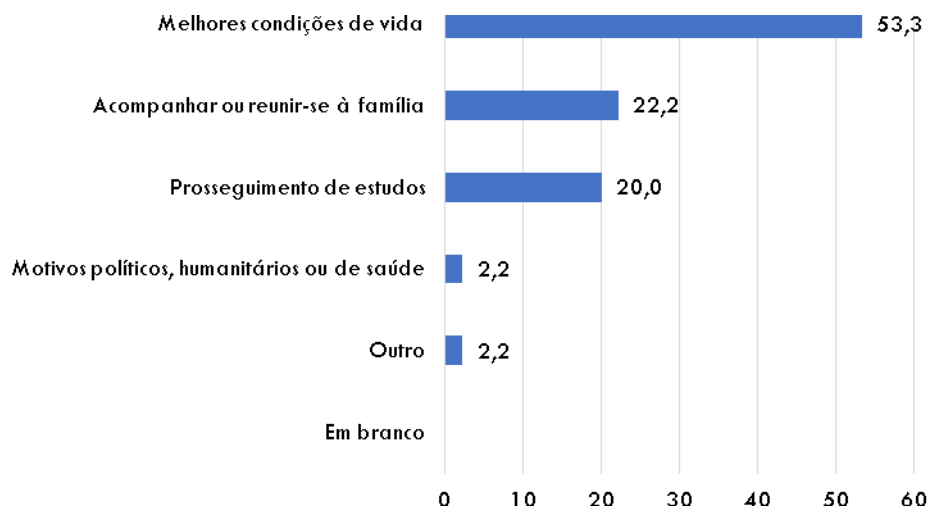
Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Relativamente ao domínio da língua portuguesa, 46,7% dos inquiridos, o que corresponde a 21 pessoas, indica falar e escrever bem. Cerca de 28,9%, afirma que fala bem, mas tem dificuldades em escrever corretamente em português. Existem 9 indivíduos que indicam falar mal, ainda que entendam aquilo que lhes é dito e 2 dizem sentir muitas dificuldades em falar e em escrever/ler.

O inquérito previa também uma questão relativa às motivações que levaram à emigração dos inquiridos. A este respeito, a procura de melhores condições de vida é o motivo referido por 53,3% dos inquiridos (24 pessoas), seguido daqueles que saíram do seu país para acompanhar ou reunirem-se à sua família, com 22,2% de respostas (10 pessoas). O prosseguimento de estudos, foi igualmente apontado com fator determinante (9 inquiridos).

Houve ainda uma pessoa que referiu motivos políticos, humanitários ou de saúde, e ainda outra que apontou “outros” motivos, relacionados com a situação de guerra que se vive no seu país.

Figura 30. Motivos que levaram à migração (%)



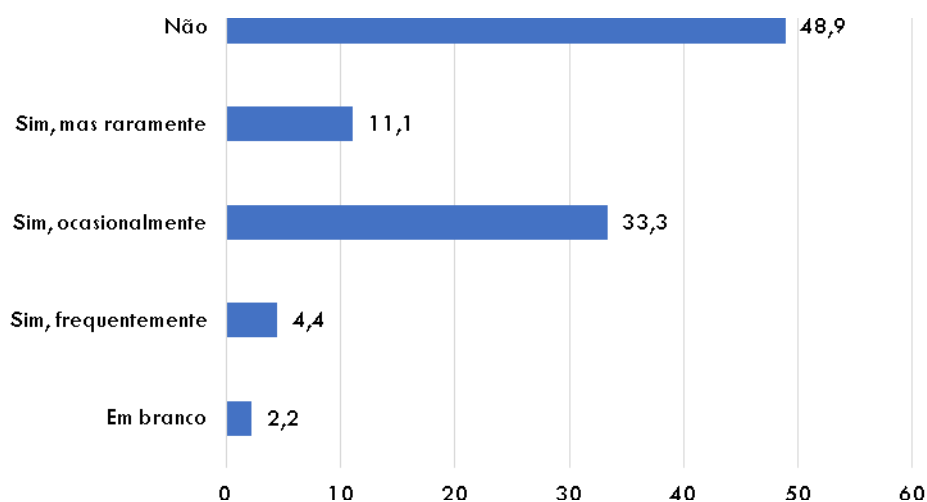
Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Relativamente à opção pelo destino de migração, os inquiridos podiam selecionar até 3 fatores que os levaram a optar por Castelo Branco. A presença de amigos e familiares foi o motivo mais frequentemente mencionado, com 24 referências. A facilidade em arranjar trabalho foi o segundo motivo a originar a deslocação para Castelo Branco (16 referências), seguido do nível de vida mais acessível (12 referências).

A existência de uma proposta de trabalho, a qualidade dos acessos e os preços da habitação mais acessíveis foram outros fatores que, ainda que em menor escala, contribuíram para a opção de Castelo Branco enquanto destino, em detrimento de outros.

Em relação às situações de discriminação, a maioria dos inquiridos (48,9%) revela nunca se ter sentido vítima de discriminação. Ainda assim, 15 indivíduos referiram sentir-se vítimas de discriminação de forma ocasional e 2 referiram mesmo sentir-se vítima de discriminação de forma frequente. Estes episódios de discriminação estão relacionados com uma situação de maior vulnerabilidade dos migrantes em vários domínios e áreas de vida relevantes para a vida em sociedade. Neste contexto, é pertinente identificar as áreas de vida em que os NPT sentem maiores dificuldades.

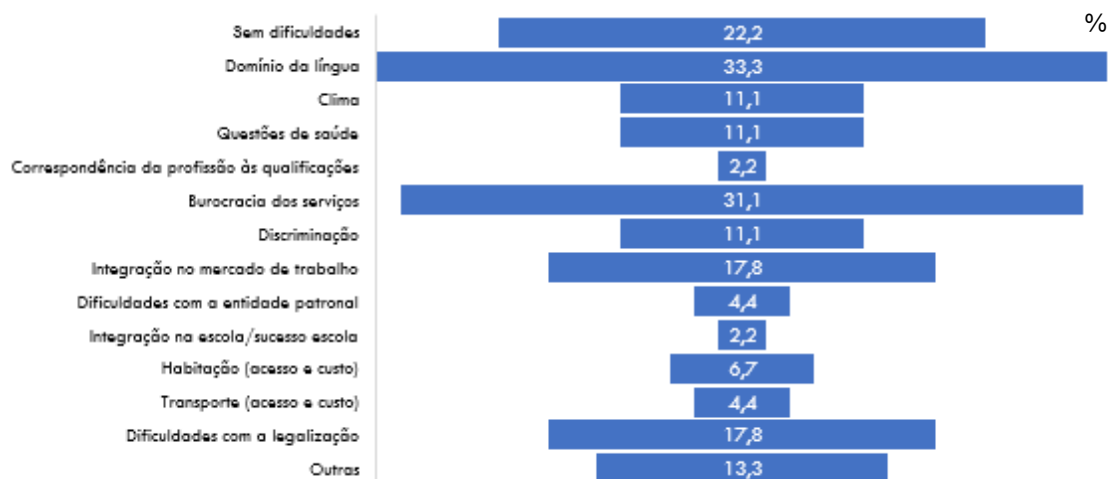
Figura 31. Vítimas de algum tipo de descrição (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

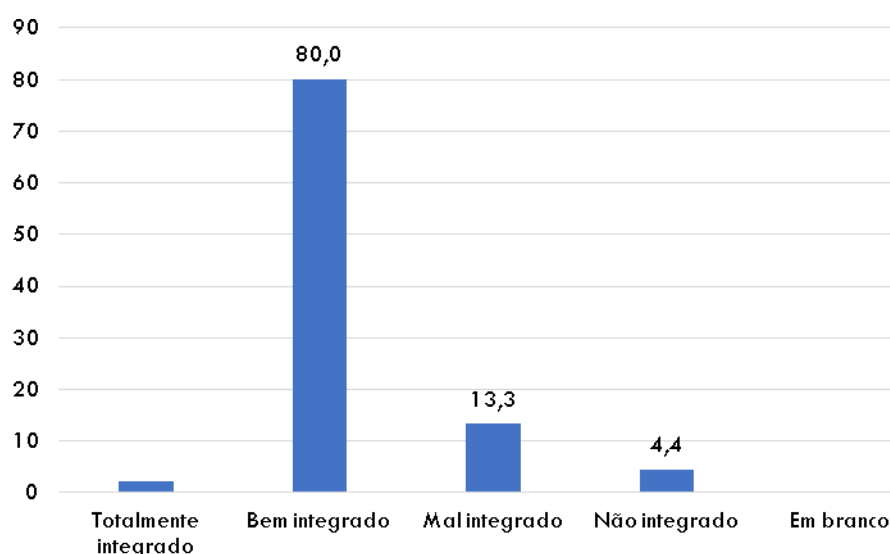
Quando solicitados a identificar as 3 principais dificuldades sentidas no seu processo de integração e inclusão social, o domínio da língua é o constrangimento mais frequentemente indicado, tendo sido referido por 1/3 dos inquiridos. As questões associadas à burocracia dos serviços (31,1%) e a integração no mercado de trabalho e dificuldades com a legalização constituem também aspetos em que vários inquiridos (16 pessoas) encontraram dificuldades. Porém, importa também realçar que 10 inquiridos (22,2%) não sentiram dificuldades de maior na sua integração em Castelo Branco.

Figura 32. Principais dificuldades sentidas por NPT (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Finalmente, a primeira fase do questionário concluía-se com a caracterização da perceção, por parte dos inquiridos, relativamente ao seu grau de integração, sistematizado na figura seguinte.

Figura 33. Grau de integração percebido (%)

Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

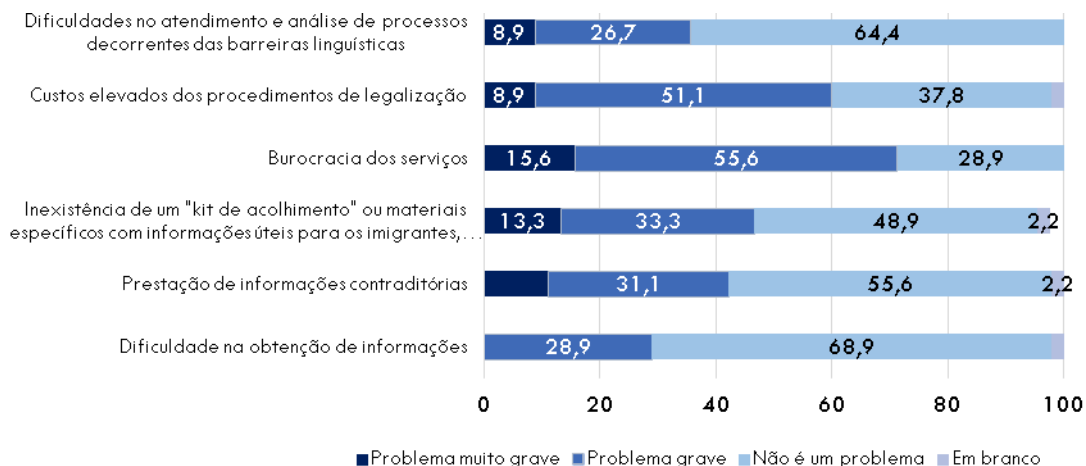
A este respeito, ainda que apenas um dos inquiridos se perceciono como estando totalmente integrado, a grande maioria (80%, que corresponde a 36 inquiridos) considera-se bem integrado. Ainda assim, 2 NPT consideram-se não integrados e outros 6 indicam estar mal integrados o que corresponde a uma proporção conjunta na ordem dos 13,3%, e que deve merecer a devida atenção.

4.4.2. Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Saúde, Solidariedade e Resposta Social

Relativamente à área estratégica dedicada aos serviços de acolhimento e integração, os aspetos que obtiveram maior número de referência na dimensão de “problema muito grave”, são as questões relacionadas com a burocracia dos serviços, bem como a inexistência de um “kit de acolhimento” ou materiais específicos com informação útil para os migrantes em suporte multilingue. Quase 30% dos inquiridos considera estas situações como problemas muito graves.

Note-se ainda que as questões associadas aos custos e as barreiras linguísticas têm também algumas referências como sendo problemas muito graves, ainda que em menor proporção comparativamente às dimensões anteriores.

Figura 34. Área estratégica “Serviços de Acolhimento e Integração”: gravidade dos problemas (%)

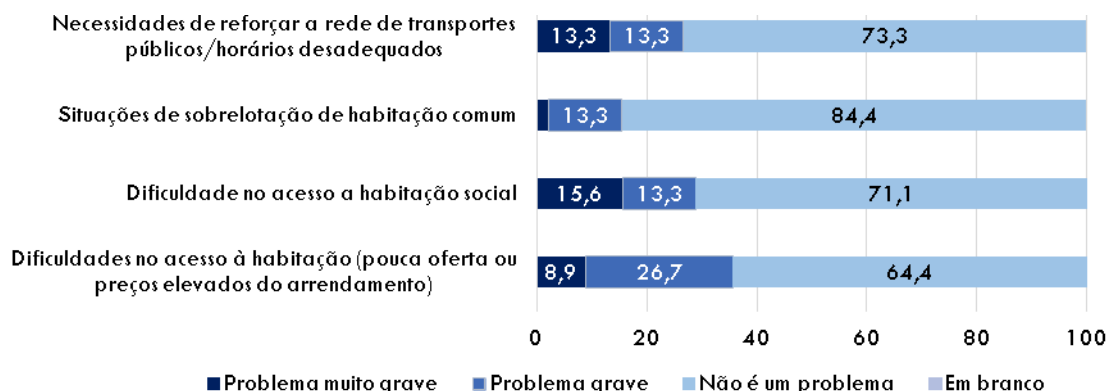


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Em todo o caso, existem também situações que, no entender da maioria dos inquiridos, não constituem um problema significativo, nomeadamente a dificuldade na obtenção de informações (mais de 2/3 dos inquiridos não considera este um problema relevante).

No domínio do urbanismo e habitação, onde se enquadram questões associadas aos transportes públicos e à qualidade e acesso à habitação, é notória uma elevada proporção de inquiridos que não considera problemáticas as várias dimensões em análise. Não obstante, aqueles que consideram problemático ou muito problemático o acesso à habitação, seja devido à oferta reduzida, seja devido aos elevados preços de arrendamento, atingem quase os 36%, o que indicia a existência de situações em que o acesso à habitação não está garantido, sendo esta a dimensão onde se identificam maiores problemas neste domínio de análise.

Figura 35. Área estratégica “Urbanismo e Habitação”: gravidade dos problemas (%)

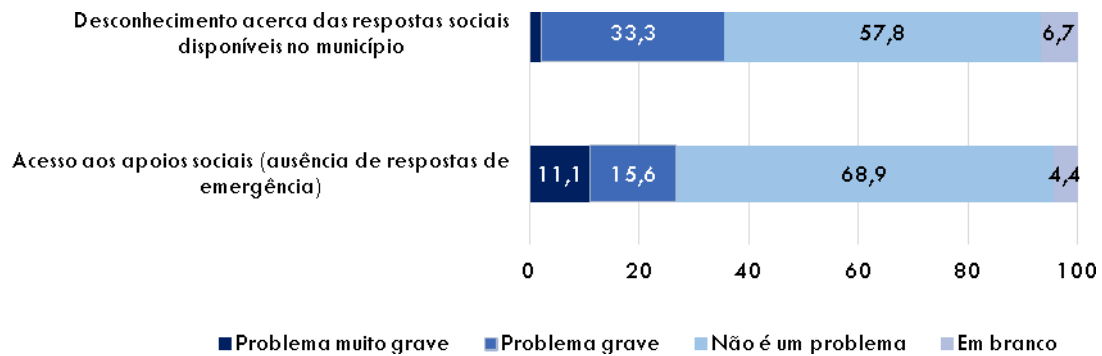


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

O principal problema (identificado como “muito grave”), prende-se com a existência de dificuldades no acesso à habitação social (15,6% dos inquiridos), bem como na rede e horário

de transportes públicos. Finalmente, em matéria de sobrelotação habitacional, apenas 7 inquiridos (15,5%) a consideraram um problema muito grave ou grave.

Figura 36. Área estratégica “Solidariedade e Resposta Social”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Na área estratégica relativa à solidariedade e resposta social o desconhecimento das respostas sociais existentes no Município e disponíveis à população é apontado por 35,5% dos inquiridos (16 pessoas) como sendo um problema grave ou muito grave. Já o acesso a esses apoios, ou a sua ausência, não constitui um problema para 68,9% dos inquiridos (ainda que 26,7% considere tal um problema muito grave ou grave, o que se pode dever à sua inexistência ou escassez da capacidade de resposta).

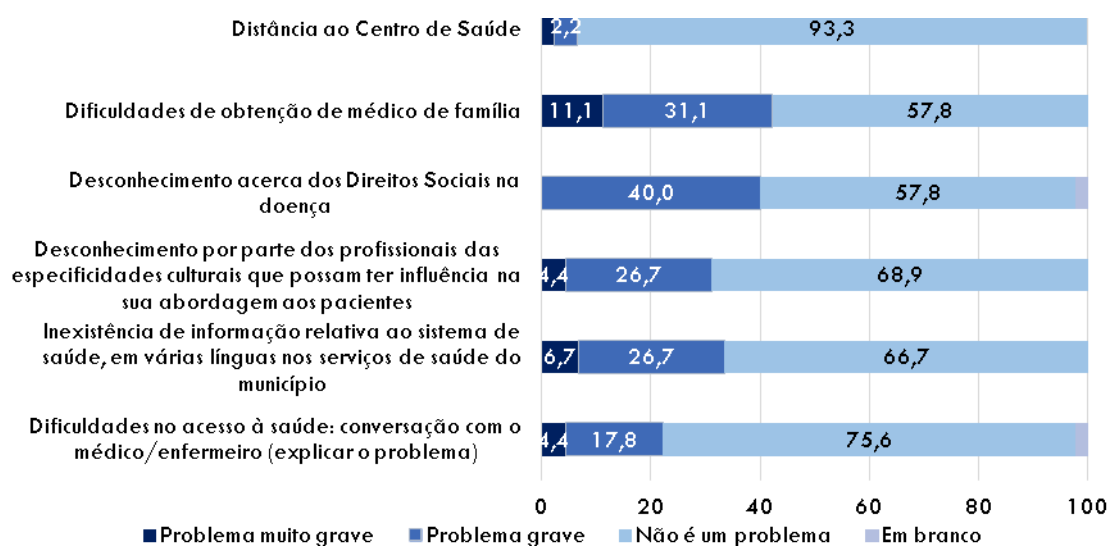
No domínio da saúde, a proporção de inquiridos que aponta para a inexistência de problemas é sempre maior comparativamente aqueles que apontam para a existência de constrangimentos. Porém, em algumas questões existem inquiridos que referenciam dimensões de problema muito graves, que importa aprofundar.

Neste contexto, as dificuldades na obtenção de médico de família é a tipologia de problema onde se regista maior número de referências do tipo “problema grave” e “muito grave” (31,1% e 11,1%, o que corresponde a 14 e 5 inquiridos, respetivamente).

As dificuldades de conversação, são sobretudo apontadas pelos NPT oriundos de país que não possuem o português como língua oficial. Assim, alguns inquiridos (10) identificam a existência de “problemas graves” e “muito graves” nesta matéria, o que indicia a existência de dificuldades de comunicação entre os NPT e os profissionais do sistema de saúde.

Esta situação é agravada pelas dificuldades identificadas também na tipologia associada à informação disponibilizada nos serviços de saúde que, não existindo em várias línguas, é entendida como um problema grave por 26,7% dos inquiridos e muito grave por 6,7%. O desconhecimento acerca dos Direitos Sociais na doença é igualmente apontado como um problema grave a solucionar (para 40% dos inquiridos).

Figura 37. Área estratégica “Saúde”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Nota ainda para o facto de a distância ao centro de saúde não ser considerado um problema grave ou muito grave, dado que apenas foi apontado por 3 inquiridos, o que pode estar associado à inexistência ou reduzido impacte dos constrangimentos associados à rede e horários de transportes públicos de Castelo Branco.

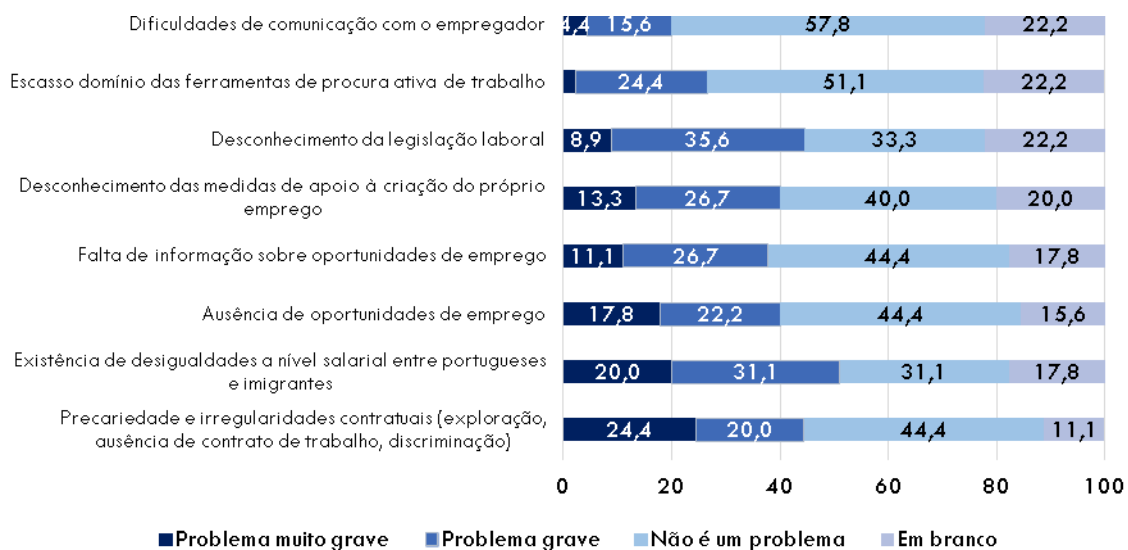
4.4.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Capacitação e Formação e Educação e Língua

Em matéria de empreendedorismo e mercado de trabalho, os inquiridos foram questionados relativamente a diversas matérias associadas ao emprego e às questões laborais, tendo identificado alguns aspetos que se configuram como particularmente sensíveis para os NPT.

A existência de desigualdades salariais e a precariedade e irregularidades contratuais são apontadas como dimensões particularmente gravosas (51,1% e 44,4% dos inquiridos consideram grave ou muito grave estes problemas). A ausência de oportunidades de emprego, referenciada como muito grave por cerca de 18% dos inquiridos, bem como o desconhecimento da legislação laboral, apontada por 35,6% dos inquiridos como grave, são outros aspetos a merecer atenção.

Nas restantes tipologias os inquiridos apontaram também para a existência de outros problemas, ainda que no caso das dificuldades de comunicação com o empregador e no reduzido domínio das ferramentas de procura de trabalho, o tipo de problemas é de categoria menos gravosa. Note-se ainda que a proporção de respostas em branco se deve ao facto de, no grupo de NPT inquiridos, existirem indivíduos cujo conhecimento do mercado de trabalho é mais reduzido, face à sua ocupação atual (doméstica ou a estudar).

Figura 38. Área estratégica “Mercado de Trabalho e Empreendedorismo”: gravidade dos problemas (%)

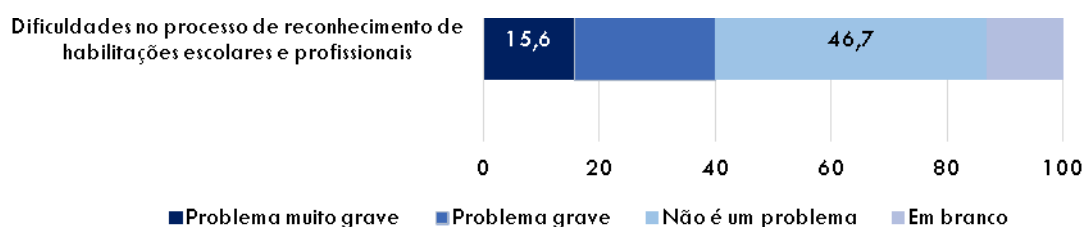


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Não obstante, é notória uma proporção considerável de inquiridos que aponta para a existência de problemas em diversos domínios desta área estratégica, pelo que a mesma se configura como particularmente sensível no caso dos NPT. É também um aspeto determinante para o sucesso da integração social e económica dos NPT e seus agregados familiares, pelo que constitui uma área estratégica de importância acrescida no contexto do PMIM.

Diretamente relacionado com a situação laboral, encontra-se a área estratégica da capacitação e formação. Neste domínio a única questão abordada estava relacionada com o reconhecimento formal das habilitações escolares e profissionais dos NPT. De acordo com as respostas obtidas, apenas 7 inquiridos solicitaram o reconhecimento formal das suas competências.

Figura 39. Área estratégica “Capacitação e Formação”: gravidade dos problemas (%)

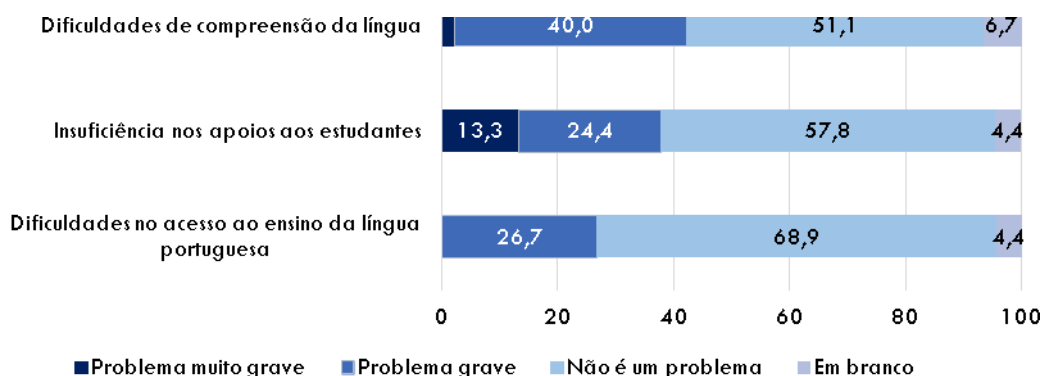


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Considerando os dados em análise, tal pode estar relacionado com as dificuldades identificadas nesse processo. De facto, mais de 40% dos inquiridos, aponta para a existência de problemas muito graves (15,6%) ou graves (24,4%) no processo de reconhecimento. Esta

situação pode decorrer do facto de apenas um terço dos inquiridos ter efetivamente concluído o processo, já que, de acordo com a informação prestada, existem dificuldades muito significativas na obtenção do reconhecimento das habilitações.

Figura 40. Área estratégica “Educação e Língua”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Relativamente à área estratégica da capacitação e formação, surgem novamente algumas situações problemáticas, nomeadamente as dificuldades de compreensão da língua, apontadas por quase de metade dos inquiridos como um problema grave ou muito grave (42,2%).

As dificuldades no acesso ao ensino da língua portuguesa são também apontadas por mais de 26,7% dos inquiridos como sendo um problema grave. Ainda assim, a insuficiência de apoio aos estudantes, mesmo sendo a categoria onde se regista uma elevada proporção de inquiridos que não identificam problemas (57,8%), é aquela onde mais NPT indicou existirem problemas muito graves (6 indivíduos).

Neste quadro, conclui-se que nas áreas estratégicas associadas ao mercado de emprego, capacitação e formação e educação e língua subsistem problemas na generalidade das dimensões analisadas, ainda que em alguns casos o número de inquiridos a apontar a existência dos mesmos seja relativamente reduzida face à dimensão total da amostra.

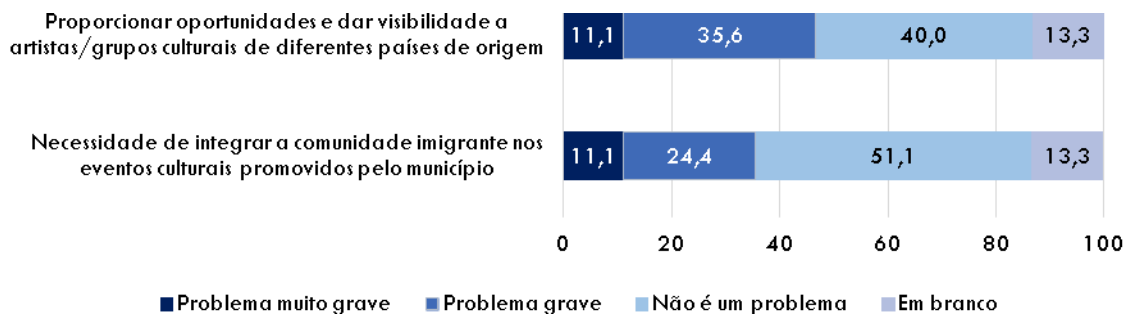
4.4.4. Cultura, Religião e Cidadania e Participação Cívica

A dimensão cultural, religiosa e cidadã foram também alvo de análise, uma vez que constituem fatores relevantes na promoção de uma sociedade plural e multicultural, contribuindo para a disseminação da diversidade e, assim, criando as condições necessárias para uma vivência partilhada das várias dimensões cívicas.

Nas questões analisadas na área estratégica da cultura mais de metade dos inquiridos considera não existir problemas. Contudo, existem casos de NPT que referem existir problemas nas oportunidades e na visibilidade que pode e deve ser prestada a artistas/grupos

culturais de diferentes países, bem como a necessidade de integrar a comunidade imigrante nos eventos culturais promovidos pelo Município. Em ambos os casos, a proporção de inquiridos que aponta a existência de problemas muito graves nestas áreas é de 11,1% (5 indivíduos).

Figura 41. Área estratégica “Cultura”: gravidade dos problemas (%)

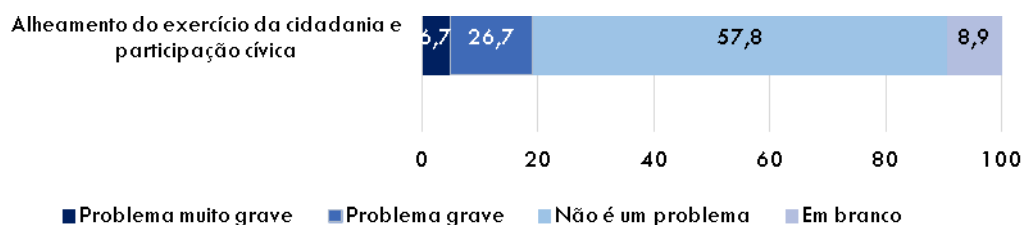


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Regista-se uma elevada proporção de respostas em branco, o que reflete um aparente desconhecimento ou distanciamento dos temas culturais. Esta situação, indiciando uma subvalorização da temática, constitui um fator que pode ter impacte significativo na sua plena integração social.

A área temática da cidadania e participação cívica foi também objeto de análise no âmbito do inquérito aos NPT. Neste caso, regista-se uma menor proporção de respostas em branco comparativamente a área da cultura, sendo que 57,8% dos inquiridos considera não existir problemas de alheamento da cidadania e da participação cívica. Porém, registam-se novamente respostas que apontam para a existência de constrangimentos na comunidade NPT neste tema (6,7% considera este um problema muito grave).

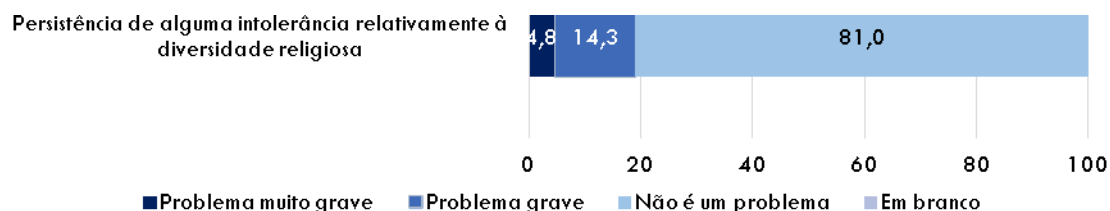
Figura 42. Área estratégica “Cidadania e Participação Cívica”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Finalmente, no caso da cidadania e participação cívica não se registam respostas em branco. De qualquer forma, registam-se novamente respostas que referem a existência de problemas nesta área, ainda que 81% dos inquiridos apontem para a inexistência de constrangimentos associados à intolerância religiosa.

Figura 43. Área estratégica “Cidadania e Participação Cívica”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Conclui-se que, ainda que a maioria dos inquiridos apontar para o facto de não existirem problemas relevantes nas áreas estratégicas em questão, o facto de nas 3 áreas temáticas se registarem respostas que, ainda que reduzidas, indicam o contrário, não deve ser excluída a possibilidade de alguns elementos da comunidade imigrante enfrentarem dificuldades nestas matérias.

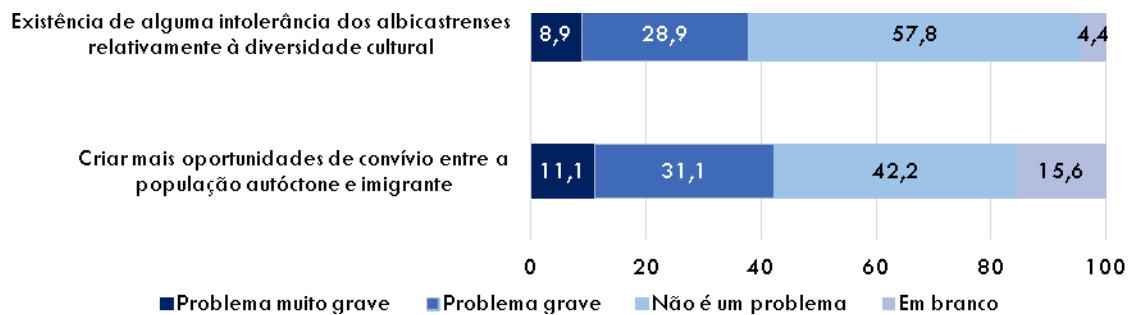
4.4.5. Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação e Relações Internacionais

Os meios de comunicação social desempenham um papel relevante em vários domínios da integração e inclusão social dos NPT, seja pela divulgação de iniciativas direccionadas a estes indivíduos, seja pelo contributo na desmistificação de mitos e estereótipos associados a culturas diferentes da do país de origem.

Por se constituir como um aspeto relevante, a sensibilização da opinião pública foi também abordada no âmbito do inquérito aos NPT. Assim, 38% dos NPT inquiridos apontaram para existência de algum tipo de problema de intolerância por parte da comunidade residente relativamente à diversidade cultural. No caso de 8,9% dos inquiridos, os problemas existentes são classificados como sendo muito graves. Ainda assim, para mais de 57% dos inquiridos não se identificam problemas deste tipo.

No que diz respeito às oportunidades de convívio entre a comunidade residente e os NPT, pouco mais de 42% dos inquiridos identifica igualmente a existência de problemas, ainda que numa escala de gravidade mais significativa (11,1%, considera o problema muito grave). Note-se que quase 16% dos inquiridos não respondeu a esta questão, pelo que o efetivo que considera não existir problemas é mais reduzido (42,2%).

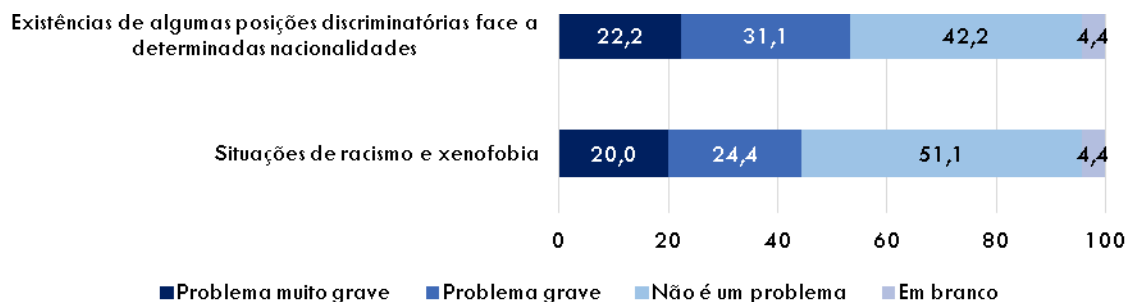
Figura 44. Área estratégica “Media e Sensibilização da Opinião Pública”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Numa abordagem direta às questões do racismo e discriminação, quase 53,3% dos inquiridos aponta para a existência de posições discriminatórias face a determinadas nacionalidades que, para 22,2%, constitui mesmo um problema muito grave. No caso concreto de situações de racismo e xenofobia, os valores aproximam-se, com 20% dos NPT inquiridos a referir que este tipo de eventos constitui problema muito grave. Ainda assim, 51,1% não identifica estas situações como problemas.

Figura 45. Área estratégica “Racismo e Discriminação”: gravidade dos problemas (%)

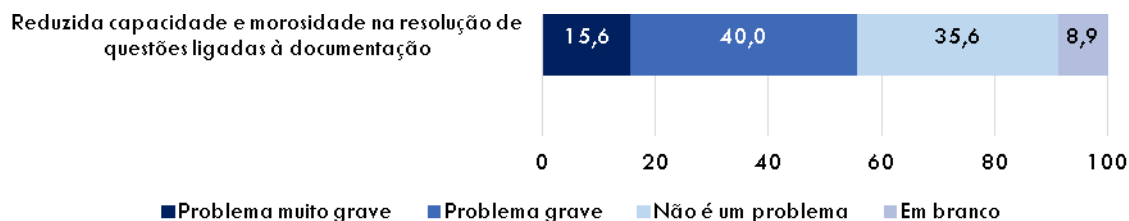


Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Não obstante, a referência a este tipo de situações por alguns NPT como sendo problemáticas, pode estar associado a uma perceção diferenciada por parte dos vários indivíduos que constituem a comunidade imigrante, bem como pelo facto de as situações discriminatórias, de racismo ou xenofobia serem mais frequentes em determinado grupo, o que justifica a amplitude de perceções identificadas nesta área estratégica.

Finalmente, na área dedicada às relações internacionais, onde se aborda a capacidade dos serviços na resolução de questões ligadas à documentação, 15,6% dos inquiridos aponta para a existência de problemas graves nesta área. Registam-se 8,9% de respostas em branco e 35,6% dos inquiridos não identifica problemas relevantes neste âmbito.

Figura 46. Área estratégica “Relações Internacionais”: gravidade dos problemas (%)



Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

Mais uma vez, a diferença de apreciações registadas pode estar relacionada com as condições diversas em que o processo de imigração e integração ocorre sendo que, em alguns casos, a menor complexidade da situação permite uma resolução mais célere, ao passo que noutros casos, os serviços têm maior dificuldade na resolução dos problemas apresentados pelos NPT.

4.5. Síntese e Hierarquização de Necessidades

O processo de auscultação dos *stakeholders* e de inquirição aos NPT permitiu, igualmente, identificar as áreas consideradas mais problemáticas, onde a integração carece de um maior aprofundamento e de uma mais consistente intervenção, dirigida, por ambas as partes e, em função das mesmas, definir uma hierarquização de necessidades a satisfazer/a priorizar no curto/médio prazo.

4.5.1. Identificadas pelos Parceiros

Ao longo do processo de elaboração do PMIM de Castelo Branco, foram realizadas diversas reuniões de trabalho, para partilha de opiniões e maior compreensão dos problemas, junto de alguns parceiros do CLAS com ações estruturadas e direcionadas para os NPT e em que este público-alvo tem um maior significado, com destaque para a Escola Profissional Agostinho Roseta, a Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense e a Unidade Local de Saúde. Efetuaram-se igualmente reuniões com a ACT de Castelo Branco e com duas empresas empregadoras de migrantes, a Silvapor e a Sociedade de Combustíveis de Montalvão, Lda.

De uma maneira geral, as diversas entidades apontam a aquisição de competências linguísticas como a principal necessidade e desafio a prosseguir para garantir uma melhor integração destes migrantes. A barreira linguística representa um entrave muito importante, seja no acesso aos cuidados de saúde, seja no acesso ao mercado de trabalho, seja mesmo no acesso à educação e aquisição de competências básicas. Outra barreira e questão-chave a resolver, centra-se na disponibilidade de habitação, dado que no concelho a escassez e o custo associado, condicionam o quotidiano das famílias migrantes e limitam as disponibilidades financeiras para outros fins.

4.5.2. Identificadas pelos NPT

A última questão do inquérito realizado aos NPT identificava várias dimensões, sendo que os inquiridos indicavam, de forma hierarquizada, as que consideravam mais relevantes para uma maior e melhor integração na comunidade de acolhimento. As opções disponíveis eram:

- Saber falar corretamente português;
- Ter trabalho;
- Ter a família consigo;
- Ter amigos portugueses;
- Ter amigos da sua nacionalidade;
- Saber como funcionam os serviços;
- Obter a nacionalidade portuguesa;
- Ter os filhos na escola;
- Conseguir comprar/arrendar casa.

Através da aplicação de uma fórmula que valorizava as opções em função da sua ordem e priorização pelos inquiridos, a lista ordenada de prioridades, identificada na tabela abaixo, revela que um dos aspetos mais valorizados pelos NPT para o seu processo de integração, é a presença da família. De facto, em mais de metade dos inquiridos aponta-se esta como a primeira prioridade para uma melhor integração.

Tabela 18. Prioridades para a melhoria da integração, Inquérito a NPT, 2018

Prioridade	Opção
1	Ter a família consigo
2	Saber falar bem português
3	Ter trabalho
4	Ter amigos portugueses
5	Ter amigos da sua nacionalidade
6	Saber como funcionam os serviços
7	Conseguir comprar/arrendar casa
8	Obter a nacionalidade portuguesa
9	Ter os filhos na escola

Fonte: Inquérito aos NPT (2018)

O domínio da língua portuguesa é o segundo fator mais relevante para a melhoria do processo de integração, referido como o aspeto mais significativo por 6 inquiridos, seguido da obtenção de um posto de trabalho.

A pertença e inserção numa rede social de amigos e conhecidos, principalmente portugueses, mas também da mesma nacionalidade do inquirido são também fatores bastante valorizados, ocupando a quarta e quinta posições da lista de prioridades. Na metade inferior encontram-se outros aspetos, onde se destaca a aparente menor importância que a obtenção da nacionalidade portuguesa assume neste universo.

O aspeto menos valorizado foi a escolaridade dos filhos, ainda que tal se possa explicar pelo facto de vários dos inquiridos não terem filhos ou não os terem consigo à data da inquirição, o que contribui também para explicar o facto de, nesta categoria, se terem encontrado vários respostas em branco.

5. Estratégia

5.1. Pano de Fundo

O acolhimento e integração de cidadãos provenientes de diferentes origens é um fator relevante não apenas do ponto de vista da revitalização demográfica, mas também devido às potencialidades que a diversidade cultural proporciona às cidades e territórios, principalmente, naqueles afetados por dinâmicas populacionais negativas. A importância em garantir a integração dos NPT, de modo a que se possam constituir como elementos ativos na sociedade de acolhimento, torna relevante a definição de uma estratégia integrada, multifuncional e ambiciosa para a sua integração, principal fator que justifica a elaboração do PMIM de Castelo Branco.

Assim, o principal objetivo do Plano passa por contribuir para níveis superiores de integração dos NPT através de uma abordagem articulada entre as entidades com um papel relevante nesse processo, atuando em várias áreas de intervenção específicas, mas sempre focada naquelas que são as principais necessidades e constrangimentos que marcam o processo de integração e nas que possam potenciar resultados, com maior eficácia e eficiência, através de relações sinérgicas e complementares entre entidades e entre diversas ações/iniciativas.

Visão Estratégica

Castelo Branco Integrador: Uma comunidade solidária e inclusiva, um concelho aprazível para os Nacionais de Países Terceiros crescerem, estudarem, viverem, trabalharem e envelhecerem

Neste quadro, a componente estratégica procura consolidar as linhas de abordagem às problemáticas identificadas no âmbito do diagnóstico, de modo a atingir um nível de integração superior. Para o efeito, será definido um quadro de objetivos a prosseguir e ações a implementar no sentido de promover e melhorar as condições de vida dos migrantes que residem no território concelhio de Castelo Branco.

A definição e desenvolvimento das ações identificadas suportou-se nos resultados e conclusões da fase de diagnóstico, nomeadamente da informação recolhida e sistematizada por via das metodologias participativas. Desta forma, foram identificadas as principais áreas e domínios em que é necessária uma intervenção específica e orientada, permitindo abordar e responder de forma adequada e objetiva aos principais desafios e dificuldades com que os NPT se deparam quer durante o período inicial de entrada/integração no país/concelho, quer durante o seu quotidiano.

Neste quadro, procurou-se operacionalizar a estratégia através de um amplo conjunto de ações, cujo objetivo passa por melhorar a situação dos NPT, em termos multidimensionais, contribuindo para a consolidação da integração e capacitação das comunidades migrantes residentes em Castelo Branco. A noção estratégica desta abordagem é, igualmente, reforçada pela definição de níveis de priorização e pela identificação de indicadores de realização e monitorização que constituem garantia da execução e avaliação das ações.

Considerando ainda a amplitude de várias ações, é fundamental que as entidades parceiras continuem a desenvolver um papel ativo na sua dinamização, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias e cooperando entre si, seja na aplicação e execução de medidas específicas, seja através da colaboração para o desenvolvimento de outras.

Esta situação de partilha de responsabilidades é particularmente relevante num Plano que aborda temas e áreas de intervenção diversificadas, em que várias entidades assumem competências específicas ou alargadas a esses temas e cuja pertinência de ação se estende a um conjunto considerável de atores locais.

Estas áreas de intervenção, consagradas na política nacional e internacional em matéria de integração, são contempladas com ações que visam melhorar o processo de integração de uma forma integrada e ambiciosa, abrangendo os aspetos social e económico, mas também as restantes esferas relevantes do ponto de vista da participação cívica e dos direitos humanos, de que são exemplo a cultura e a cidadania.

O PMIM de Castelo Branco ganha particular importância num contexto em que as dinâmicas sociais e económicas nacionais e internacionais estão em rápida e constante mudança. Face à constante necessidade de ajustamentos, as plataformas de envolvimento e cooperação em que participam cidadãos e entidades, visando uma sociedade mais acolhedora e tolerante, constituem um elemento determinante na prossecução das políticas de integração, às quais o trabalho em parceria e colaboração está intimamente associado.

5.2. Estrutura: Objetivos estratégicos e específicos

A estrutura estratégica do PMIM está organizada em função de um conjunto de objetivos estratégicos e específicos que balizam a atuação a desenvolver, constituindo-se como os principais referenciais de ação.

Desta forma, a concretização estratégica observa as orientações e objetivos associados às políticas nacionais e internacionais no âmbito da integração de migrantes, com os quais os objetivos do PMIM estão alinhados, garantindo a coesão da atuação e a sua harmonia com os princípios de referência nesta matéria.

Os objetivos gerais (estratégicos) definidos focam-se principalmente na inclusão dos NPT nas diversas áreas e domínios de atuação previstos no PMIM, onde se destacam os domínios relacionados com a Educação e Língua e a Cidadania e Participação Cívica. Na tabela 19 estão identificados os objetivos gerais (estratégicos) bem como as áreas de intervenção a que estão associados.

Tabela 19. Objetivos gerais (estratégicos) e áreas de intervenção

Objetivos gerais (estratégicos)	Área de Intervenção
Aumentar a qualificação de NPT	Capacitação e Formação
Combater os estereótipos referentes à comunidade de migrantes	Racismo e Discriminação
Contribuir para a construção e consolidação de uma imagem positiva das comunidades migrantes	Media e Sensibilização da Opinião Pública

Facilitar o acesso aos serviços de saúde por parte de NPT	Saúde
Fortalecer a comunicação entre NPT e a sociedade de acolhimento	Educação e Língua
Promover a inclusão de crianças e jovens NPT no sistema de ensino	Educação e Língua
Promover a inclusão de NPT reforçando as relações sociais e promovendo a diversidade cultural	Cidadania e Participação Cívica
Promover a integração de NPT no mercado de trabalho	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo
Promover a integração de NPT no concelho de Castelo Branco	Serviços de acolhimento e integração
Promover o acesso à habitação por parte de NPT (refugiados ou em situação de vulnerabilidade)	Habitação/ Urbanismo
Promover o acesso dos migrantes aos direitos de cidadania, valorizando a participação cívica dos NPT	Cidadania e Participação Cívica
Reforçar laços culturais com países de origem	Relações Internacionais
Valorizar a diversidade cultural existente no território	Cultura
Valorizar a diversidade religiosa existente no território	Religião

Fonte: PMIM Castelo Branco (2018)

O facto dos objetivos estratégicos identificados estarem associados a várias áreas de intervenção, contribui para uma intervenção global, alargada a vários domínios, o que promove sinergias e complementaridades, reforçando a integração da ação numa perspetiva integrada e multidimensional. Ainda que seja um número considerável de objetivos, e alguns deles de definição ampla, em diversos casos existe mais que uma ação a contribuir para o mesmo objetivo.

A amplitude da sua definição é ainda acutelada com o estabelecimento de um objetivo específico e operacional para cada uma das ações, identificados em maior detalhe nos quadros de ação, o que contribui para uma abordagem focada num *target* específico. A clareza das ações e respetivos objetivos específicos é fundamental para garantir a sua operacionalização, bem como para a sua avaliação e monitorização. Fica assim evidenciada a estrutura da dimensão estratégica do PMIM que, com base num conjunto de objetivos específicos e operacionais, irá gerar um quadro operacional (onde está previsto um processo de monitorização e avaliação), gerando um trabalho de continuo aperfeiçoamento e ajustado à realidade dos NPT e de melhoria dos processos de integração.

(página propositadamente deixada em branco)

6. Plano de Ação

6.1. Síntese Operacional

A componente operacional do PMIM está organizada em torno de 5 eixos, num total de 39 ações. O Eixo I, onde se concentram grande parte das ações relativas aos domínios de atuação associados aos Serviços de Acolhimento e à Integração e Cidadania e Participação Cívica contempla um total de 10 ações.

As ações principalmente dedicadas ao setor da saúde encontram-se no Eixo II, que contempla um total de 4 ações, sendo aquele onde se identifica menor número de intervenções. No caso do Eixo III, com um total de 8 ações, o foco está principalmente nas temáticas do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo e Capacitação e Formação.

Em matéria de Educação e Língua e Cultura, ações que se destacam no Eixo IV, enquadram-se um total de 10 ações. Finalmente, no Eixo V, onde as ações estão principalmente direcionadas para o Racismo e Discriminação e os Media e a Sensibilização da Opinião Pública estão contempladas 7 ações.

A análise da distribuição das ações por área de intervenção, conforme expressa a tabela 20, releva que os domínios relativos aos Serviços de Acolhimento Integração e à Educação e Língua são os que concentram maior número de ações, com 7, o que representa cerca de 17% do total de ações.

Tabela 20. Ações por área de intervenção (n.º e %)

Área de Intervenção	N.º de ações	%
Capacitação e Formação	3	7,7
Cidadania e Participação Cívica	3	7,7
Cultura	4	10,4
Educação e Língua	7	17,9
Media e Sensibilização da Opinião Pública	1	2,6
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	6	15,4
Racismo e Discriminação	3	7,7
Relações Internacionais	1	2,6
Religião	2	5,1
Saúde	4	10,4
Serviços de Acolhimento e Integração	5	12,5
TOTAL	39	100

Fonte: PMIM Castelo Branco (2018)

Existem 6 ações direcionadas para o tema do Mercado de Trabalho e Empreendedorismo e Educação e Língua, e 4 para a área da saúde. No extremo oposto, encontram-se As Relações

Internacionais com apenas uma ação, o que se explica pela especificidade destas áreas de intervenção.

Do ponto de vista financeiro, e de modo a garantir a sua execução, está associado a estas ações um valor de 213.088,00€, o que representa um valor médio de 5.463,79€/ação.

As ações em causa estão apresentadas de forma detalhada nas tabelas abaixo, sendo que para cada uma existe ainda uma ficha de ação, com os detalhes relevantes relativamente à sua aplicação, indicadores de realização e valor estimado.

Eixo I

10 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade ¹⁸	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
1	Serviços de Acolhimento e Integração	Promover a integração de NPT no concelho de Castelo Branco	Promover a integração dos NPT através da criação da figura do mediador de proximidade e da implementação de uma Bolsa de Mediadores de proximidade ou interculturais	Bolsa de Mediadores de Proximidade ou Interculturais	2	<ul style="list-style-type: none"> Formação de 2 mediadores Dar apoio a 150 NPT através da tradução linguística e auxiliando a compreensão do funcionamento dos serviços /instituições 	Produção de manual de boas práticas	1	ALAD
							N.º total de NPT participantes	150	
2	Serviços de Acolhimento e Integração	Promover a integração de NPT no concelho de Castelo	Dinamizar e reforçar as condições de receção, informação e acolhimento dos NPT no CLAIM.	Dinamização do CLAIM	2	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar 400 NPT Aumentar o número de atendimentos no CLAIM em 5%/ano 	N.º de atendimentos ao longo do projeto	1200	ALAD
							N.º de materiais produzidos: brochura de divulgação	1	
							N.º total de NPT participantes	400	

¹⁸**Medidas de Nível 1** – todas aquelas que não constituindo prioridade de nível 2, carecem de outros financiamento para a sua concretização, seja porque são complementares às medidas de nível 2, seja porque irão aprofundar medidas já existentes no território, conferindo-lhe mais qualidade.

Medidas de Nível 2 – aquelas que, na elaboração do Plano, forem consideradas pelas entidades envolvidas – as parcerias – como sendo parte do núcleo duro de competências em cada concelho, por serem determinantes para o processo de acolhimento e integração ao nível local e que, por esse motivo, deverão ser sempre garantidas aos cidadãos migrantes, com ou sem financiamento externo. Tal significa que dependem dos recursos disponíveis localmente, nomeadamente os dependentes das entidades diretamente envolvidas no PMIM.

Eixo I

10 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
3	Serviços de Acolhimento e Integração	Promover a integração de NPT no concelho de Castelo Branco	Divulgar informação e eventos culturais de interesse para os NPT.	Programa de Rádio	2	<ul style="list-style-type: none"> Difundir informação e eventos direcionados para a população NPT Criação de 1 programa de rádio 	N.º de emissões ao longo do projeto	12	ALAD
							N.º de horas por emissão	20m	
							N.º de NPT participantes por sessão	1	
							N.º total de NPT participantes	12	
4	Serviços de Acolhimento e Integração	Promover a integração de NPT no concelho de Castelo Branco	Realização de workshops focados na Lei da Imigração, colmatando falhas persistentes de informação e dificuldades de compreensão do quadro legislativo nacional pelos NPT.	Workshops Sobre Lei da Imigração	2	<ul style="list-style-type: none"> Participação de 75 NPT em workshops sobre a Lei da Imigração Realizar 3 workshops sobre a temática da Lei da Imigração 	N.º de sessões ao longo do projeto	3	ALAD
							N.º de horas por sessão	2h30m	
							N.º de NPT participantes por ação	25	
							N.º total de NPT participantes	75	
5	Serviços de Acolhimento e Integração	Promover a integração de NPT no concelho de Castelo Branco	Criar uma base de dados, facilmente acessível e regularmente atualizada, de informação sobre as principais necessidades e expectativas dos NPT.	Sistema de Recolha Periódica das Necessidades e Expectativas de NPT	1	<ul style="list-style-type: none"> Auscultação presencial, através de questionário, das necessidades e expectativas da população NPT (150) 	N.º de atualizações à base de dados	Mensalmente	ALAD
							N.º total de NPT participantes	150	
6	Relações Internacionais	Reforçar laços culturais com outros NPT residentes em Portugal	Reforçar os laços culturais e estimular a realização de intercâmbios em diversas áreas.	Geminação com outros Municípios acolhedores de NPT	2	<ul style="list-style-type: none"> Geminação com 1 municípios 	N.º de geminações	1	CMCB
							N.º de NPT participantes	50	
							N.º total de NPT participantes do município geminado	50	

Eixo I

10 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
7	Cidadania e Participação Cívica	Promover a inclusão de NPT reforçando as relações sociais e promovendo a diversidade cultural	Reforçar as relações de proximidade e vizinhança entre os autóctones e os NPT	Programa “Família do Lado”	2	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver 20 NPT • 1 campanha de divulgação do Programa “Família do Lado” • Distribuição e afixação de panfletos no CLAIM e principais locais de afluência dos NPT 	N.º de ações	1 (2019)	ALAD
							N.º de NPT participantes	20	
							N.º total de participantes	30	
8	Cidadania e Participação Cívica	Promover a integração de NPT no concelho de Castelo Branco	Realização de workshops focados na no voluntariado e participação cívica enquanto forma de integração	Workshops Sobre Voluntariado e Participação Cívica	2	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de 45 NPT em workshops sobre voluntariado e participação cívica • Realizar 3 workshops sobre a temática do voluntariado e participação cívica 	N.º de sessões ao longo do projeto	3	ALAD
							N.º de horas por sessão	2h30m	
							N.º de NPT participantes por ação	15	
							N.º total de NPT participantes	45	
9	Cidadania e Participação Cívica	Promover o acesso dos migrantes aos direitos de cidadania, valorizando a participação cívica dos NPT	Incentivar o movimento associativo através da realização de sessões de capacitação, que estimulem e facilitem a geração de organizações de cidadãos migrantes ou que reforcem as competências dos recursos humanos e a qualidade da prestação de serviços a esta comunidade.	Sessões de Capacitação para o Associativismo Imigrante	2	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de 48 NPT em sessões de capacitação para o associativismo 	N.º de sessões ao longo do projeto	4	ALAD
							N.º de horas por sessão	2h	
							N.º de NPT participantes por sessão	12	
							N.º total de NPT participantes	48	

Eixo I

10 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
10	Educação e Língua	Promover a inclusão de crianças e jovens NPT no sistema de ensino e valorizar a diversidade cultural existente no território	Debates nos estabelecimentos de ensino sobre multiculturalidade, reforçando os laços de amizade e conhecimento cultural entre os autóctones e os NPT	Debates nas Escolas sobre Multiculturalidade	2	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver os 4 Agrupamentos de Escolas de Castelo Branco (AE Afonso de Paiva, AE Amato Lusitano, AE Nuno Alvares, AE José Sanches • Participação de 30 NPT na dinamização dos debates 	N.º de sessões ao longo do projeto	10	ALAD
							N.º de horas por sessão	1h30m	
							N.º de participantes por ação	25	
							N.º de NPT participantes por ação	3	
							N.º total de NPT participantes	30	

Eixo II

5 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
11	Saúde	Facilitar o acesso aos serviços de saúde por parte de NPT	Melhorar a informação disponível sobre o acesso à saúde, contribuindo para reforçar os cuidados de saúde aos NPT	Conceção de Folhetos Sobre o Acesso à Saúde Para NPT, em Várias Línguas	2	<ul style="list-style-type: none"> Produção de um folheto multilíngue para replicação 	N.º de materiais produzidos	1	ALAD
							N.º de materiais traduzidos	4	
							N.º de tiragem / impressão de cada material produzido	200x4	
12	Saúde	Facilitar o acesso aos serviços de saúde por parte de NPT	Melhorar a informação disponível pelos profissionais de saúde, relativamente aos procedimentos a realizar, que permitam reforçar os cuidados de saúde aos NPT.	Ações de Sensibilização sobre o Acesso à Saúde dos migrantes, para Funcionários do Centro de Saúde e do Hospital	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolver 30 funcionários da ULS de Castelo Branco 	N.º de sessões ao longo do projeto	2	CMCB
							N.º de horas por sessão	4	
							N.º de participantes ao longo do projeto	30	

Eixo II

5 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
13	Saúde	Facilitar o acesso aos serviços de saúde por parte de NPT	Melhorar a informação e reforçar a consciencialização dos NPT, para a promoção da saúde, concorrendo para reduzir a ocorrência de determinadas doenças (ou limitar as causas associadas ao seu aparecimento e propagação).	Campanhas de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde Pública	2	<ul style="list-style-type: none"> Difundir informação sobre prevenção e promoção da saúde a uma população alvo de 20 NPT 	N.º de campanhas ao longo do projeto	2	ALAD
							N.º de NPT participantes por campanha	10	
							N.º total de NPT participantes	20	
14	Saúde	Facilitar o acesso aos serviços de saúde por parte de NPT	Melhorar a informação e reforçar a consciencialização dos NPT, sobre duas temáticas relevantes: ambiente e saúde pública.	Formação Sobre Ambiente e Saúde Pública Para Migrantes	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento de 20 NPT em ações de sensibilização e informação sobre ambiente e saúde pública para migrantes 	N.º de sessões ao longo do projeto	2	ALAD
							N.º de horas por sessão	1h	
							N.º de NPT participantes por sessão	10	
							N.º total de NPT participantes	20	

Eixo III

8 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
15	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de NPT no mercado de trabalho	Melhorar a informação sobre ofertas de emprego e reforçar a integração dos NPT no mercado de emprego formal.	Divulgação de Bolsas de Oferta de Emprego	2	<ul style="list-style-type: none"> Difundir informação sobre ofertas de emprego; 2 NPT com contratos de trabalho efetivos 	N.º de ofertas de emprego publicadas ao longo do projeto	30	ALAD
							N.º total de NPT efetivamente contratados	2	
							N.º total de NPT participantes	30	
16	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de NPT no mercado de trabalho	Reforçar a integração dos NPT no mercado de emprego formal.	Ações de Capacitação às Associações de Forma a Incentivar a contratação de NPT	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolver as associações no processo de incentivo à procura de emprego 	N.º de sessões ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de horas por sessão	2h	
							N.º de participantes por ação	12	
17	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de cidadãos NPT no mercado de trabalho	Melhorar a informação disponível aos empregadores/tecido empresarial local, relativamente aos benefícios da integração de NPT nas Empresas	Criação de um Manual “Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas”	2	<ul style="list-style-type: none"> Criação do manual Disponibilização/difusão do manual pelos principais centros empregadores municipais 	N.º de manual produzido	1	CMCB
							N.º de tiragem / impressão do manual	1000	

Eixo III

8 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
18	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de NPT no mercado de trabalho	Reforçar a capacitação e conhecimento específico dos empregadores sobre interculturalidade, de modo a incentivar a contratação e integração dos NPT no mercado de emprego formal	Formação Sobre Interculturalidade e Para Empregadores	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de ações de formação sobre interculturalidade 	N.º de sessões ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de horas por sessão	3h	
							N.º de empregadores participantes por ação	5	
19	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de NPT no mercado de trabalho	Criar espaços de cultivo para autossuficiência e pequenos espaços de venda social, que permitam garantir condições de alimentação e rendimento extra aos NPT mais vulneráveis.	Espaços Para Hortas Urbanas e Postos de Venda Locais	2	<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar a 4 famílias migrantes acesso a terreno para cultivo de autossuficiência e espaços para venda da produção 	N.º de famílias NPT apoiadas	4	CMCB
							N.º total de NPT apoiados	15	
20	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Promover a integração de NPT no mercado de trabalho	Premiar os empregadores que possuam/desenvolvam práticas inovadoras e reconhecidamente de sucesso na integração dos NPT	Selo de Boas Práticas Para Distinguir Empregadores	2	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização/difusão do selo de boas práticas pelos principais centros empregadores municipais Distribuição de 10 Selos de boas práticas 	Documentos produzidos (regulamento)	1	CMCB
							Documentos produzidos (folheto de divulgação)	1	
							N.º de empresas abrangidas com selo	10	

Eixo III

8 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
21	Capacitação e Formação	Aumentar a qualificação de NPT	Reforçar a capacitação e conhecimento específico dos migrantes, de modo a incentivar a procura de emprego	Formação na Área das Competências Para a Procura Ativa de Emprego	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento de 15 NPT em ações de formação na área da procura ativa de emprego 	N.º de ações ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de horas por sessão	2h30m	
							N.º de NPT participantes por ação	15	
22	Capacitação e Formação	Aumentar a qualificação de NPT	Reforçar a capacitação e conhecimento específico dos migrantes, de modo a incentivar o acesso a programas de apoio ao autoemprego	Ações de Capacitação dos migrantes Para Acesso a Programas de Incentivo à Criação do Próprio Emprego	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento de 10 NPT em ações de capacitação no acesso a programas de incentivo à criação do próprio emprego 	N.º de ações ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de horas por ação	3h	
							N.º de NPT participantes por ação	10	

Eixo IV

10 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
23	Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre NPT e sociedade de acolhimento	Criar uma base de dados de alunos NPT, facilmente acessível e regularmente atualizada, que integre informação sobre as principais necessidades e expectativas dos alunos.	Base de Dados de Alunos NPT, Suportadas em Instrumentos de Monitorização	2	<ul style="list-style-type: none"> Auscultação presencial, através de questionário, das necessidades e expectativas dos alunos NPT residentes no município 	N.º de NPT (alunos) integrados na base de dados	30	ALAD
24	Educação e Língua	Promover a inclusão de crianças e jovens NPT no sistema educativo Português	Realização de tertúlias nos estabelecimentos de ensino sobre integração dos NPT, reforçando os laços de amizade e conhecimento cultural entre os autóctones e os NPT	Ciclos de Tertúlias nas Escolas Sobre a Integração de Alunos NPT	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de uma tertúlia numa das Escolas do IPCB no início do ano letivo 2019/2020 	N.º de tertúlias ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de NPT participantes	10	
							N.º total participantes	50	
25	Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre NPT e sociedade de acolhimento	Premiar as escolas que possuam/desenvolvam práticas inovadoras e reconhecidamente de sucesso na integração dos NPT.	Selo Escola Intercultural	2	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização/difusão do selo de boas práticas pelos agrupamentos Distribuição de 3 Selos de boas práticas 	Documentos produzidos (regulamento)	1	CMCB
							Documentos produzidos (folheto de divulgação)	1	
							N.º de agrupamentos abrangidas com selo	3	

Eixo IV

10 Ações

N.º da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
26	Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre NPT e sociedade de acolhimento	Realização de atividades nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, reforçando as condições e matérias de apoio.	Atividades nos Jardins de Infância alusivas à Diversidade Cultural	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 8 sessões em estabelecimentos de pré-escolar 	N.º de sessões ao longo do projeto	8	ALAD
							N.º de horas por sessão	1h	
							N.º de NPT participantes	2	
							N.º total participantes	48	
27	Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre NPT e sociedade de acolhimento	Melhorar o conhecimento da língua portuguesa junto dos NPT, reforçando as condições de diálogo com os autóctones e uma maior integração na sociedade local.	Cursos de Português para Todos	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de cursos de português, abrangendo 20 adultos NPT 	N.º de curso ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de horas de cada curso	350h	
							N.º de NPT participantes por curso	20	
28	Educação e Língua	Fortalecer a comunicação entre NPT e sociedade de acolhimento	Melhorar o conhecimento da língua portuguesa e das diversas línguas dos NPT, reforçando as condições de diálogo e uma maior integração na sociedade local.	Manual de Conversação Básica Multilíngue	1	<ul style="list-style-type: none"> Produção do manual de conversação 	N.º de manuais produzidos	1	ALAD
							N.º de manuais distribuídos	500	

Eixo IV

10 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
29	Cultura	Valorizar a diversidade cultural existente no território	Reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT.	Semana da Multiculturalidade	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de um evento intercultural com duração de uma semana 	N.º de evento ao longo do projeto	1	CMCB
							N.º de NPT participantes	50	
							N.º total participantes	100	
30	Cultura	Valorizar a diversidade cultural existente no território	Reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT,	Encontro Intercultural com Ações Culturais e Gastronómicas, Entre Outras	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de encontros interculturais e gastronómicos 	N.º de eventos ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de NPT participantes	40	
							N.º total participantes	20	
31	Cultura	Valorizar a diversidade cultural existente no território	Reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições de NPT, estimulando o diálogo e partilha de experiências e relações (reforço dos laços culturais).	Formação na Área das Culturas e Tradições de NPT	2	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento de 20 NPT em ações de formação nos domínios da cultura e tradições 	N.º de sessões ao longo do projeto	2	ALAD
							N.º de horas por sessão	1h30	
							N.º de NPT participantes por sessão	10	
							N.º total de NPT participantes	20	
							N.º total de participantes ao longo do projeto	50	
32	Capacitação e Formação	Aumentar a qualificação de NPT	Reforçar os níveis de alfabetização dos NPT, estimulando o diálogo e uma maior integração na sociedade local.	Cursos de Alfabetização para Adultos NPT	2	<ul style="list-style-type: none"> Alfabetizar 18 adultos NPT 	N.º de cursos ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de horas de cada curso	350h	
							N.º de NPT participantes por curso	18	

Eixo V

7 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
33	Religião	Valorizar a diversidade religiosa existente no território	Reforçar o diálogo inter-religioso, nomeadamente através da partilha de conhecimento e troca de experiências culturais-religiosos associados às diversas crenças dos NPT	Ações de Promoção do Diálogo Inter-Religioso	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de um evento de confraternização inter-religiosa 	N.º de ações ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de NPT participantes	20	
							N.º total de participantes	30	
34	Religião	Valorizar a diversidade religiosa existente no território	Reforçar o diálogo inter-religioso, nomeadamente através da partilha de conhecimento e troca de experiências culturais-religiosos associados às crenças da comunidade de acolhimento.	Visitas Guiadas a Instituições Religiosas	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 1 visita anual a instituições religiosas 	N.º de visitas ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de NPT participantes	50	

Eixo V

7 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
35	Racismo e Discriminação	Combater os estereótipos referentes à comunidade de NPT	Combater as diversas formas de discriminação, aportando soluções inovadoras e estimulando a sua execução	Fórum Debate Para a Discussão de Propostas de Combate ao Racismo, Xenofobia e Discriminação	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de fóruns de debate com redação de propostas; Realização de um fórum em cada agrupamento de escola Recolha de 10 propostas 	N.º de fóruns	3	ALAD
							N.º total de propostas	10	
							N.º de NPT participantes por fórum	3	
							N.º total de NPT participantes	9	
							N.º total de participantes	60	
36	Racismo e Discriminação	Combater os estereótipos referentes à comunidade de NPT	Reforçar a sensibilização da comunidade de acolhimento para a importância da interculturalidade	Seminários Alusivos à Interculturalidade	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de um seminário anual inserido na Semana da Multiculturalidade 	N.º de ações ao longo do projeto	1	ALAD
							N.º de NPT participantes	10	
							N.º total de participantes	20	
37	Racismo e Discriminação	Combater os estereótipos referentes à comunidade de NPT	Reforçar a sensibilização para a Igualdade e Violência de Género, de modo a limitar/erradicar esta grave problemática social	Ações de Sensibilização Para as Questões da Igualdade de Género e Violência de Género	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de 3 sessões de sensibilização Envolver 6 NPT 	N.º de ações ao longo do projeto	3	ALAD
							N.º de horas por ação	2h00	
							N.º de NPT participantes por ação	2	
							N.º total de NPT participantes	6	
							N.º total de participantes	40	

Eixo V

7 Ações

Nº da Ação	Áreas	Objetivos gerais / estratégicos	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível de prioridade	Metas	Indicadores de realização física	Metas	Responsáveis
38	Media e Sensibilização da Opinião Pública	Contribuir para a construção/consolidação de uma imagem positiva das comunidades migrantes	Alertar a sociedade para a importância/impacte de determinadas formas e condições de discriminação, na qualidade de vida e bem-estar dos NPT	Campanha de Rua "E se fosse Contigo?"	2	<ul style="list-style-type: none"> Realização de uma campanha de rua 	N.º de campanhas	1	ALAD
							N.º de NPT participantes por campanha	5	
							N.º total de participantes	20	
39	Cultura	Promover a inclusão dos NPT reforçando as relações sociais e promovendo a diversidade cultural	Reforçar os laços culturais e estimular a realização de intercâmbios em diversas áreas.	Desporto Para Todos	1	<ul style="list-style-type: none"> Realização de eventos desportivos e de lazer Envolver 40 NPT 	N.º de ações ao longo do projeto	4	ALAD
							N.º de horas por ação	2h	
							N.º de participantes NPT por ação	10	
							N.º total de NPT participantes	40	

6.2. Fichas de ação

Ação 1. Bolsa de Mediadores de Proximidade ou Interculturais	Memória Descritiva: Pretende-se criar uma bolsa de mediadores, com formação adequada e disponíveis para trabalho de campo “in loco”, quer na promoção da interculturalidade, quer no apoio informativo, quer na mediação de conflitos. Esta formação contemplará uma vertente teórica e prática.		
	Objetivo Principal: Criar uma Bolsa de Mediadores de Proximidade/Interculturais		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulheres/383 homens)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
Material produzido	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação	
1 Manual de Boas Práticas	150	2.988 euros	

Ação 2. Dinamização do CLAIM	Memória Descritiva: Pretende-se assegurar a dinâmica do Gabinete de Atendimento do CLAIM (já a funcionar) humanizado, gratuito e descentralizado, articulando com o ACM, I.P. respostas adequadas aos problemas identificados pelos migrantes e pela equipa técnica.		
	Objetivo Principal: Reforçar o acolhimento, informação e dinamização da receção aos NPT		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Março de 2018 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulheres/383 homens)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
Nº de atendimentos ao longo do projeto	Nº de materiais produzidos	Nº total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
1200	1 brochura de divulgação	400	5.450 euros

Ação 3. Programa de Rádio	Memória Descritiva: As emissões de rádio pretendem sensibilizar e informar a sociedade sobre a importância da diversidade cultural e da humildade em receber as pessoas vindas de outros países. Pretende-se também divulgar informação e eventos culturais de interesse para os NPT.				
	Objetivo Principal: Divulgar aspetos culturais dos diferentes países				
	Duração (início e término)				Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020				859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais				Indicadores Financeiros
	N.º de emissões	N.º de horas por emissão	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
12	20m	1	12	1.000 euros	

Ação 4. Workshops Sobre a Lei da Imigração	Memória Descritiva: Procura-se organizar com as entidades competentes ações de formação claramente informativas de forma a compreenderem o enquadramento legal dos cidadãos estrangeiros (colmatando falhas persistentes de informação e dificuldades de compreensão do quadro legislativo nacional pelos NPT)				
	Objetivo Principal: Realizar ações de formação/workshops				
	Duração (início e término)				Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020				859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais				Indicadores Financeiros
	N.º de Sessões	N.º de horas por sessão	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
3	2h30m	25	75	1.172 euros	

<p>Ação 5. Sistema de Recolha Periódica das Necessidades e Expetativas de NPT</p>	<p>Memória Descritiva: Pretende-se recolher e elaborar, uma base de dados em excel, de forma assídua e contínua as necessidades diagnosticadas de forma a conceber planos de ação profícuos e pertinentes no tempo e no espaço (base de dados facilmente acessível e regularmente atualizada, de informação sobre as principais necessidades e expetativas dos NPT).</p>		
	<p>Objetivo Principal: Elaborar suportes de informação</p>		
	<p>Duração (início e término)</p>		<p>Destinatários</p>
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>		<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>		<p>Indicadores Financeiros</p>
	<p>N.º de atualizações à base de dados</p>	<p>N.º total de NPT participantes</p>	<p>Valor Financeiro da Ação</p>
<p>Mensalmente</p>	<p>150</p>	<p>0 euros</p>	

<p>Ação 6. Geminação com Municípios de Origem dos NPT</p>	<p>Memória Descritiva: Esta ação preceitua a participação e encontro com outros Municípios em atividades multiculturais, com o objetivo reforçar os laços culturais e estimular a realização de intercâmbios em diversas áreas). Serão articulados contatos com Municípios que estejam disponíveis para estes encontros.</p>		
	<p>Objetivo Principal: Desenvolver eventos culturais ou mostras/encontros/debates</p>		
	<p>Duração (início e término)</p>		<p>Destinatários</p>
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>		<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>		<p>Indicadores Financeiros</p>
	<p>N.º de geminações</p>	<p>N.º de NPT participantes</p>	<p>N.º total de NPT participantes do município geminado</p>
<p>1</p>	<p>50</p>	<p>50</p>	<p>350 euros</p>

Ação 7. Programa “Família do Lado”	<p>Memória Descritiva: Pretende-se juntar famílias de nacionalidades distintas e partilharem refeições dos seus próprios países, de forma a fortalecer laços, redes de vizinhança e de pertença à comunidade. Haverá 3 fases: i) a preparatória e de conhecimento das famílias; ii) a de compra e confeção de alimentos; iii) e a de realização, e partilha em família, das refeições.</p> <p>Objetivo Principal: Reforçar as relações de proximidade e vizinhança entre autóctones e NPT através da partilha de refeições nas casas de cada família inscrita</p>			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulheres/383 homens)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de ações	N.º total de NPT participantes	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
1	20	30	1.000 euros	

Ação 8. Workshops Sobre Voluntariado e Participação Cívica	<p>Memória Descritiva: Procura-se organizar com as entidades envolvidas em ações de voluntariado e participação cívica sessões de informação que permitam enquadrar os processos de voluntariado e participação de vista do ponto de vista da promoção da integração de NPT</p> <p>Objetivo Principal: Realizar ações de formação/workshops</p>			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de Sessões	N.º de horas por sessão	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes
3	2h30m	15	45	1.172 euros

Ação 9. Sessões de Capacitação para o Associativismo Imigrante	<p>Memória Descritiva: Pretende-se com estas sessões de capacitação, informar os NPT dos apoios existentes para a criação de Associações de Migrantes e motivá-los a organizarem-se de forma proativa e assertiva para o efeito.</p> <p>Objetivo Principal: Capacitar potenciais agentes para o Associativismo através de ações de formação/ workshops.</p>				
	Duração (início e término)				Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020				859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais				Indicadores Financeiros
	N.º de Sessões	N.º de horas por sessão	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
	4 sessões	2h	12	48	1.950 euros

Ação 10. Debate nas Escolas Sobre Multiculturalidade	<p>Memória Descritiva: Pretende-se coorganizar debates alusivos ao tema da multiculturalidade de forma a potenciar a reflexão sobre a diversidade cultural e à elaboração de trabalhos a expor. Também como produto, será interessante conceber um Mural de Boas Práticas na integração e inclusão dos migrantes.</p> <p>Objetivo Principal: Desenvolver ações de informação, sensibilização, esclarecimento ou formação.</p>					
	Duração (início e término)				Destinatários	
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020				859 NPT (476 mulheres/383 homens)	
	Indicadores Físicos Principais				Indicadores Financeiros	
	N.º de sessões	N.º de horas por sessão	N.º de participantes por ação	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
	10 sessões	1h30m	25	3	30	800 euros

Ação 11. Conceção de Folhetos Sobre o Acesso à Saúde para NPT, em Várias Línguas	Memória Descritiva: Pretende-se conceber folhetos sobre o acesso aos cuidados de saúde, direitos e deveres dos migrantes na prestação de cuidados de saúde. A ação contempla também a tradução destes folhetos e a divulgação pela comunidade migrante. Também deverá ser criado um KIT – Saúde para transmitir a mensagem.		
	Objetivo Principal: melhorar a informação disponível sobre o acesso à saúde, contribuindo para reforçar os cuidados de saúde aos NPT		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de materiais produzidos	N.º de materiais traduzidos	N.º de tiragem/impressão de cada material produzido
1	4	200x4	2.964 euros

Ação 12. Ações de Sensibilização sobre o Acesso à Saúde dos migrantes, para Funcionários do Centro de Saúde e do Hospital	Memória Descritiva: Ações de Sensibilização junto dos funcionários da ULS-CB, no sentido de tornar o acolhimento dos migrantes em unidades de saúde, mais humano e acolhedor		
	Objetivo Principal: Ações de Sensibilização sobre o Acesso à Saúde dos migrantes, para Funcionários do Centro de Saúde e do Hospital		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de sessões	N.º de horas por sessão	N.º de participantes ao longo do projeto
2	4	30	3.328 euros

<p>Ação 13. Campanhas de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde Pública</p>	<p>Memória Descritiva: Organização de campanhas em locais estratégicos de afluência de migrantes, de forma a transmitir conselhos uteis na prevenção a determinados comportamentos que podem pôr em risco a sua vida e a dos outros.</p> <p>Objetivo Principal: melhorar a informação e reforçar a consciencialização dos NPT, para a promoção da saúde, concorrendo para reduzir a ocorrência de determinadas doenças (ou limitar as causas associadas ao seu aparecimento e propagação)</p>			
	<p>Duração (início e término)</p>			<p>Destinatários</p>
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>			<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>			<p>Indicadores Financeiros</p>
	<p>N.º de campanhas</p>	<p>N.º de NPT participantes por campanha</p>	<p>N.º total de NPT participantes</p>	<p>Valor Financeiro da Ação</p>
	<p>2</p>	<p>10</p>	<p>20</p>	<p>4.000 euros</p>

<p>Ação 14. Formação Sobre Ambiente e Saúde Pública Para Migrantes</p>	<p>Memória Descritiva: Pretende-se organizar ações de formação que se foquem na temática de ambiente e participação cívica para sensibilizar os formandos nesta temática e serem eles cidadãos ativos e preocupados. Pretende-se criar uma atividade de participação cívica e de voluntariado, junto da sociedade civil.</p> <p>Objetivo Principal: melhorar a informação e reforçar a consciencialização dos NPT, sobre duas temáticas relevantes: ambiente e saúde pública</p>				
	<p>Duração (início e término)</p>			<p>Destinatários</p>	
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>			<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>	
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>			<p>Indicadores Financeiros</p>	
	<p>N.º de sessões</p>	<p>N.º de horas por sessão</p>	<p>N.º de NPT participantes por sessão</p>	<p>N.º total de NPT participantes</p>	<p>Valor Financeiro da Ação</p>
	<p>2</p>	<p>1h00m</p>	<p>10</p>	<p>20</p>	<p>1.322 euros</p>

Ação 15. Divulgação de Bolsas de Oferta de Emprego	Memória Descritiva: Difundir informação sobre ofertas de emprego. Na mesma linha pretende-se encaminhar e dar suporte necessário aos NPTS que se pretendam candidatar às ofertas de emprego disponíveis.		
	Objetivo Principal: Apoiar a contratação efetiva de 2 NPT.		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
N.º de ofertas de emprego publicadas	N.º de NPT efetivamente contratados	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
30	2	30	500 euros

Ação 16. Ações de Capacitação às Associações de Forma a Incentivar à Procura de Emprego	Memória Descritiva: Procura-se dotar as associações locais dos mecanismos e conhecimento necessários que visem incentivar e apoiar a procura de emprego por parte de NPT que sejam seus utentes.		
	Objetivo Principal: melhorar a informação sobre ofertas de emprego e reforçar a integração dos NPT no mercado de emprego formal		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
N.º de sessões	N.º de horas por sessão	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
1	2h	12	485 euros

<p>Ação 17. Criação de um Manual “Benefício da Integração e da Diversidade nas Empresas”</p>	<p>Memória Descritiva: Pretende-se elaborar um manual de forma muito simples e de leitura acessível, dirigida aos empresários para que estes compreendam, dentro do quadro normativo e legal, as oportunidades para a empresa em integrar cidadãos de outras nacionalidades</p> <p>Objetivo Principal: melhorar a informação disponível aos empregadores/tecido empresarial local, relativamente aos benefícios da integração de NPT nas Empresas</p>		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de materiais produzidos	N.º de tiragem / impressão de cada material produzido	Valor Financeiro da Ação
	1	1000	6.000 euros

<p>Ação 18. Formação Sobre Interculturalidade Para Empregadores</p>	<p>Memória Descritiva: Procura-se criar um grupo de empregadores disponíveis para ministrar-lhe formação alusiva à interculturalidade, no sentido de valorizarem e aproveitarem os recursos humanos disponíveis</p> <p>Objetivo Principal: reforçar a capacitação e conhecimento específico dos empregadores sobre interculturalidade, de modo a incentivar a contratação e integração dos NPT no mercado de emprego formal</p>			
	Duração (início e término)		Destinatários	
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)	
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros	
	N.º de sessões	N.º de horas por sessão	N.º total de empregadores participantes	Valor Financeiro da Ação
	1	3h	5	910 euros

Ação 19. Espaços Para Hortas Urbanas e Postos de Vendas Locais	Memória Descritiva: A ação centra-se na criação de espaços de cultivo para autossuficiência e pequenos espaços de venda social, que permitam garantir condições de alimentação e rendimento extra aos NPT mais vulneráveis. Objetivo Principal: Desencadear iniciativas de apoio social		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de famílias NPT apoiadas	N.º total de NPT apoiados	Valor Financeiro da Ação
	4	15	3.660 euros

Ação 20. Selo de Boas Práticas para Distinguir Empregadores	Memória Descritiva: Pretende-se divulgar junto das empresas a importância da integração de migrantes, aplicar um inquérito a fim de aferir o número de migrantes a trabalhar, o seu nível de integração e as atividades que comemoram com estes. Objetivo Principal: premiar os empregadores que possuam/desenvolvam práticas inovadoras e reconhecidamente de sucesso na integração dos NPT		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de documentos produzidos	N.º de empresas abrangidas com selo	Valor Financeiro da Ação
	2 (regulamento e folheto de divulgação)	10	1.075 euros

<p>Ação 21. Formação na Área das Competências Para a Procura Ativa de Emprego</p>	<p>Memória Descritiva: Procura-se dotar os migrantes desempregados de competências, de forma a despertar a sua proatividade</p> <p>Objetivo Principal: reforçar a capacitação e conhecimento específico dos migrantes, de modo a incentivar a procura de emprego</p>			
	<p>Duração (início e término)</p>		<p>Destinatários</p>	
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>		<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>	
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>		<p>Indicadores Financeiros</p>	
	<p>N.º de sessões</p>	<p>N.º de horas por sessão</p>	<p>N.º total de NPT participantes</p>	<p>Valor Financeiro da Ação</p>
	<p>1</p>	<p>2h30m</p>	<p>15</p>	<p>1.770 euros</p>

<p>Ação 22. Ações de Capacitação dos Migrantes ao Acesso a Programa de Incentivo à Criação do Próprio Emprego</p>	<p>Memória Descritiva: Serão promovidas ações de formação, de forma a captar e informar possíveis migrantes empreendedores e acompanhá-los nesse percurso</p> <p>Objetivo Principal: reforçar a capacitação e conhecimento específico dos migrantes, de modo a incentivar o acesso a programas de apoio ao autoemprego</p>			
	<p>Duração (início e término)</p>		<p>Destinatários</p>	
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>		<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>	
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>		<p>Indicadores Financeiros</p>	
	<p>N.º de ações</p>	<p>N.º de horas por ação</p>	<p>N.º de NPT participantes por ação</p>	<p>Valor Financeiro da Ação</p>
	<p>1</p>	<p>3h</p>	<p>10</p>	<p>1.770 euros</p>

Ação 23. Base de Dados de Alunos NPT, Suportadas em Instrumentos de Monitorização	Memória Descritiva: Pretende-se criar uma base de dados que enumere os alunos NPT a estudarem em estabelecimentos de ensino no concelho, no sentido de serem avaliadas as suas necessidades e colmatá-las. Serão realizadas reuniões com os Diretores de Turma, docentes e família Objetivo Principal: criar uma base de dados de alunos NPT, facilmente acessível e regularmente atualizada, que integre informação sobre as principais necessidades e expectativas dos alunos		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de NPT (alunos) integrados na base de dados		Valor Financeiro da Ação
	30		150 euros

Ação 24. Ciclo de Tertúlias nas Escolas Sobre a Integração de Alunos NPT	Memória Descritiva: Pretende-se dinamizar nas Escolas do IPCB diversas tertúlias, de forma a debater as principais dificuldades destes alunos para que possam ser delineadas e discutidas propostas de resolução às entidades responsáveis e competentes Objetivo Principal: reforçar os laços de amizade e conhecimento cultural entre os autóctones e os NPT			
	Duração (início e término)		Destinatários	
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)	
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros	
	N.º de tertúlias	N.º de NPT participantes	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
	1	10	50	650 euros

Ação 25. Selo Escola Intercultural	Memória Descritiva: A ação compreende a atribuição de um prémio a(s) escola(s) que promovam a interculturalidade no seu Plano de Atividades Objetivo Principal: premiar as escolas que possuam/desenvolvam praticas inovadoras e reconhecidamente de sucesso na integração dos NPT			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Outubro de 2018 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de documentos produzidos	N.º de agrupamentos abrangidos com selo		Valor Financeiro da Ação
	2 (regulamento e folheto de divulgação)	3		800 euros

Ação 26. Atividades nos Jardins de Infância Alusivas à Diversidade Cultural	Memória Descritiva: Dinamizar ações de forma a desconstruir e a educar as crianças do pré-escolar para a questão racial e a diversidade, propiciando assim o pensamento livre de preconceitos e da consciência inclusiva na sociedade Objetivo Principal: realizar atividades nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, reforçando as condições e materiais de apoio				
	Duração (início e término)			Destinatários	
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)	
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros	
	N.º de sessões	N.º de horas por sessão	N.º de NPT participantes por sessão	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
	8	1h	2	48	775 euros

Ação 27. Cursos de Português Para Todos	Memória Descritiva: A ação compreende a execução do curso Português Para Todos (PPT)			
	Objetivo Principal: melhorar o conhecimento da língua portuguesa junto dos NPT, reforçando as condições de diálogo com os autóctones e uma maior integração na sociedade local			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de cursos	N.º de horas do curso	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
1	350h	20	46.050 euros	

Ação 28. Manual de Conversação Básica Multilíngue	Memória Descritiva: Pretende-se elaborar um manual de conversação básica, de forma muito simples e de leitura acessível, dirigida aos NPT e à sociedade civil para reforçar os conhecimentos mínimos para o estabelecimento de um diálogo.		
	Objetivo Principal: melhorar o conhecimento das línguas portuguesa e associadas aos NPT, reforçando as condições de diálogo e uma maior integração na sociedade local		
	Duração (início e término)		Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020		859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais		Indicadores Financeiros
	N.º de materiais produzidos	N.º de tiragem / impressão de cada material produzido	
1	500		0 euros

Ação 29. Semana da Multiculturalidade	<p>Memória Descritiva: Pretende-se realizar a Semana da Multiculturalidade em que se promoverá a diversidade cultural, através da organização de seminários, workshops, atividades de animação, exposição de trabalhos, debates, exposição de atividades de migrantes (artesanato, etc.), atividades gastronómicas, entre outras.</p> <p>Objetivo Principal: reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT</p>			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de eventos	N.º de NPT participantes por evento	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
	1	50	100	1.600 euros

Ação 30. Encontro Intercultural com Ações Culturais e Gastronómicas, Entre Outras	<p>Memória Descritiva: Pretende-se realizar um encontro em que se desenvolvam ações de divulgação cultural e gastronómica que permita desenvolver laços de proximidade numa lógica intercultural, reforçando a proximidade entre culturas, nomeadamente entre a sociedade de acolhimento e NPT.</p> <p>Objetivo Principal: reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT</p>			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de eventos	N.º total de NPT participantes	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
	1	40	20	1.200 euros

Ação 31. Formação na Área das Culturas e Tradições de NPT	Memória Descritiva: Pretende-se organizar workshops culturais, de forma a desconstruir preconceitos e estereótipos, envolvendo toda os NPT bem como toda a comunidade num ambiente de partilha de saberes, cultura e tradições					
	Objetivo Principal: reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições de NPT, estimulando o diálogo e partilha de experiências e relações (reforço dos laços culturais)					
	Duração (início e término)					Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020					859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais					Indicadores Financeiros
	N.º de sessões	N.º de horas por sessão	N.º de NPT participantes por sessão	N.º total de NPT participantes	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
2	1h30m	10	20	50	822 euros	

Ação 32. Cursos de Alfabetização para Adultos NPT	Memória Descritiva: A ação centra-se na organização de cursos de alfabetização para os NPT, que não têm qualquer habilitação			
	Objetivo Principal: reforçar os níveis de alfabetização dos NPT, estimulando o diálogo e uma maior integração na sociedade local			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de cursos	N.º de horas de cada curso	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
1	350h	18	7.500 euros	

<p>Ação 33. Ações de Promoção do Diálogo Inter-religioso</p>	<p>Memória Descritiva: A ação compreende a organização de atividades de contato com os locais de culto preferidos pelos NPT, de modo a potenciar conhecimentos, vivenciar experiências religiosas e culturais.</p> <p>Objetivo Principal: reforçar o diálogo inter-religioso, nomeadamente através da partilha de conhecimento e troca de experiências culturais-religiosos associados às diversas crenças dos NPT</p>			
	<p>Duração (início e término)</p>		<p>Destinatários</p>	
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>		<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>	
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>		<p>Indicadores Financeiros</p>	
	<p>N.º de ações</p>	<p>N.º de NPT participantes</p>	<p>N.º total de participantes</p>	<p>Valor Financeiro da Ação</p>
	<p>1</p>	<p>20</p>	<p>30</p>	<p>400 euros</p>

<p>Ação 34. Visitas Guiadas a Instituições Religiosas</p>	<p>Memória Descritiva: A ação compreende a organização de uma visita a instituições religiosas por parte de NPT, de modo a reforçar o seu conhecimento de alguns hábitos e práticas da sociedade de acolhimento num contexto de partilha de experiência cultural e religiosa.</p> <p>Objetivo Principal: reforçar o diálogo inter-religioso, nomeadamente através da partilha de conhecimento e troca de experiências culturais-religiosos associados às diversas crenças dos NPT</p>			
	<p>Duração (início e término)</p>		<p>Destinatários</p>	
	<p>Janeiro de 2019 a agosto de 2020</p>		<p>859 NPT (476 mulher/383 homem)</p>	
	<p>Indicadores Físicos Principais</p>		<p>Indicadores Financeiros</p>	
	<p>N.º de ações</p>	<p>N.º total de NPT participantes</p>		<p>Valor Financeiro da Ação</p>
	<p>1</p>	<p>50</p>		<p>200 euros</p>

Ação 35. Fórum Debate Para a Discussão de Propostas de Combate ao Racismo, Xenofobia e Discriminação	Memória Descritiva: Compreende a organização de ações de promoção do combate ao racismo e xenofobia nas escolas e desafiar à realização de trabalhos de expressão dramática e plástica Objetivo Principal: combater as diversas formas de discriminação, aportando soluções inovadoras e estimulando a sua execução					
	Duração (início e término)					Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020					859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais					Indicadores Financeiros
	N.º de fóruns	N.º de propostas em cada fórum	N.º de NPT participantes por fórum	N.º total de NPT participantes	Nº Total de Participantes	Valor Financeiro da Ação
	3	10	3	9	60	1.000 euros

Ação 36. Seminário Alusivo à Interculturalidade	Memória Descritiva: Compreende a organização de um seminário alusivo à interculturalidade envolvendo NPT e elementos da comunidade de acolhimento de modo a promover a sua integração através da desconstrução de estereótipos e da promoção da sã convivência entre culturas. Objetivo Principal: reforçar o conhecimento específico dos autóctones sobre as culturas e tradições dos NPT					
	Duração (início e término)					Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020					859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais					Indicadores Financeiros
	N.º de seminários	N.º de NPT participantes	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação		
	1	10	20	4.600 euros		

Ação 37. Ações de Sensibilização Para as Questões da Igualdade de Género e Violência de Género	Memória Descritiva: Pretende-se reunir os NPT e realizar ações de informação/sensibilização para a importância das questões da igualdade de género e da violência					
	Objetivo Principal: reforçar a sensibilização para a Igualdade e Violência de Género, de modo a limitar/erradicar esta grave problemática social					
	Duração (início e término)					Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020					859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais					Indicadores Financeiros
	N.º de ações	N.º de horas por ação	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes	N.º total de participantes	Valor Financeiro da Ação
3	2h	2	6	40	1.450 euros	

Ação 38. Campanha de Rua “E Se Fosse Contigo?”	Memória Descritiva: Pretende-se comemorar as migrações, assinalando o Dia Mundial dos Refugiados e dos Direitos Humanos, através de campanhas de rua, no sentido de auscultar as pessoas e fazer uma reportagem de sensibilização e informação à comunidade			
	Objetivo Principal: alertar a sociedade para a importância/impacte de determinadas formas e condições de discriminação, na qualidade de vida e bem-estar dos NPT			
	Duração (início e término)			Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020			859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais			Indicadores Financeiros
	N.º de campanhas	N.º de NPT participantes por campanha	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
1	5	20	700 euros	

Ação 39. Desporto Para Todos	Memória Descritiva: A ação compreende o desenvolvimento de diversas atividades físicas, entre os NPT, de forma a potenciar a educação física entre toda a comunidade migrante.				
	Objetivo Principal: promover os benefícios do desporto e de estilos de vida saudável				
	Duração (início e término)				Destinatários
	Janeiro de 2019 a agosto de 2020				859 NPT (476 mulher/383 homem)
	Indicadores Físicos Principais				Indicadores Financeiros
	N.º de ações	N.º de horas por ação	N.º de NPT participantes por ação	N.º total de NPT participantes	Valor Financeiro da Ação
4 ações	2h	10	40	0 euros	

7. Modelo de Monitorização e Avaliação

Face à complexidade e importância das ações que constituem o PMIM, a monitorização e avaliação são parte fundamental para o seu sucesso. Para este efeito, é necessário identificar as entidades responsáveis por esse exercício, bem como os momentos para a sua realização.

O facto de muitas das ações identificadas serem de responsabilidade partilhada por várias entidades reforça a importância de um modelo de monitorização que promova a mobilização das entidades parceiras, cujas atividades devem ser verificadas em momentos formais de acompanhamento. Estes processos de acompanhamento devem assumir uma postura positiva e construtiva, procurando identificar os constrangimentos à aplicação das medidas, bem como potenciais soluções que os contornem.

Para este efeito deverão ser realizadas reuniões semestrais, em que participam todas as entidades identificadas como relevantes no âmbito do PMIM e da execução das medidas propostas, onde será analisado o grau de execução da medida, através dos indicadores identificados em cada uma das fichas.

Considerando o horizonte de aplicação do plano (2019-2020), pressupõe-se a realização de um total de 3 reuniões, à razão de 2 por cada ano do período de vigência, sem prejuízo de que se venham a realizar reuniões extraordinárias por iniciativa das entidades parceiras ou da estrutura de acompanhamento, sempre que justificado.

De igual modo, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento do Plano/execução).

O principal objetivo passa por dotar a CM de Castelo Branco e a Amato Lusitano, enquanto entidades de maior relevância no Modelo de Governação do Plano, de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução do Plano. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município, pela Amato Lusitano e pelos restantes parceiros promotores de ações. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Tratam-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua do Plano, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos do Plano) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que o Município e Amato Lusitano definam uma ficha-modelo a disponibilizar aos restantes parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada semestralmente. No caso das ações a desenvolver pelo Município/Amato Lusitano, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pela estrutura de apoio técnico.

Assim, o desempenho do Plano será monitorizado com base no registo regular dos seguintes indicadores:

- Atendimentos realizados (nº)
- Ações dinamizadas (nº)
- Participantes envolvidos nas atividades (nº)
- Entidades parceiras envolvidas (nº)
- Produtos concebidos e distribuídos (nº)

Tendo presente a importância de assegurar a fiabilidade dos registos, fichas de atendimento permitirão aferir os números de atendimentos, enquanto as listas de presença/inscrições em atividades permitirão aferir o número de envolvidos nas atividades decorrentes do projeto.

Por outro lado, a recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita semestralmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela Amato Lusitano e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Município,);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada ou sistematizada em publicações do INE ou do SEF.

O processo de implementação e execução do PMIM deve também ser avaliado através da aplicação de metodologias alternativas que complementem os dados resultados dos indicadores de monitorização, permitindo o cruzamento de visões e perspetivas, nomeadamente:

- *Focus group* com os promotores e destinatários das ações;
- Entrevistas com os destinatários das ações;
- Inquéritos de satisfação;
- Reuniões de trabalho.

Assim, a análise dos indicadores quantitativos será complementada por análises qualitativas, realizadas na sequência de reuniões internas de trabalho em que são analisados os questionários de satisfação inerentes às atividades e as mensagens colocados numa caixa de sugestões. Através dos questionários de satisfação será avaliado o interesse das ações junto da comunidade imigrante e autóctone, através de uma ficha com uma linguagem muito simples, traduzida para inglês e francês, recorrendo também a uma avaliação recorrendo a símbolos (“smile” ou “emoji”) que traduzem os graus de satisfação (Nada Satisfeito, Pouco Satisfeito, Satisfeito e Totalmente Satisfeito). Será elaborada ainda uma grelha de avaliação direta das atividades desenvolvidas, permitindo avaliar de forma consistente o grau de motivação, o interesse, o envolvimento, assiduidade e o nível de comunicação com a equipa técnica.

Estes mecanismos de acompanhamento e avaliação devem possibilitar uma avaliação intermédia do PMIM, a ocorrer durante o segundo semestre de 2019, que terá o objetivo de identificar as medidas executadas e o seu grau de sucesso, bem como as dificuldades identificadas, e preparar a implementação das ações restantes, num quadro de partilha de responsabilidades e solidariedade entre as partes envolvidas. Finalmente, com o término do período de vigência do PMIM deve realizar-se a avaliação final, em que se realiza o balanço e encerramento do Plano e se lançam as bases para a sua renovação, uma vez que o processo de integração de migrantes, face à sua complexidade e longevidade, não se concluirá com o final do atual horizonte de vigência do Plano.

O processo de conclusão do PMIM deve ser acompanhado pela produção documental de um Relatório Final de Execução, onde são apresentados os indicadores de execução, a partir do

qual se realiza um balanço da aplicação do PMIM, e se identificam os novos desafios em matéria de integração de migrantes (NPT), aos quais um Plano renovado, num novo ciclo de planeamento, deverá responder. No Relatório Final a avaliação dos resultados e impactos potenciais do Plano será baseada ainda num conjunto de entrevistas com responsáveis pelas entidades envolvidas nas atividades, no sentido de validar as conclusões da avaliação e também identificar fatores de sucesso e boas práticas

Uma vez que a realidade em matéria de migração é bastante dinâmica, é necessário que as partes envolvidas na execução do PMIM assumam uma postura flexível e de proximidade, nomeadamente entre parceiros (promotores) e migrantes NPT (destinatários das medidas). Esta situação é particularmente relevante na medida em que se prevê que vários instrumentos de referência para a ação social no concelho sejam atualizados durante o período de vigência do PMIM. Desta forma, devem privilegiar-se estruturas flexíveis e capazes de se ajustar a dinâmicas sociais em constante mudança, de modo a acolher e assimilar novos processos e fenómenos nas diversas áreas sociais relevantes, sendo os principais beneficiários do PMIM (migrantes NPT) são um grupo particularmente vulnerável às mudanças sociais.

É num contexto de constante mudança e inovação que o PMIM será implementado, pelo que a auscultação das várias partes envolvidas assume um papel fundamental na sua monitorização e avaliação. A consensualização das ações e o envolvimento do maior número possível de destinatários tendo em vista a sua integração e melhoria de qualidade de vida são os princípios que devem presidir a todo este processo.

8. Modelo de Governação

Para garantir o acompanhamento e monitorização do PMIM, o modelo de governação a instituir identifica as principais responsabilidades das partes envolvidas no PMIM e no processo de integração de migrantes.

A coordenação do Plano será da responsabilidade da Câmara Municipal de Castelo Branco, apoiada tecnicamente pela Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, a quem cabe a gestão da implementação e do processo de monitorização e avaliação do PMIM.

Os parceiros da Amato Lusitano em matéria de integração de migrantes, particularmente os que integram o CLAS de Castelo Branco, serão também envolvidos numa Plataforma de Acompanhamento (de 1º nível). Assim, sem prejuízo da admissão de novos membros, esta plataforma será constituída pelas seguintes entidades:

- Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva;
- Agrupamento de Escolas Amato Lusitano;
- Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira;
- Agrupamento de Escolas Nuno Álvares;
- Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa (ACICB);
- Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB);
- Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT);
- Cáritas Interparoquial de Castelo Branco;
- Escola Profissional Agostinho Roseta;
- Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense (ETEPA);
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Castelo Branco;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Esta Plataforma constitui formalmente o grupo de trabalho do PMIM, sendo por isso responsável pela gestão corrente do PMIM e pela aplicação formal das ações nele contidas. Constitui por isso o seu núcleo principal, do ponto de vista operacional, funcionando sob coordenação da Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento.

De modo a garantir a sua funcionalidade e a partilha de responsabilidades, este grupo deverá reunir trimestralmente, sob convocatória da Amato Lusitano. Dessas reuniões deve resultar uma ata, cuja responsabilidade de redação deve assumir uma lógica de rotatividade pelas várias entidades presentes.

Assim, sendo representativa de todos os cidadãos no concelho (migrantes e sociedade de acolhimento) são responsabilidades gerais da Plataforma de Acompanhamento:

- Implementar e acompanhar a execução das medidas constantes do PMIM;
- Identificar novas problemáticas, desafios e oportunidades no âmbito das migrações e do processo de integração de NPT;
- Mobilizar novos parceiros em matéria de migrações e envolver as entidades que possam ter uma contribuição relevante no processo de integração de NPT;
- Garantir a realização dos processos de monitorização e avaliação;
- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local e da região;
- Discutir temas ligados à temática das migrações, em termos de integração local;
- Garantir a participação dos migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação entre parceiros, incluindo administração (central e local), instituições e empresas;
- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do Plano, e da respetiva implementação, ao nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações públicas e privadas.

Em suma, o modelo de gestão do PMIM encontra-se esquematizado na figura abaixo. É a partir desta estrutura que será organizada a gestão interna e operacional do PMIM, de uma forma que privilegia a flexibilidade, bem como o envolvimento de todas as partes em momentos adequados, em função das suas responsabilidades, missão e recursos.

Figura. Modelo de Governação do PMIM



Título:

Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Castelo Branco

Adjudicatário:

CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano

Documento:

Relatório Final

Designação do arquivo:

PMIM Castelo Branco.pdf

Ficha Técnica**Coordenação Geral**

Luís Carvalho

Coordenação Executiva

Gonçalo Caetano

Equipa Técnica

Carla Figueiredo
Inês Andrade
Sónia Vieira